



Departamento de Línguas e Literaturas Modernas

As crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia

Contributos para a afirmação da identidade madeirense

Lisandra Carolina Ornelas Faria

Ponta Delgada

2014

Universidade dos Açores

As crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia
Contributos para a afirmação da identidade madeirense

Lisandra Carolina Ornelas Faria

Dissertação apresentada no âmbito do 2.º ciclo de estudos em Ciências da Comunicação, com o requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação, na área científica das Ciências da Linguagem e da Comunicação, sob a orientação da Professora Doutora Ana Cristina Correia Gil

Ponta Delgada

Departamento de Línguas e Literaturas Modernas

2014

AGRADECIMENTOS

Chegada ao fim mais esta etapa letiva, não podia deixar de agradecer às pessoas e instituições que me motivaram e apoiaram durante a elaboração desta investigação. Foi um ciclo de trabalho e consolidação de conhecimentos, mas foi também um período que me proporcionou um enorme desenvolvimento pessoal.

À Professora Doutora Ana Cristina Gil pela orientação científica, pelas inúmeras indicações e pela sua disponibilidade e palavras de estímulo.

À minha família, em especial aos meus pais e irmã, pelo carinho e amor de sempre e pelos incansáveis incentivos. Ao Diogo e família por todo o suporte e amizade.

Aos amigos e colegas da jornada açoriana agradeço-lhes a amizade, a ajuda e o excecional acolhimento. Sem todo este afeto tenho a certeza que a conclusão destes dois períodos de estudos, licenciatura e mestrado, seria muito mais difícil. Um agradecimento particular à Joana e à Érica, amigas e companheiras nesta aventura.

Aos professores do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores que muito contribuíram para a minha aprendizagem.

Apraz-me ainda expressar gratidão às funcionárias da Biblioteca Municipal do Funchal pela paciência, disponibilidade e trabalho que tiveram comigo na consulta de alguns dos textos jornalísticos citados nesta dissertação. Igualmente, uma palavra de agradecimento à RDP/RTP Madeira pela cedência de três dos programas radiofónicos e televisivos apresentados por Horácio Bento de Gouveia, ao Dr. Rui Nepomuceno que amavelmente me disponibilizou um artigo da sua autoria sobre a temática bentiana e à Dr.^a Maria de Fátima Gouveia Soares por me prestar alguns esclarecimentos sobre a vida e obra do seu pai.

A todos, o meu sincero muito obrigada!

RESUMO

Presença assídua na imprensa madeirense, Horácio Bento de Gouveia reúne um vasto espólio de textos jornalísticos cujo tema central é a ilha da Madeira. Ao longo de mais de seis décadas de colaboração periodística, o autor elaborou uma análise à Madeira do século XX, abordou algumas vivências, rituais e objetos característicos da ilha, comparou-os com os demais povos, realçando assim algumas das características identitárias da ilha.

Pela sua linguagem, regularidade, forma e conteúdo, os escritos bentianos são maioritariamente inseridos no género jornalístico “crónica”, um tipo de texto opinativo que se propõe desenvolver os mais variados assuntos e que está introduzido na fronteira ténue e dual entre os universos da literatura e do jornalismo, o que despoletou a necessidade de uma breve análise e definição da noção de crónica jornalística. Entendida como uma intervenção de natureza livre, a crónica, nos jornais, dá predominância à subjetividade de quem escreve, como se comprova através dos textos de Horácio Bento, em que, em muitos momentos, o cronista madeirense expressa o seu parecer e a sua faceta regionalista, nomeadamente quando exalta alguns dos costumes arcaicos que ainda se podem encontrar em determinadas zonas da Madeira e quando revela traços inerentes à sua ilha.

Embora ainda não esteja teoricamente consolidada, a identidade madeirense é hoje em dia um tema em debate. Desde a sua descoberta, no século XV, a ilha absorveu um conjunto de usos, costumes e tradições dos primeiros colonizadores e, com o passar dos anos, estas formas de ser e de agir moldaram-se à realidade madeirense e assumiram-se como características identitárias daquele espaço e daquele povo. Ainda que seja um território insular e tenha, por isso, maior facilidade em preservar os traços caracteriológicos primitivos, a identidade madeirense, pela vertente turística da ilha, foi também sucessivamente sendo modificada com base em influências exteriores.

PALAVRAS-CHAVE: crónica jornalística; Horácio Bento de Gouveia; identidade madeirense.

ABSTRACT

Horácio Bento de Gouveia, a constant presence in Madeira press, has a wide collection of journalistic chronicles about Madeira island. Over six decades, the columnist analysed Madeira island during the 20th century, approached some experiences, rituals and characteristic objects of the island, comparing them with other people and highlighting some of Madeira's cultural identity characteristics.

For his language, regularity, form and content, the most part of the Bento Gouveia's texts are classified as "chronicles". This is a journalistic genre that is a kind of opinion text that proposes to develop several subjects and that is situated on the dual and tenuous border between literature and journalism. This situation took me for a brief analysis and definition of the concept of journalistic chronicle. Understood as a free intervention, the chronicle, in the newspapers, gives predominance to the writer's subjectivity, as we can see through Horácio Bento's texts. In several moments, the chronicler expresses his opinion and its regionalist point of view particularly when he exalts some archaic traditions that can still be found in certain areas of Madeira and when he reveals traits inherent to his island.

Madeira's cultural identity is today a topic of debate but still it is not a consolidated theoretical concept. Since its discovery, in the fifteenth century, the island has absorbed a set of traditions of the early settlers and, over the years, these ways of being and acting molded Madeira's reality and became part of the identity of that space and of that people. Although it is an insular territory and therefore it is easier to preserve the primitive traits, Madeira's cultural identity, by the effect of tourism, has also been successively modified by external influences.

KEYWORDS: Horácio Bento de Gouveia; journalistic chronicle; Madeira's cultural identity.

ÍNDICE

Agradecimentos	2
Resumo	3
Abstract.....	4
Introdução	7
1. A crónica.....	12
1.1. Os géneros jornalísticos.....	12
1.2. A crónica.....	16
1.2.1. Génese do conceito	16
1.2.2. Do relato histórico ao âmbito literário e jornalístico	19
1.2.3. A crónica enquanto género jornalístico	23
1.2.3.1. Entre o jornalismo e a literatura	28
2. Jornalismo e Identidade: a crónica de Horácio Bento de Gouveia.....	34
2.1. Em torno da identidade madeirense	34
2.2. As crónicas jornalísticas bentianas e a afirmação da identidade madeirense	44
2.2.1. Horácio Bento de Gouveia: aspetos biobibliográficos	44
2.2.2. A crónica bentiana: principais características e traços marcantes	54
2.2.3. Análise dos traços da identidade madeirense nas crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia	68
2.2.3.1. A ilha, ruralismo e cosmopolitismo.....	69
2.2.3.2. Costumes, atividades e festividades tradicionais.....	76
2.2.3.3. Emigração madeirense.....	87
2.2.3.4. Particularidades dialetais da ilha	88
Conclusão	93
Referências Bibliográficas.....	97
 Anexos.....	 106
Anexo 1- “A Crónica”	107
Anexo 2- Civilização madeirense.....	109
Anexo 3- A Madeira: visão de ontem e de hoje	112

Anexo 4- Estradas e Turismo: o miradoiro da Roça e a Levada Grande da Boaventura.....	114
Anexo 5- Regionalismo e Turismo.....	119
Anexo 6- Em São Vicente – festa da vindima: a apoteose do regionalismo no manter da tradição	121
Anexo 7- Aspectos rurais em Ponta Delgada	123
Anexo 8- Natal	126
Anexo 9- Lapinhas e Pastores	129
Anexo 10- Natal de ausência	132
Anexo 11- O Natal na Cidade, a Festa no Campo.....	136
Anexo 12- Festas da Cidade	140
Anexo 13- Do meu afecto pela terra II.....	141
Anexo 14- Cantigas populares.....	143
Anexo 15- Regionalismo: ranchos folclóricos	146
Anexo 16- Um livro de Carlos Santos: o traje regional da Madeira	149
Anexo 17- Os madeirenses e o Brasil.....	151
Anexo 18- Respingos de fonética no linguajar da gente: freguesia da Ponta Delgada ...	155

INTRODUÇÃO

Ainda que não esteja suficientemente estudada, a identidade madeirense, tida como o conjunto de características que distinguem e diferenciam a ilha, tem sido abordada ao longo dos anos por alguns autores, quer em termos teóricos, quer através do levantamento e elucidação dos usos, costumes, tradições e modos de ser e agir tipicamente madeirenses. É neste contexto que surge a vasta e diversificada obra de Horácio Bento de Gouveia.

Embora todo o espólio literário bentiano — dividido em romances, conferências, ensaios, contos e crónicas — tenha reconhecida importância, no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação optei por fazer a análise do trabalho jornalístico deste autor, nomeadamente da crónica.

Ainda que as crónicas jornalísticas de Horácio Bento abordem diversas temáticas, é sobretudo sobre os textos que aludem, com relevância, a algumas das especificidades da Madeira que incide a minha investigação. Convém realçar, no entanto, que, além das particularidades típicas descritas por Bento de Gouveia, existem outros traços característicos da ilha e que esta investigação apenas mostra como é que a escrita jornalística bentiana pode reforçar a identidade da ilha.

Tendo em conta o exposto, na primeira parte da presente dissertação, faço uma abordagem teórica à crónica enquanto género jornalístico. Consciente de que se trata de um texto com uma definição fluida, tento perceber o modo como a crónica aparece nos periódicos e se transforma num género jornalístico, sem nunca esquecer que este texto, pela sua natureza subjetiva, está também transversalmente associado à literatura.

Na segunda parte, para uma melhor compreensão das temáticas abordadas na análise, faço uma contextualização da identidade madeirense e da vida e obra de Horácio Bento de Gouveia. Traço ainda as principais características patentes na crónica bentiana. Por fim, analiso os traços e vivências da ilha subjacentes às crónicas de Horácio Bento e procuro demonstrar como estas características identitárias contribuem também para a consolidação da identidade madeirense.

Iniciei a investigação com uma recolha de textos jornalísticos de Horácio Bento de Gouveia no *Diário de Notícias da Madeira*, no *Voz da Madeira*, no *Jornal da Madeira*, no *Farol das Ilhas* e no *Diário da Madeira* — gentilmente disponibilizados para consulta pela Biblioteca Municipal do Funchal —, mas, por uma questão de

acessibilidade e porque também faltavam alguns números, optei por restringir a minha análise às crónicas jornalísticas compiladas nos seguintes livros: *Páginas de Jornalismo*; *Canhenhos da Ilha*; *Crónicas do Norte*; *O Natal na Cidade, a Festa no Campo*; *Escritos de Juventude (1919-1930)*; *Escritos 2 (Horácio Bento de Gouveia 1930-1939)*; *Escritos 3 (Horácio Bento de Gouveia 1940-1949)*; *Escritos 4 (Horácio Bento de Gouveia 1950-1959)* e *Escritos 5 (Horácio Bento de Gouveia 1960-1969)*.

No conjunto de obras que reúnem crónicas bentianas deixei de lado *Alma Negra e Outras Almas* pelo facto de o livro integrar contos e por conter maioritariamente crónicas de viagens ao estrangeiro e evocações a nomes do panorama literário nacional. É verdade que em *Alma Negra e Outras* também se encontram crónicas que abordam o Natal e a vivência em Ponta Delgada, mas tirando as que já se encontram repetidas em outras compilações (e que serão analisadas), as restantes, na minha opinião, não indicam profundamente os traços tipicamente madeirenses como as demais obras.

Páginas de Jornalismo, publicada em 1933, foi a primeira obra de Bento de Gouveia e reuniu um conjunto de primeiros escritos sobre a ilha e algumas crónicas sobre a vida sociocultural lisboeta. O livro abarca ainda alguns inquéritos à vida intelectual feitos a Hernâni Cidade, Vieira de Almeida, Adelaide Félix, entre outros.

Canhenhos da Ilha, que o próprio autor apelidou de “memórias da ilha”, agrega crónicas, publicadas entre 1960 e 1966, cuja temática central é a Madeira (Gouveia, 1966: 7). Exaltando o facto de a obra abordar os «costumes, tradições, provérbios populares, descrição do Funchal e até trechos da Madeira», Maria Margarida Silva afirma que os textos refletem o próprio passado e apego de Horácio Bento à sua ilha (2002: 28-30). A crítica também foi unânime em afirmar as qualidades desta antologia: o jornal *O Século*, por exemplo, catalogou Horácio Bento de Gouveia como o escritor madeirense de maior presença e acrescentou que, quer no romance, quer na crónica, a sua obra «pod[ia] galgar a distância marítima e encontrar eco no Continente»¹.

Em *Crónicas do Norte* estão presentes os escritos jornalísticos que têm como pano de fundo São Vicente — o concelho a norte da ilha de onde era natural Horácio Bento de Gouveia. Editada em 1994, a obra esclarece a condição de “ultra-insularidade” que se vivia nesta região isolada e ilustra um manancial de rituais e usos da população madeirense (Fournier e Joaquim, 2002: 40). Ao longo das 21 crónicas que compõem *Crónicas do Norte*, Bento de Gouveia evoca diversos assuntos, desde a religiosidade, as

¹ Esta afirmação encontra-se presente nas “orelhas” da obra *Alma Negra e Outras Almas*.

romarias, a comida, o folclore, entre outros. Para além disso, na obra, constam também registos mais saudosistas acerca da sua localidade, escritos, sobretudo, na época em que o cronista vivia no continente português. Estas crónicas explorando algumas comparações entre a vivência na ilha e na grande metrópole reforçam as peculiaridades do ser madeirense. Nelson Veríssimo conclui que estas crónicas de Horácio Bento demonstram a enorme afeição do seu autor «a recantos da freguesia-mãe e a itinerários do seu percurso existencial»².

Por sua vez, *O Natal na Cidade, a Festa no Campo*, publicada em 2001, é uma obra que reúne escritos jornalísticos e alguns trechos literários bentianos que dizem respeito à quadra natalícia, mas, tendo em conta o facto de a minha análise incidir apenas nos escritos jornalísticos, os trechos dos romances não serão alvo de escrutínio. Sobre esta antologia, João David Pinto-Correia diz: «ao longo dos vinte e um escritos, dinamizam-se episódios, dramatizam-se sequências de acentuado rigor, registam-se movimentos de devoção, fervor, alegria, comunhão e saudade» (2002: 141).

Posteriormente a estas compilações, a filha de Horácio Bento de Gouveia, Maria de Fátima Gouveia Soares, tem também publicado obras que agrupam os diversos escritos jornalísticos bentianos espalhados por periódicos madeirenses e também continentais. A este respeito convém realçar que, ainda que assumidamente seja o pai o autor dos textos, as fichas técnicas destas obras catalogam-na como a autora. Tendo em conta esta situação, para facilitar a pesquisa bibliográfica futura, optei por respeitar o que constava nos livros, isto é, mencioná-la como autora, mas ressalvo que o autor das crónicas é efetivamente Horácio Bento de Gouveia.

O primeiro volume das compilações apareceu em 2001, intitulado *Escritos de Juventude (1919-1930)*, e reúne algumas das primeiras crónicas bentianas. Embora o livro abarque o período em que o escritor produz escritos de «fervor romântico», existem também crónicas cuja temática é marcadamente regional (Soares, 2001: 12). Sobre esta obra, Agustina Bessa-Luís afirma no prefácio: «Eu considero Horácio Bento de Gouveia um bom escritor de crónicas, um Sterne das Ilhas» (*ibidem*).

Segue-se, em 2007, *Escritos 2 (Horácio Bento de Gouveia 1930-1939)* que agrega evocações a personalidades portuguesas (a maioria do âmbito das letras) e a espaços da sua memória na ilha. Também se incluem neste livro crónicas acerca de

² Nelson Veríssimo, “Horácio Bento e as *Crónicas do Norte*”, *Diário de Notícias da Madeira*, 18 de setembro de 1994.

algumas vilas e cidades de Portugal continental e outras ainda que revelam um pendor mais filosófico do cronista. Marcelo Rebelo de Sousa, responsável pelo prefácio da obra, afirma que «o Dr. Horácio Bento de Gouveia contou à Madeira o que se vivia no Continente, em especial em Lisboa, e no Mundo, e contou ao Continente, particularmente a Lisboa, o que se passava na Madeira. Como sempre, culto, ponderado, atento, sabedor» (Soares, 2007: 16-17).

Na continuação deste trabalho de compilação, surge *Escritos 3 (Horácio Bento de Gouveia 1940-1949)* que, uma vez mais, é composto por diversos escritos bentianos, divididos em três partes: “em prol da boa linguagem”; “sobre a ilha e outros temas” e “conferências e outras intervenções”. Neste caso, será sobretudo acerca da segunda parte deste livro que recairá a minha investigação.

No ano de 2011, sai a público *Escritos 4 (Horácio Bento de Gouveia 1950-1959)* que compila textos sobre a língua e a gramática, sobre personalidades madeirenses, nacionais e do Brasil, sobre as tradições da Madeira e também algumas críticas que foram feitas aos romances de Horácio Bento de Gouveia.

Por último, no início de 2014, foi publicado *Escritos 5 (Horácio Bento de Gouveia 1960-1969)*, que conta com uma lista extensa de artigos e crónicas bentianos. De resto, folheando as páginas do *Diário de Notícias da Madeira*, tive oportunidade de verificar que, pelo menos nesta publicação, a década de 60 foi aquela em que a escrita do madeirense foi mais assídua.

Apesar de Horácio Bento de Gouveia ter publicado textos até 1983 — o ano da sua morte —, estas compilações abarcam somente as cinco primeiras décadas da sua carreira jornalística³, pelo que, em termos cronológicos, a minha análise abrangerá o período compreendido entre os anos vinte e os anos sessenta.

Estudando um conjunto de vinte e cinco crónicas jornalísticas, tento descortinar o modo como as práticas socioculturais madeirenses descritas por Horácio Bento de Gouveia contribuem para a afirmação da identidade da ilha. E, para facilitar a compreensão do presente trabalho, disponibilizo em anexo a cópia das crónicas, retiradas das diversas compilações, à exceção das que integram a obra *Canhenhos da Ilha*, pelo facto de esta se encontrar acessível para consulta *online* no sítio do Arquivo

³ Tenho conhecimento de que está prevista a edição do material jornalístico dos restantes anos.

Regional da Madeira⁴ e por estar também disponível na biblioteca da Universidade dos Açores.

Importa ainda esclarecer que sempre que me refiro à identidade madeirense abordo apenas os traços inerentes à ilha da Madeira e não ao arquipélago no seu todo. Embora não cite nenhum trecho, para me inteirar teoricamente sobre a região consultei o *Elucidário Madeirense*, do Pe. Fernando Augusto da Silva e de Carlos Azevedo de Meneses, uma obra que reúne informação sobre os grandes temas e hábitos da ilha. Do mesmo modo, para melhor entender a vida e obra de Horácio Bento, tive a preciosa ajuda do número 30 da revista *Islenha* (inteiramente dedicado a este madeirense) e do sítio da Universidade da Madeira dedicado à sua figura⁵.

Por fim, tenho a acrescentar que todos os textos recolhidos nos diversos periódicos madeirenses que foram citados na pesquisa estão referidos em nota de rodapé, juntamente com as demais informações adicionais.

⁴<http://armdigital.arquivo-madeira.org/armdigital/descricoes-bibliograficas/monografia.html?bid=1920&obj=9231&pkg=11905&offset=3>.

⁵<http://www3.uma.pt/hbento/>.

1. A CRÓNICA JORNALÍSTICA

1.1. Os géneros jornalísticos

Os géneros jornalísticos são, de uma maneira geral, entendidos como as diferentes formas que os diversos textos dos jornais podem assumir, representando por isso um contexto de atuação tanto para quem escreve como para quem lê, como revela Fermín Galindo Arranz:

Los géneros periodísticos tienen su antecedente en los géneros literarios; funcionan como una pauta implícita de orden que no clasifica el objeto de estudio por el tiempo y el lugar, sino por los tipos de organización o estructuras periodísticas específicas, que ayudan en su trabajo al periodista y en su lectura al receptor (2000: 41).

Assim sendo, ao dizer-se que um texto é uma notícia, por exemplo, o leitor, mesmo antes de efetuar a leitura, já estará à espera de encontrar um texto com determinadas características, entre elas o rigor e a objetividade. Se o texto em questão for uma crónica jornalística, o leitor sabe, à partida, que mais do que informação encontrará subjetividade, comentário e reflexão.

Embora a linguagem jornalística tenda a ser clara, rigorosa, concisa e informativa, a verdade é que os jornais — mesmo os considerados de referência, que se pautam pela seriedade e que se afastam nitidamente do sensacionalismo — não nos apresentam apenas notícias, existindo, para além deste género eminentemente informativo, outras formas textuais. Ainda que a notícia possa ser apontada como o suporte dos demais géneros jornalísticos, é nos restantes textos que serão proporcionadas abordagens mais profundas e diversificadas dos assuntos. Neste sentido, tentando condensar as principais características inerentes à noção de género jornalístico, Fernando Cascais define-a como:

Conceito operacional que designa as diferentes formas que o texto jornalístico pode revestir e que correspondem a diferentes rotinas de produção informativa. São opções da hierarquia de uma redação e dependem, entre vários factores, da linha editorial do órgão de informação, da natureza do acontecimento, dos recursos organizacionais, técnicos e humanos da redação. A noção de género, contestada por alguns pela dificuldade de os delimitar, bem como por aprisionar o tratamento jornalístico da realidade em fórmulas preexistentes, é mais uma noção operativa do que teórica. Serve para organizar a selecção temática e a organização do espaço/tempo do meio de comunicação, tal como determina

as rotinas de trabalho a realizar pelos jornalistas consoante os géneros para que são solicitados (2001: 98).

Os géneros jornalísticos, ao discriminarem e espartilharem as diferentes especificidades formais dos variados textos dos jornais, assumem-se como instrumento fundamental para a interpretação dos mesmos, isto é, ajudam a descortinar e clarificar o sentido dos próprios textos. Os géneros jornalísticos, dando esta primeira pista sobre o modo como a informação está tratada, também irão condicionar a leitura e daí emerge a necessidade da sua identificação clara nos periódicos.

A existência dos géneros jornalísticos, segundo José Jorge Letria e José Goulão, justifica-se porque «nem todas as notícias têm o mesmo grau de importância ou são suficientemente ricas para esgotarem os temas que abordam. Muitas vezes a falta de tempo ou as carências de espaço impedem um tratamento adequado de temas que merecem destaque» (1982: 79). Por isso mesmo, além dos textos puramente informativos, existem outros tipos textuais jornalísticos que cumprem a função de aprofundar os assuntos já noticiados. Neste raciocínio, Fermín Galindo Arranz, citando Lorenzo Gomis, diz que os géneros jornalísticos cumprem duas funções distintas, nomeadamente informar sobre os acontecimentos e formar opiniões sobre os mesmos:

Los géneros para Lorenzo Gomis cumplen dos funciones que responden a dos necesidades sociales distintas: la necesidad de saber qué pasa e intentar saber qué significa cada uno de los hechos en el conjunto de los conjuntos de los acontecimientos actuales; y formar-se una opinión de las cosas y comentarlas para saber en qué pueden afectarnos (Arranz, 2000: 41-42).

Por norma, os géneros jornalísticos são subdivididos em géneros informativos e géneros opinativos. Os géneros jornalísticos informativos por excelência são a notícia, a reportagem e a entrevista. Já os géneros jornalísticos opinativos são o editorial, o artigo de opinião, a crónica e a crítica.

A propósito desta divisão entre géneros informativos e opinativos, Fernando Cascais afirma: «O trabalho do jornalista profissional incide maioritariamente nos géneros do primeiro grupo, sendo o segundo, muitas vezes, preenchido por colaboradores especializados (críticas, por exemplo), ou colaboradores regulares (que assinam artigos de opinião ou colunas, ou crónicas na rádio e na televisão)» (2001: 99).

Embora seja mais comum este enquadramento dos géneros jornalísticos em dois grandes grupos — informativos e opinativos —, existem também autores que os

dividem em mais categorias. Adriano Rodrigues, Eduardo Dionísio e Helena Neves, por exemplo, discordam desta divisão, pois, segundo eles, a categorização clássica entre opinião e informação não tem em conta o contexto social, económico, cultural e ideológico em que estão inseridos:

Os géneros jornalísticos não podem ser catalogados uma vez que acompanham as modas, tão moveáveis, dos próprios suportes, os gostos volúveis das épocas, das estações, das viragens aceleradas da sociedade. Todos os jornais pretendem afirmar-se pelo lançamento de uma nova escrita que corresponde a novos gostos que envelhecem a um ritmo bastante rápido (1981: 143).

Tentando resumir de alguma forma as tipologias de textos da imprensa, os autores acima referidos, apoiando-se em Yves Agnès e Jean-Michel Croissandeau, apresentam uma classificação dos géneros jornalísticos em cinco grandes categorias, embora na realidade só tenham exposto quatro: os géneros de informação «bruta» (breve, *filet*, montagem, eco e revista de imprensa), os narrativos (reportagem, relato, *fait divers*, retrato e retrospectiva), os estudos (análise, resumo de relatório, inquérito, opinião, correio e *bonne feuille*) e os de comentário (editorial, bilhete, crónica e crítica) (*apud* Rodrigues, Dionísio e Neves, 1981: 145-146).

Contudo, acedendo à fonte original desta citação, isto é, à obra *Lire le journal: por comprendre et expliquer les mecanismes de la presse écrite avec 110 fiches pratiques*, pude constatar que, de facto, para além dos grupos em cima referidos, Agnès e Croissandeau apontam uma outra categoria de textos jornalísticos, a de discurso externo, que agrupa as entrevistas, as mesas redondas, os comunicados, a opinião, o correio e a *bonne feuille* — sendo que estes três últimos textos estavam incorretamente catalogados por Adriano Rodrigues, Eduardo Dionísio e Helena Neves na categoria de estudos (1979: 35-36).

Também Martin-Lagardette subdivide os géneros jornalísticos em quatro grandes grupos: informativo, comentário, fantasia e nobres. No primeiro grupo inclui a breve e o artigo. Nos géneros de comentário compreende o artigo de comentário (assinado), o editorial e a crónica. Já no terceiro grupo, de fantasia, enquadra o bilhete e o correio de leitores. Por último, nos géneros que o autor apelida de nobres incluem-se o inquérito, a reportagem e a entrevista (*apud* Gonçalves, 2004: 45).

Sobre a problemática da catalogação dos textos jornalísticos, Mar de Fontcuberta reconhece que durante «muito tempo os géneros jornalísticos foram considerados as

categorias básicas em que se fundamentava a expressão da mensagem jornalística, ao ponto de se afirmar que a construção da actualidade se faz a partir deles, com eles e graças a eles» e, apoiando-se na célebre divisão de Ángel Benito, afirma que «o aparecimento histórico dos géneros jornalísticos está intimamente ligado às várias etapas do jornalismo enquanto facto cultural» (2002: 80).

Benito divide a história do jornalismo a partir de 1850 em três grandes fases: a ideológica, a informativa e a interpretativa. Na fase do jornalismo ideológico, datada entre 1850 e 1918 e minada pelos ideais políticos e religiosos, proliferavam os textos de comentários e terão surgido os géneros de opinião. No período que o autor apelidou de jornalismo informativo — que durante anos coexistiu com o jornalismo ideológico e que se reafirma após a 1.^a Guerra Mundial — emergem os géneros informativos: a notícia, a crónica e a reportagem. Já após o término da 2.^a Guerra Mundial, com a emergência da rádio e da televisão, surgem na imprensa textos com maior profundidade e nasce o jornalismo interpretativo (*idem*: 80-81).

Embora recorrentemente se aponte a origem dos géneros jornalísticos para meados do século XX, terá sido pelas mãos do jornalista inglês Samuel Buckley que foi elaborada esta divisão. Buckley, enquanto diretor do jornal político *The Daily Courant* (1702-1735), «separou notícias de comentários e fez da informação dita objectiva a alma do periódico. Buckley acreditava que as informações não deviam ser “contaminadas” pela opinião», nas palavras de Paula Lopes (2010b: 9).

A separação entre factos e opiniões parece estar assim na origem da catalogação dos textos jornalísticos em géneros como, de resto, explica Fermín Arranz:

El periódico, por tanto, comunica lo que pasa a través de la *noticia*. A través del *reportage* lo hace ver, sentir y comprender. El la *entrevista* escucha a los protagonistas de los acontecimientos. Mediante las *crónicas* abre ventanas que trasladan las impresiones de lo que ocurre en diversos lugares, y en distintos ámbitos de la realidad. Con la *opinión* presenta, analiza y enjuicia lo que sucede en la realidad y al mismo tiempo permite reacciones, opiniones, puntos de vista... Sobre lo que ocurre, incluida la opinión de los lectores. En este último apartado se pueden diferenciar gradaciones que corresponden con la tipología de los géneros de opinión (2000: 33).

Embora existam muitas subdivisões, nas palavras de Fermín Galindo Arranz, «os géneros jornalísticos são fundamentalmente quatro: notícia, reportagem, crónica e artigo ou comentário» (2000: 81).

Apontando somente as principais características de cada género e tendo em conta o pensamento deste último autor, a notícia, enquanto género puramente informativo, é o texto jornalístico que comunica com rapidez, eficácia, exatidão e clareza; a reportagem cumpre a função de completar e aprofundar com rigor os factos noticiados e, introduzindo, por exemplo, citações das fontes direta ou indiretamente envolvidas nos factos, transporta o leitor para o local do acontecimento. A entrevista aproxima o entrevistado dos leitores e a crónica está destinada para o comentário de factos e acontecimentos com impressões do próprio autor do texto (*idem*: 48-49).

Para além da distinção entre opinião e informação, cada género possui as suas próprias características formais e, mesmo dentro de cada género, podemos efetivamente encontrar outros tantos subgéneros. No caso concreto da crónica, por exemplo, dependendo do tema esta vai assumir diversas tipologias: a crónica de costumes, a social, a desportiva, a policial, entre outras.

1.2. A crónica

1.2.1. Génese do conceito

Em termos etimológicos, o vocábulo “crónica” poderá ter origens tanto no grego *chronikós*, como no latim *chronica*. Talvez por conta da influência que o latim e o grego tiveram na formação da língua portuguesa, a proveniência desta palavra não é consensual, dando assim azo a que uns documentos apontem as raízes gregas e outros as influências latinas. Mas, embora tenham raízes etimológicas diferentes, os termos *chronikós* e *chronica* convergem, desde sempre, no seu significado, isto é, no facto de ambos fazerem referência ao tempo e ao registo cronológico dos acontecimentos, conforme atesta Massaud Moisés:

Do grego chronikós, relativo a tempo (chrónos), pelo latim chronica, o vocábulo “crônica” designava, no início [sic] da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em sequência cronológica. Situada entre os anais e a história, limitava-se a registar os eventos sem aprofundar-lhes as causas ou tentar interpretá-los (apud Tuzino, 2009: 3).

Mesmo através do radical grego de crónica (*cronos*) e com algum conhecimento da mitologia grega, concretamente da figura de Cronos (o deus da agricultura e do tempo), facilmente deduzimos que ao vocábulo está subjacente a noção de tempo.

Nos tempos mais remotos, ao fazer o registo dos acontecimentos seguindo uma ordem temporal, as crónicas vão registar os principais eventos históricos e assumir assim um carácter documental. Em Portugal, a preocupação em registar os factos históricos começou sensivelmente na Época Medieval, mais precisamente entre os séculos XII e XV, numa altura em que é declarada a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos documentos oficiais e em que surgem as trovas, as cantigas de amor, os romances de cavalaria e os *cronicons* ou cronicões. Estes últimos «escritos em latim, na sua maior parte, relatam factos e efemérides», nas palavras Renato Roseira de Figueiredo, e «interessam, sobretudo, à história dos conventos» (1943: 23-24).

Mais tarde, no século XIX, alguns destes registos medievais, feitos sobretudo pelas mãos de monges, constaram no *Portugaliae Monumenta Historica*, de Alexandre Herculano, uma obra pioneira que compilou textos arcaicos existentes nos arquivos episcopais, nos mosteiros e nos conventos sobre os primeiros dois séculos da monarquia portuguesa, com relatos das batalhas, conquistas e dados biográficos dos reis.

Embora estes e outros registos posteriores tenham sido catalogados pelos seus autores como crónicas, a verdade é que, na aceção corrente da palavra “crónica”, o cronista, mais do que fazer o relato cronológico dos factos, tem também de fazer uma interpretação do universo que descreve. Assim, tendo em conta esta premissa, pertence a Fernão Lopes o título formal de primeiro cronista (de âmbito histórico) do reino de Portugal (Lopes, 2010a: 2).

Ainda que existam algumas imprecisões nas datas oficiais do começo da carreira de Fernão Lopes como cronista, alguns investigadores, como António José Saraiva e Óscar Lopes, apontam 1419 ou anos anteriores como datas presumíveis do início da ligação do cronista ao reino e concretamente a D. Duarte (*ibidem*).

Segundo dados encontrados no portal do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fernão Lopes é nomeado Guarda-Mor da Torre do Tombo em 1418⁶ e convém referir que a sua designação como cronista encarregue de «poer em caronycas as estórias dos reys» coincide também com o início dos Descobrimentos Portugueses — inaugurados em 1415 com a conquista de Ceuta e com a consequente necessidade de registar e perpetuar os acontecimentos relacionados com as descobertas ultramarinas (Lopes, 2010a: 2).

⁶ Informação acedida em <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/os-guardas-mores-da-torre-do-tombo/> a 2 de junho de 2014.

De entre muitas outras crónicas requisitadas pela corte portuguesa, é pela mão do muitas vezes catalogado pioneiro da historiografia nacional que surgem crónicas dos reis portugueses desde a *Crónica de El-Rei D. Pedro I*, a *Crónica de El-Rei D. Fernando* e ainda a primeira parte da *Crónica de El-Rei D. João I*. Estes trabalhos, em especial o dedicado ao Mestre de Avis (D. João I), escrito por Fernão Lopes em meados do século XV, marcam o início de uma nova forma de fazer crónica em Portugal, inculcando-lhe a ordem cronológica que faltava às antecessoras, como também introduzindo subjetividade, o comentário e as situações de diálogo no decurso dos acontecimentos. Instaura-se, portanto, a figura do cronista que narra e comenta os acontecimentos históricos, conferindo assim um maior dinamismo aos textos. Até então, e citando um diálogo do programa “Falar Português”, da *RDP Internacional*, transcrito pela Sociedade da Língua Portuguesa, «o termo “crónica” empregava-se em referência a qualquer narração sistemática de acontecimentos, com pouco ou nenhum empenho na sua análise e interpretação»⁷.

Acerca das novidades introduzidas por Fernão Lopes, Ilídio Rocha justifica que «a vontade de explicar cabalmente os acontecimentos leva-o a interessar-se pela psicologia das suas personagens — tanto pelas figuras centrais como D. João, Mestre de Avis, e Leonor Teles, como pela psicologia das multidões, cujos movimentos o seu temperamento de artista nos consegue fazer presentes» (*apud* Lopes, 2010a: 2-3).

Assim sendo, a “Era Fernão Lopes” irá abrir caminho a novas formas de redigir em crónica o quotidiano dos reis e da corte e os principais acontecimentos ocorridos em Portugal e nas terras além-mar. Neste trabalho sucede-lhe Gomes Eanes de Zurara, nomeado também Guarda-Mor da Torre do Tombo em junho de 1454⁸ (que fica incumbido de terminar a *Crónica de El-Rei D. João I*), entre tantos outros. Além dos documentos enumerados, apareceram também em Portugal diversos registos escritos apelidados de “crónicas”, mas, em termos teóricos, parece ter sido a partir destes trabalhos historiográficos que se cimentou o conceito de crónica que abrange o relato cronológico dos factos com explicação e conhecimento dos mesmos.

⁷ Este documento foi-me facultado em PDF com a seguinte indicação bibliográfica http://www.slp.pt/Variavel/A_Cronica_QL.html, contudo o mesmo já não se encontra acessível online e por isso disponibilizo-o em anexo I.

⁸ Informação acedida em <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/os-guardas-mores-da-torre-do-tombo/> a 2 de junho de 2014.

1.2.2. Do relato histórico ao âmbito literário e jornalístico

Em Portugal, até inícios do século XIX, o conceito de crónica fica efetivamente confinado à historiografia, muito embora (e com um atraso de cerca 150 anos em relação à invenção dos caracteres móveis de Johann Gutenberg⁹) já existissem no século XVII os primeiros registos jornalísticos em português, como atesta João Alves das Neves:

As primeiras notícias impressas em português apareceram em Portugal no ano de 1626, sob a forma de carta, *Relação universal do que succedee em Portugal e nas mais provincias do Ocidente, e Oriente de Março de 625 até todo o Setembro de 626*, assinadas por Francisco de Abreu [...] pseudónimo do padre e escritor Manuel Severim de Faria, que em 1628 mandaria imprimir outra *Relação do que succedee em Portugal, e mais provincias do Oriente, e Ocidente, desde Março de 1626 até Agosto de 1627* (1988: 36).

No entanto, aos trabalhos de Manuel Severim de Faria faltava-lhes a periodicidade para se afirmarem como os primeiros jornais escritos em português e, assim sendo, só em 1641 surge pela mão do poeta Manuel Galhegos a publicação pioneira do jornalismo em Portugal, a *Gazeta, em que se relatam as novas todas, que ovve nesta corte, e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641* (Neves, 1988: 36).

Depois desta época, marcada também pelo fim do domínio filipino em Portugal, surgem ainda outras publicações rudimentares e algumas tipografias. Contudo, a verdadeira “explosão” e desenvolvimento da imprensa portuguesa só ocorre no século XIX, influenciada pelos ideais iluministas da Revolução Francesa (1789) e liberalismo português. Até então, embora muitos países europeus já gozassem de políticas de liberdade de imprensa, em Portugal vivia-se ainda sob censura. O facto de em 1768 ter sido criada a Real Mesa Censória «com o objectivo de transferir, na totalidade, para o Estado a fiscalização das obras que se pretendessem publicar ou divulgar no Reino»¹⁰ veio travar a expansão da imprensa portuguesa e ilustra claramente o atraso do país em termos de liberdade de escrita.

O desfasamento de Portugal em relação à Europa só viria a ser diminuído após a Revolução Liberal de 1820. Na sequência desta revolta, foi aprovada a “Carta Constitucional de 1821” que pretendia regular as publicações, exaltar o direito à

⁹ Johann Gutenberg, que por volta 1450 elabora a primeira bíblia impressa com caracteres móveis, é tido como o grande inventor da imprensa moderna. Até então, nas reproduções dos textos e livros utilizavam-se placas com as gravações fixas de cada página. A Criação de Gutenberg vai fomentar o aparecimento da imprensa, um pouco por todo o mundo.

¹⁰ Informação acedida em <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4311313> a 4 de junho de 2014.

liberdade «da comunicação dos pensamentos, sem censura» e punir o desrespeito pela liberdade de escrita; políticas que terão um carácter definitivo com a aprovação da Lei da Imprensa Portuguesa em 1834 (Sousa, 2008: 14-18). Estas alterações fomentam a vontade de saber, escrever e opinar sobre os assuntos quotidianos, assistindo-se consecutivamente a um crescimento massivo dos títulos (*idem*: 29).

Apesar de a Guerra Civil de 1828-1834 e de o Governo Absolutista de D. Miguel terem posto novamente término à liberdade de imprensa e terem censurado os ideais iluministas e liberais, crescia nos portugueses o gosto pelos jornais. Por esta altura, o paradigma do jornalismo eminentemente informativo já estava ultrapassado — abrindo espaço à imprensa de opinião — e surgiam as primeiras “crónicas-folhetins” em publicações de âmbito político e literário como *O Cronista* e *O Português*, que contavam com a participação de escritores como Almeida Garrett, Ramalho Ortigão, entre outros (Lopes, 2010a: 4). Com estes textos e com as cada vez mais frequentes participações de escritores nos jornais, as então chamadas crónicas vão absorver estilos, características e traços literários.

No término do Absolutismo em 1834 e com a restauração do Regime Liberal em Portugal, anteviam-se novas esperanças para a imprensa portuguesa mas a instabilidade política proporcionava conteúdos de âmbito político e opinativo nas publicações existentes. Posteriormente deu-se a normalização política e, com o início da modernização do país levada a cabo durante o período da Regeneração e com a abolição por lei em 1866 das restrições anteriormente estabelecidas para a imprensa, emerge a objetividade jornalística e desenvolve-se a imprensa noticiosa em Portugal:

Começaram, então, a reaparecer em Portugal jornais noticiosos, direccionados para toda a sociedade, com meios técnicos e financeiros que propiciavam grandes tiragens (à escala do Portugal de então), baixo preço por exemplar (custos sustentados pela publicidade), linguagem clara e acessível, que não discutiam nem polemizavam, que não seguiam qualquer linha política, antes procuravam relatar factos importantes ou simplesmente interessantes, com verdade e a objectividade possíveis. Com esses jornais, de que o *Diário de Notícias* é o primeiro expoente, inaugura-se, em Portugal, a fase do jornalismo industrial (Sousa, 2008: 30).

É neste quadro de prosperidade marcado também pela industrialização — que criou emprego para muitos portugueses, proporcionou melhores condições socioeconómicas a muitas famílias portuguesas, fomentou a saída do campo, a urbanização nas periferias das cidades e também a escolarização — que se inicia a “era industrial” da imprensa,

com melhoramentos nas técnicas e na reprodução dos periódicos, com o crescimento do número de jornais e jornalistas e com a consequente profissionalização da atividade jornalística. Neste sentido, a criação do *Diário de Notícias* nacional¹¹ em dezembro de 1864 por Eduardo Coelho revelou-se um marco crucial no jornalismo português pois, sendo um dos primeiros diários a ter uma distribuição alargada (aproximando ainda mais os leitores dos jornais), estimulou a literacia e o interesse da população pelos acontecimentos da atualidade (Henriques, 2010: 31).

Em termos culturais, os jornais irão ter um papel fundamental, na medida em que reservavam no seu interior espaços próprios para a ficção e para as crónicas: o *Diário de Notícias* tinha já em 1865 uma secção denominada *Chronica*, em que se «fala[va] da chuva e do bom tempo, das efemérides e assuntos mezinhas» (Rodrigues, 2002: 100).

Nos anos posteriores à criação do *Diário de Notícias* foram introduzidos géneros jornalísticos como o editorial e a reportagem para cobrir e aprofundar as diversas ocorrências (Henriques, 2010: 29). Este periódico terá também uma importância particularmente reconhecida porque reservava nas suas páginas espaço para a participação de diversos escritores, promovendo a ligação entre a literatura e o jornalismo, conforme atestam as palavras de Pina Martins: «todos os nomes da literatura portuguesa do século XIX estão mais ou menos ligados à influência que este [*Diário de Notícias*] exerceu sobre a vida política e cultural da Nação» (*apud* Rodrigues, 1998: 21).

Também em outras publicações se estabeleceu uma estreita ligação entre o jornalismo e a literatura; uma relação que no caso concreto da crónica se mantém até os dias de hoje. A título de curiosidade, *O Distrito de Évora*, fundado por Eça de Queirós em 1866, publicou uma série de crónicas deste autor que foram reunidas em 1981 na obra *Páginas de Jornalismo: «O Distrito de Évora» (1867)*. Constan neste volume algumas “crónicas sobre a crónica” em que Eça disserta sobre as características deste género híbrido. Numa delas, publicada a 17 de fevereiro de 1867, Eça destaca:

A crónica, hoje um pouco enfastiada, vendo-se sem notícias, sem horrores ou maravilhas a contar, sem que haja um amigo que tenha a abnegação de se matar para lhe dar dez linhas de original, uma mulher que se deixe raptar, para dar meia coluna, vendo o tempo chuvoso, vento, frio, vai pelos seus colegas do jornalismo, escutando por entre as colunas, espreitando pelos

¹¹ Existe o *Diário de Notícias da Madeira*, um periódico fundado a 11 de outubro de 1876 pelo Cónego Alfredo César de Oliveira (Henriques, 2010: 23).

noticiários, arregalando os olhos para o mais pequeno artigo, a ver se encontra um facto interessante ou mesmo somente assombroso (1981: 61).

Nos jornais, o espaço dedicado aos escritores acolhia géneros de escrita como a novela, o conto, o romance, poesia, o folhetim e a crónica. Embora estes dois últimos géneros tenham surgido como um só, as “crónicas-folhetim”, como já mencionei, existem claras diferenças entre eles e posteriormente haverá uma separação entre os géneros, conforme explica Manuel Henrique Almeida: «a crónica passa a ocupar-se da realidade social, política, cultural, etc. e a surgir noutra local do periódico, num lugar seu e como género jornalístico» (2001: 168). O autor refere ainda que o folhetim assumir-se-ia como modalidade mais literária dedicada a contos e excertos de obras (*ibidem*). A escrita de folhetins era encarada por parte dos autores como um meio de promoção das próprias obras, uma vez que o público dos jornais era muito mais vasto e diversificado do que aquele conjunto de pessoas que nesta época tinha acesso aos livros; uma situação que aconteceu inclusivamente com os romances de Horácio Bento de Gouveia. Outras vezes, os folhetins serviam também como um esboço preparatório para a versão final das obras editadas em livro.

É neste contexto que emerge a crónica nos jornais, que por sua vez se encarrega de relatar factos diários a partir do ângulo subjetivo de quem escreve — o cronista —, conforme afirma José Marques de Melo: «da História e da Literatura, a crônica passa ao jornalismo, sendo um gênero cultivado pelos escritores que ocupam as colunas da imprensa diária e periódica para relatar os acontecimentos cotidianos ou conjunturais, numa perspectiva eminentemente pessoal» (1988: 42).

Através desta evolução e destes sucessivos avanços e recuos (provenientes da ação do poder régio como forma de controlar as publicações), podemos perceber que é somente na chamada imprensa oitocentista que a crónica se afasta do âmbito histórico e se afirma como género ambíguo que “vive” na fronteira entre o jornalismo e a literatura. Esta conclusão é igualmente comungada por Manuel Henrique Almeida:

A imprensa periódica do século XIX contribui decisivamente para uma nova configuração deste género, ancestralmente ligado ao registo historiográfico. Esta matriz não se perdeu completamente, de tal forma a crónica manteve a sua ligação à narração de um acontecimento ou de uma situação do quotidiano. Mas se o passado lhe confere pergaminhos no sentido da valorização da vertente informativa, tal dimensão dificulta a sua inserção no âmbito dos géneros literários (2001: 167).

De resto, pelo facto de não existir um passado linear, ainda na contemporaneidade assistimos a uma latente dificuldade em definir o âmbito da crónica — se jornalístico, se literário —, como está subjacente nas palavras de Paula Lopes:

A crónica é o que sobra da literatura do jornal mas é também a manifestação mais próxima do jornalismo dentro da literatura. A crónica traz qualidade às páginas dos jornais. É muitas vezes uma apreciação crítica, um juízo de valor, uma narração de factos/acometimentos (reais, como pretexto, ou ficcionais), alternando entre a subjetividade literária e o relato de factos. A crónica traz qualidade às páginas dos jornais (2010a: 3).

Assim sendo, com bases nas opiniões dos diversos autores, podemos concluir que a crónica, apesar de poder ser assumida como um género jornalístico, não deixa de ter no seu âmago ligação à história e, acima de tudo, à literatura. Neste contexto, Fernando Figueiredo, Leonor Martins Coelho e Thierry Proença dos Santos afirmam:

Tratando-se de um género híbrido e polifónico, a crónica em particular a crónica moderna (após o registo folhetinesco da segunda metade do século XIX) associa a flexibilidade do discurso jornalístico (apto a falar com agilidade e precisão sobre um acontecimento da vida quotidiana) à liberdade criativa do discurso ficcional nunca descurando o seu papel de testemunha do seu tempo (2007: 13).

Joaquim Letria, por sua vez, reforça a indefinição do conceito de crónica e, alegando os alicerces históricos e literários do género, refere que a falta de uma definição atualizada «corresponde à hibridez do género, a meio caminho entre os estilos informativo e editorializante» (Letria, 1999: 51).

1.2.3. A crónica enquanto género jornalístico

Hoje em dia o público tem acesso aos principais factos e ocorrências através da televisão e da internet e, assim sendo, como forma de combater o monopólio destes *media*, os jornais têm necessidade de marcar a diferença, optando muitas vezes por acrescentar aos conteúdos noticiosos outros que cumprirão a missão de desenvolver e aprofundar dados e juntar opiniões sobre os assuntos noticiados. Para este fim, fazem-se valer sobretudo dos géneros de natureza opinativa, como é o caso da crónica.

Contrariamente aos géneros informativos, a crónica jornalística pode conter interpretação dos factos e mostrar uma perspetiva mais pessoal aos leitores, como afirma José Luis Martínez Albertos: «en la crónica el autor de la información impregna

los acontecimientos narrados de su versión de los hechos» (*apud* Arranz, 2000: 101). De referir também que é esta subjetividade que leva à constante comparação entre a crónica e o artigo, ainda que existam diferenças evidentes, conforme comprovam as palavras de Luís Carmelo:

Não se pode confundir crónica com artigo. As diferenças daquela face a este último passam pela heterogeneidade do conteúdo e por um âmbito que não se confina à esfera estritamente informativa. A crónica é, pois, sobretudo, um entreposto breve de registos, ou uma verdadeira arte de composição que se joga entre níveis diversos de observação, informação e comentário (2008: 37).

Aliás, é o facto de o artigo ser atualmente catalogado essencialmente como um texto noticioso e a crónica ser mais versátil e poder ser expressa com subjetividade que parece ser o motivo que leva autores como Martin-Lagardette a incluírem o artigo nos géneros informativos (Gonçalves, 2004: 45). Convém ainda alertar para o facto de muitas vezes se usar o termo “artigo” para classificar diversos outros textos, mesmo que estes tenham o seu género próprio¹².

A crónica, estando inserida no chamado jornalismo de opinião, pode comentar factos verídicos socorrendo-se de técnicas, estilos e formas normalmente associadas aos textos literários. Na opinião de Paula Lopes, «as liberdades de forma e de conteúdo estão patentes na crónica; aqui é permitida a narrativa rica em adjetivos e figuras de estilo, em jogos e ambiguidades» (2010a: 8).

Tida como a «escrita jornalística de recorte mais literário», as crónicas deixam espaço para a subjetividade de quem escreve, dando liberdade para o seu autor comentar os assuntos de forma breve, ligeira, coloquial e apelativa (Cascais, 2001: 63-54). Em consonância com esta descrição, Victor Silva Lopes também admite:

A crónica é um pequeno texto narrativo que se ocupa de um episódio (às vezes banal ou insólito) do quotidiano. O cronista prevalece [*sic*] o comentário, numa linguagem expressiva, por vezes poética, mas simples e clara. [...] A crónica permite uma interpretação subjectiva da realidade e, frequentemente, faculta ao seu autor a possibilidade de revelar os seus ideais. Todos esses factores conseguem provocar (geralmente) a emoção do leitor, através dos efeitos literários (1981: 103).

¹² Como tive oportunidade de verificar na minha pesquisa no *Diário de Notícias da Madeira*, alguns dos escritos de Horácio Bento de Gouveia aparecem com a indicação “artigo do Dr. Horácio Bento de Gouveia”, embora, pelo seu conteúdo, periodicidade e subjetividade, se perceba claramente que são crónicas.

O papel do cronista não é a busca da novidade nem o relato de ocorrências em primeira mão. Tem sim como função observar a realidade, tirar conclusões e exprimi-las ao leitor, fazendo, no fundo, a interpretação e explicação pessoal de determinados factos e situações (reais ou ficcionadas). Para atingir este objetivo, o cronista deve sentir-se, conforme atesta Joaquim Letria, «livre de estilos, regras ou preceitos formais, comunicando da forma como sente os factos e tirando partido do mais próprio do seu estilo» (1999: 51-52). Luís Carmelo, resumindo os atributos da crónica, diz que a crónica é uma «síntese regular e permanente do trabalho jornalístico — e literário — baseada na auscultação plural e criativa da realidade» (2008: 38).

Segundo Fernando Cascais, a liberdade de interpretação e de escolha dos factos a comentar pelo cronista fica apenas condicionada pelo interesse que o assunto terá para o leitor (2001: 63). E, no âmbito deste “interesse público” e abordando assuntos factuais do quotidiano, a crónica também afirma e reforça a sua ligação ao jornalismo. Para Juan Gargurevich, a crónica não é mais do que um «relato sobre pessoas, fatos ou coisas reais, com fins informativos, redigidos preferentemente de modo cronológico e que, diferente da nota informativa, não exige atualidade imediata mas sim vigência jornalística» (*apud* Melo, 1988: 45).

Outra das características da crónica, tal como explica Paula Lopes, é o facto de o «foco narrativo» se situar na primeira pessoa do singular e no testemunho do próprio cronista. Segundo a autora, «o ‘eu’ está sempre presente de forma directa ou na transmissão do acontecimento segundo a visão pessoal» (2010a: 8).

De resto, esta pessoalização contraria, uma vez mais, a imparcialidade exigida aos textos informativos. Alex Grijelmo estabelece a diferença fulcral entre os dois tipos de géneros jornalísticos (informativo e opinativo):

La crónica toma elementos de la noticia, del reportaje y del análisis. Se distingue de los dos últimos en que prima el elemento noticioso y en muchos periódicos suele titularse efectivamente como una noticia, aunque en ocasiones puedan utilizarse tipografías diferentes. Y se distingue de la noticia porque incluye una visión personal del autor (*apud* Arranz, 2000: 103).

Assim, as crónicas vão revelar também a verdadeira personalidade do cronista, como de resto acontece com os textos jornalísticos de Horácio Bento de Gouveia. No caso concreto da crónica bentiana (como desenvolverei mais adiante) esta relação torna-se possível porque teoricamente o cronista privilegiará as suas próprias memórias,

vivências e o contacto direto com os assuntos para elaborar a sua exposição. A este respeito, Luís Carmelo esclarece:

O jornalista (ou autor) que redige uma crónica é, ele mesmo, a fonte principal daquilo que se relata; esta é a grande especificidade da crónica. Mesmo quando se socorre de outras opiniões – ou das fontes mais inimagináveis – para fundar as suas interpretações, digressões e inferências, o cronista relata sobretudo o que experimenta, o que reflecte, o que vive e o que conhece numa condição essencialmente testemunhadora (2008: 38).

A maior parte das vezes, devido ao ritmo acelerado de funcionamento de um jornal (sobretudo dos diários) e devido ao facto de os jornalistas estarem ocupados com a atualidade do dia a dia, as crónicas ficam a cargo de colaboradores convidados e externos à redação. Por norma, estes cronistas são sobretudo nomes de referência em determinadas áreas do saber que têm como função dar o seu parecer sobre um determinado tema ou acontecimento (Letria, 1999: 62).

As crónicas jornalísticas, pelo seu tom coloquial, pelas suas características formais e também pelo facto de virem destacadas nos jornais e de terem normalmente uma determinada periodicidade, estimulam uma relação de proximidade entre o leitor e o cronista, como comprovam as palavras de Joaquim Letria:

A continuidade da publicação das crónicas estabelece uma corrente de simpatia, de identificação entre o leitor e o autor, convertendo este último numa espécie de confidente ou de cúmplice do primeiro. Estas são circunstâncias que contribuem para conferir um carácter muito particular às crónicas e sua importância para os periódicos que as publicam (1999: 51).

O *Dicionário dos Media*, definindo o cronista como um «redator veterano», esboça uma definição de crónica que abarca resumidamente algumas das características que têm sido expostas nesta dissertação:

Género jornalístico cuja natureza evoluiu no tempo. Na sua origem, era um género que relatava os acontecimentos de um determinado campo de actividade. Hoje, artigo de comentário geral, no seio de uma secção especializada, entregue na maior parte das vezes a um cronista, cuja assinatura adquiriu, na sua especialidade, uma notoriedade suficiente para reter o interesse do leitor (Balle, 2004: 55).

Para além destas características formais, e também na tentativa de cativar o interesse do leitor, a crónica apresenta diversas particularidades que a tornam um género singular. Uma das características reside no facto de apresentar a célebre estrutura narrativa composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. A conclusão ou

remate, feita muitas vezes de forma irónica e humorada, pretende reforçar a mensagem do texto e despertar a reflexão no leitor.

A crónica é também um género jornalístico que se pode subdividir consoante o seu tema e especificidades no entender de Joaquim Letria:

Há dois tipos de crónicas: as que respeitam a um lugar e as que têm que ver com um tema. As primeiras competem a um correspondente, a um repórter em viagem, aos correspondentes de guerra.¹³ O segundo grupo relaciona-se com as chamadas crónicas de sucessos, a crónica judicial, a crónica tauromáquica, a crónica social, a crónica de cidade (1999: 53).

Mas, para além das crónicas se poderem enquadrar em diversas tipologias (judicial, policial, literária, desportiva, política, social, de costumes, de viagem, entre outras subdivisões), como elucida o autor, no seio de cada um destes textos existem também âmbitos e abordagens diferentes. Sobre esta panóplia de subdivisões, Fermín Galindo Arranz diz:

Resulta prácticamente imposible enumerar todas las modalidades temáticas de la crónica: parlamentaria, de sucesos, de sociedad, de guerra, judicial, de espectáculos (desportiva, musical, taurina...), local, de viajes y de todo aquéllo que un periódico entenda que puede ser de interés para sus lectores desde el punto de vista del cronista (2000: 101-102).

Assim, a crónica desportiva, por exemplo, terá um vocabulário diferente da crónica policial. Por sua vez, um texto de âmbito policial não terá, com certeza, a ambiguidade que é muitas vezes permitida à crónica literária. Aliás, esta última, como as demais, incorpora traços e características tipicamente associadas à literatura, mas tem também a literatura como tema central.

De resto, dadas as diversas características que ligam simultaneamente a crónica ao jornalismo e à literatura, estabelece-se uma fronteira ténue entre estas duas áreas; uma divisão que tem despertado diversas opiniões e teorias.

¹³ O traço “/” será utilizado para marcar a divisão dos parágrafos das citações.

1.2.3.1. Entre o jornalismo e a literatura

Como já tive oportunidade de mencionar, a crónica jornalística, pela sua estrutura e pela sua linguagem subjetiva, é um género próximo do texto literário. Se, por um lado, há quem defenda a existência de uma fronteira entre literatura e jornalismo que faz com que haja dois géneros de crónica diferentes, com características distintas — a crónica literária e a crónica jornalística —, por outro lado, muitos críticos são categóricos em afirmar que em qualquer uma destas modalidades há o cruzamento das particularidades de cada um dos respetivos universos.

José Marques de Melo, dissertando acerca desta ambiguidade, refere: «a crónica, na imprensa brasileira e portuguesa, é um género jornalístico opinativo, situado na fronteira entre a informação de atualidade e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real» (1988: 47). Marques Melo, não dissociando a crónica dos factos do quotidiano, chama também a atenção para o facto de este texto apreender o significado dos factos quotidianos, ironizá-los e vislumbrar a «dimensão poética não explicitada pela teia jornalística convencional» (*ibidem*).

Independentemente das diversas opiniões que existem, o facto é que a literatura e o jornalismo têm realmente um objetivo comum — o de comunicar — e ambos fazem uso da palavra como forma de interagir com o público, como de resto explicita Paula Lopes no artigo “Linguagem literária e linguagem jornalística: cumplicidades e distâncias”:

Literatura e jornalismo são dois modos de narração paralelos – e, por vezes, convergentes –, cuja coincidência fundamental assenta na utilização da palavra como utensílio de trabalho e da frase como veículo de pensamento. Estas construções narrativas – que estabelecem níveis de significação, veiculam mitos e arquétipos, constroem personagens e imagens, expressam acções e sentimentos – diferenciam-se pela intenção do discurso e convergem num mesmo ponto, o leitor, sempre com um mesmo propósito: comunicar. Tanto num caso como no outro, a realidade expressa por palavras pressupõe manipulação, pressupõe a produção e difusão de uma versão de uma determinada realidade (2010c: 1).

Ainda que em termos teóricos e práticos se possa delimitar algumas semelhanças entre a literatura e o jornalismo, existem algumas diferenças substanciais. Na opinião de Mar de Fontcuberta, uma das grandes e primeiras divergências diz respeito ao facto de, por norma, o texto literário ser um produto ficcional e indiferente à atualidade, ao passo que a redação jornalística (neste caso concreto a crónica) tem preferência pela realidade,

isto é, pelos factos verídicos, muito embora possa incorporar também no seu texto reflexão, subjetividade e algumas técnicas próprias da literatura (2002: 74).

Assim, contrariamente ao produto literário, a crónica jornalística, não camuflando a subjetividade¹⁴, nem seguindo a estrutura noticiosa da pirâmide invertida¹⁵, tenta afastar-se dos factos e personagens meramente imagináveis e cingir-se ao real, comentando os factos e acontecimentos que marcam ou têm pertinência para a atualidade e para a discussão. É, no fundo, uma escrita que valoriza a interpretação.

Em termos estruturais, as opiniões acerca da crónica são também divergentes. José Rebelo, por exemplo, é da opinião que a estrutura da crónica jornalística «segue de perto o célebre triângulo invertido», explicando que «começa-se por reunir a [sic] máximo de informações e de comentários sobre a ocorrência. Depois, à medida que se avança na narrativa, vão-se retendo, apenas, os aspectos mais relevantes até se chegar ao decisivo. Que mais não é do que a conclusão» (*apud* Lopes, 2010a: 9).

Já Daniel Ricardo é categórico a afirmar que a crónica, à semelhança dos demais textos opinativos, «não se subordina às exigências da técnica do *lead* e da pirâmide invertida, mas deve incluir uma abertura em que se exponha o assunto a tratar e um desenvolvimento em que as ideias apareçam por ordem crescente de complexidade» (*apud* Lopes, 2010a: 9).

Em termos sumários, é também nesta corrente de proximidade entre o jornalismo e a literatura que se inserem os escritos de diversos cronistas contemporâneos e dos profissionais do chamado “Novo Jornalismo” ou “Jornalismo Literário”; uma forma de fazer jornalismo (divulgada nos Estados Unidos da América nas décadas de 60 e 70 do século XX) que desconstrói a forma tradicional de informar o público e que incorpora ao facto noticiado técnicas e métodos associadas à literatura,

¹⁴ A subjetividade é de resto um elemento transversal ao jornalismo em geral – mesmo em publicações e meios que se pautam pelo rigor e objetividade – na medida em que tanto a simples seleção das matérias a ser noticiadas, como a própria disposição e alinhamento das notícias e artigos nos diversos meios de comunicação já pressupõem um olhar pessoal e subjetivo. No caso concreto da crónica, esta perspetiva pessoal é mais visível e ainda mais alargada servindo inclusivamente de base à relação de proximidade e ao diálogo constante que existe entre o cronista e os seus leitores (Melo, 2007: 2).

¹⁵ Segundo o *Manual de Jornalismo* de Anabela Gradim, «a pirâmide invertida é a técnica mais comum de construção das notícias e segue-se naturalmente da elaboração de um bom *lead* directo. Significa, muito simplesmente, que numa notícia, a seguir ao *lead*, todas as restantes informações são dadas por ordem decrescente de importância, de forma que, à medida que se vai descendo no corpo da notícia, os factos relatados se vão tornando cada vez menos essenciais. Pirâmide invertida porque a base desta, aquilo que é noticiosamente mais importante, se encontra no topo – em ordem muito distinta à que seguem por exemplo a novela, o drama ou o conto». Citação obtida em <http://bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-2.html#b512> a 9 de setembro de 2014.

conferindo assim ao texto jornalístico maior dinamismo e envolvimento. Ao abrigo desta corrente (encabeçada por nomes como Tom Wolfe, Truman Capote e Gay Talese) géneros como a reportagem, o perfil e a crónica ganham um novo fulgor e versatilidade (Fakazis, 2009: 946-950 e Forde, 2009: 854-858).

O *timing* de escrita de um texto jornalístico — mesmo no caso da crónica — é também muito mais reduzido do que aquele de que dispõem os escritores. Nas palavras de Mar de Fontcuberta, «um escritor pode levar anos a escrever um romance; o jornalista tem que executar o seu trabalho num prazo curto e improrrogável» (2002:74).

Até mesmo no caso das crónicas de periodicidade semanal (como são a maioria dos escritos jornalísticos de Horácio Bento de Gouveia) há a necessidade de cumprir a hora de fecho dos órgãos de comunicação social. A este respeito, Ernesto Rodrigues, numa análise que faz à obra bentiana *Crónicas do Norte*, afirma que o «sentido jornalístico do vário que se equivalet é a metodologia de qualquer cronista, que não pode esperar pelo raro ou singular, porquanto não adivinha, e a hora de fecho não se compadece» (Rodrigues, 2002: 100).

Outra das diferenças latentes entre o jornalismo e a literatura reside, para muitos estudiosos, no critério da atualidade. Lázaro Carreter e Fontcuberta são apenas dois dos teóricos dos que consideram que o texto literário nunca morre, ao passo que o jornalístico «morre diariamente, até hora-a-hora, e deve estar contido num espaço e num tempo rigidamente fixados» (Fontcuberta, 2002: 75).

Mas, dado o objeto da minha dissertação incidir sobre a afirmação da identidade madeirense nas crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia, discordo destes autores acerca da efemeridade destes textos, uma vez que parte destas crónicas quando foram publicadas incentivaram de alguma forma a valorização do património, usos e costumes madeirenses e até mesmo nos dias de hoje constituem um importante recurso no estudo e afirmação dos aspetos identitários da ilha. A imortalização destes e de outros escritos jornalísticos em livro pode ser também uma forma de combater a fugacidade associada ao jornalismo, como de resto afirmam Adriano Rodrigues, Eduardo Dionísio e Helena Neves:

A produção jornalística normalmente não aspira à originalidade mas à conformidade, não pretende deixar uma mensagem estética e literária para a posteridade como a obra literária. O que não quer dizer que, despretenciosamente se imponha, para além do suporte jornalístico, e que

uma vez passada a sua funcionalidade efêmera, a obra jornalística [...] não venha transformar-se em texto consagrado (1981: 143).

Assim sendo, por acompanharem factos do quotidiano, os textos jornalísticos podem ser uma mais-valia e um excelente instrumento de contextualização histórico-cultural para as diversas épocas, como de resto acontece com as crónicas bentianas e com tantas outras. Neste sentido, Manuel Henrique Almeida alega que as crónicas, quando publicadas em livro, não perdem atualidade e o seu carácter ligeiro e acrescenta ainda que «embora parecendo um mero exercício efémero de comunicação, a crónica sobrevive à circunstância periodística, ao fazer durar uma visão e um pensamento que se actualiza e recontextualiza perante o leitor» (2001: 167).

A crónica jornalística, ao incidir sobre temas de interesse público e do público, promove uma vez mais uma relação de proximidade entre o cronista e o público; um relacionamento que, como já foi mencionado, é reforçado pelo facto de a publicação da crónica obedecer por norma a uma determinada periodicidade, isto é, o leitor conta, num dia específico, com a opinião daquele cronista sobre o mundo que o rodeia. Assim sendo, esta ligação entre autor e leitores conferirá à crónica uma dimensão coloquial, quase de diálogo constante entre os dois. Na literatura, embora muitos autores tenham o seu público fiel, a relação já não é tão próxima nem, sobretudo, regular.

Ao contrário do leitor de literatura que vê no livro um instrumento de lazer e que, muitas vezes, procura histórias ficcionais, o público do jornal e da crónica lê para se manter informado sobre os assuntos e para formar a sua própria opinião, sustentada por vezes na visão do cronista. Por esta razão, e tendo em conta que a leitura do jornal é rápida, a mensagem jornalística (mesmo no caso da crónica) tende a ser breve e clara, contrariamente à linguagem literária que poderá ser metafórica, ambígua e codificada consoante o estilo de cada autor.

Tendo em conta esta visão, a obra bentiana pode também ser apontada como um exemplo da distinção que existe entre a linguagem jornalística e a linguagem literária, pois, ao passo que nos romances se verifica um recorrente transcrever da «linguagem castiça e vernácula»¹⁶ do povo, nas crónicas jornalísticas (em concreto as que alegam a identidade madeirense) esta transcrição é muito mais subtil, menos frequente e tem a apenas a função de reforçar os aspetos socioculturais que o cronista considera serem

¹⁶ Luís Calisto, “Horácio Bento de Gouveia e o seu novo livro: «Margareta» vingará em Portugal porque é dinâmico e está bem escrito”, *Diário de Notícias da Madeira*, 29 de junho de 1980.

típicos da sua terra. Assim, surgem nos textos jornalísticos diversos regionalismos e passagens ilustrativas das particularidades dialetais madeirenses, conjugadas com a escrita do português corrente e acessível ao comum dos leitores.

A crónica jornalística, como costuma estar vinculada à atualidade, incide sobre temas polémicos e atuais como forma de alimentar a inquietude dos leitores e, por isso mesmo, o cronista (à semelhança dos demais profissionais dos jornais) tem também de dominar minimamente as diversas áreas do saber e apreender a generalidade dos assuntos que constituem a ordem do dia, ao contrário do escritor, a quem não é exigido este domínio sobre a atualidade. Apesar disto, a crónica jornalística (sobretudo aquela que é assinada por elementos exteriores à redação), aproximando-se da literatura, goza ainda de uma certa liberdade temática e de estilo e, assim sendo, não está submetida de forma tão vinculada às mesmas normas sob as quais se regem os restantes géneros, sobretudo os informativos, como é o caso da notícia.

Em *Noções de jornalismo: histórias e técnicas*, José Jorge Letria e José Goulão concluem: «as crónicas aligeiram os jornais, muitas vezes sobrecarregados com os factos. Se a reportagem reproduz a vivência pessoal do jornalista, a crónica transmite a reação pessoal, com a qual muitas vezes os leitores se identificam, através do humor da ironia, do elogio emocionado, de todas as formas de sentimentos» (1982: 86).

No seio da velha relação entre jornalismo e literatura, Baptista-Bastos sintetiza os papéis e explica: «O escritor conta uma história. O jornalista desmonta-a. O escritor não tem de pesquisar o erro: tem de o assinalar, criando situações e fazendo inflectir essas situações nas personagens. O jornalista tem de investigar o porquê das coisas, para compreender o que acontece. Mas ambos, escritor e jornalista, trabalham com homens e para homens» (*apud* Rodrigues, 1998: 83-84).

Mas, com esta enumeração de pontos divergentes entre a literatura e o jornalismo, não quero comprovar a não existência de semelhanças entre estes dois géneros, uma vez que estou consciente que tanto uma modalidade como outra partilham características entre si e a fronteira que existe entre a literatura e o jornalismo é muitas vezes permeável e híbrida, sobretudo nos textos de âmbito opinativo, como é o caso da crónica jornalística. Neste sentido, Nelson Veríssimo diz: «a crónica constitui um género do jornalismo de opinião, muito cultivado na imprensa diária, que prestigia o

periódico e simultaneamente implica o reconhecimento, por parte deste, dos pontos de vista, valor literário e espírito crítico de quem a subscreve»¹⁷.

Comprova-se, deste modo, que existem opiniões radicalmente opostas em relação à crónica: umas não concordam com a sua existência enquanto género jornalístico — justificando que os cronistas não participam do ambiente do jornal e escapam da produção e das determinações de espaço e tempo inerentes ao jornalismo — e outras, pelo contrário, atribuem à crónica jornalística um âmbito eminentemente informativo (Lopes, 2010a: 7).

Contudo, na minha perspetiva, a crónica jornalística desvia-se das normas rígidas dos géneros puramente informativos e no âmbito do jornalismo opinativo segue também estruturas e modelos normalmente ligados à literatura. A este respeito, da análise que fiz aos escritos bentianos, concluí que o cronista utiliza introduções capazes de fascinar o leitor, elabora no seu texto interrogações retóricas, críticas, sátiras e comentários e, no término do texto, nunca dá por concluído o diálogo com o leitor, deixando em aberto um próximo encontro. Este *suspense*, de resto, irá também conferir à sua crónica continuidade e ao mesmo tempo um carácter fragmentário.

Acima de tudo, mais do que um género próximo da literatura, a crónica jornalística assume-se pela simplicidade, eficácia, proximidade e pelo facto de se aliar à atualidade para promover a reflexão e cumprir, por assim dizer, o papel social do jornalismo — que é o de informar e formar o público. Já em 1978 Horácio Bento dizia que «comunicar é uma necessidade primária do homem»¹⁸, e talvez por isso ele tantas vezes, nas suas crónicas, advirta para a importância da leitura e do jornal, o meio de comunicação de excelência das primeiras décadas do século XX. Numa delas afirma:

Mas a necessidade da leitura da gazeta é tão sobranceira às nossas tendências adquiridas como o alimento está para a conservação da vida. O diário faz parte dos melhores hábitos do espírito. É lá possível ao homem de hoje isolar-se, viver alheio ao noticiário do que vai pelo mundo como se tivesse aquele decidido fechar-se dentro de uma cabine para não dar ouvidos à população que tumultua na rua! Não.¹⁹

¹⁷ Nelson Veríssimo, “Horácio Bento de Gouveia e as Crónicas do Norte”, *Diário de Notícias da Madeira*, 18 de setembro de 1994.

¹⁸ Horácio Bento de Gouveia, “A gazeta é comunicação”, *Diário de Notícias da Madeira*, 11 de outubro de 1978.

¹⁹ Horácio Bento de Gouveia, “A leitura do jornal”, *Diário de Notícias da Madeira*, 21 de janeiro de 1962.

2. JORNALISMO E IDENTIDADE: A CRÓNICA DE HORÁCIO BENTO DE GOUVEIA

2.1. Em torno da identidade madeirense

Ainda que o mundo contemporâneo seja uma autêntica “aldeia global”, nas palavras de Marshall McLuhan, e que sejamos confrontados com o fenómeno da globalização, assiste-se paralelamente a uma maior consciencialização das especificidades e características de cada cultura, país, região, povo ou raça. É também no reconhecimento da diversidade que emergem e se consolidam determinados conceitos, entre eles o de identidade — entendido como o conjunto de características que identificam e diferenciam determinado grupo ou território.

Já desde há muitos séculos que muitos países (sobretudo europeus, pelo seu passado de lutas e conquistas e pelo facto de terem sido colonizadores) reclamam e têm vindo a afirmar a sua identidade nacional. No entanto, na maior parte dos casos, a proclamação das identidades fazia-se apenas por questões eminentemente políticas e não por especificidades socioculturais.

Hoje em dia, para além de se consagrarem identidades mais abrangentes — como é o caso da europeia — e para além das características, símbolos e traços dos países fazerem parte da noção de identidade nacional, existe uma especial atenção em relação ao artesanato, gastronomia, tradições, usos e costumes dos territórios mais pequenos e das diversas regiões. No entender de Claude-Gilbert Dubois, a identidade regional é «a consciência que têm os homens de partilhar um certo número de bens, recordações e valores comuns, de maneiras de viver, de referências a um discurso que reenvia a imagens familiares»²⁰.

É neste quadro mais específico que se insere a noção de identidade madeirense, que traduz não só um conjunto de especificidades e traços sociais e etnográficos da região, como também é determinada pela configuração geográfica e pela insularidade. A este respeito, Alberto Vieira afirma:

A ilha assume-se como uma região particular, dispondo de uma identidade própria. [...] É por si só unidade social, económica e política, constituindo uma forma singular de mundo. O mar, factor de aproximação e isolamento, é o principal gerador da individualização. Por tudo isto é possível falar do

²⁰ Citação obtida em http://www.academia.edu/1153139/o_discurso_da_identidade_insular a 2 de julho de 2014.

mundo insular, assente numa singular personalidade, numa particular cosmo visão, ou melhor ainda, numa forma de ser e estar no mundo²¹.

Devido ao seu isolamento geográfico— conferido pela própria natureza — e também pelo facto de as medidas régias e acontecimentos históricos terem dado pouca importância socio-cultural aos territórios ultramarinos, permaneceram na Madeira, durante muitos anos e quase intactos, alguns dos mais remotos usos e costumes introduzidos a partir do século XV pelos colonos portugueses:

Apesar de todos [*sic*] estas condicionantes, o oceano constituiu uma formidável barreira a qualquer invasão, seja na sua forma bélica, como de migrações e protegeu a sua cultura autóctone de abruptas influências externas. Este sentimento de paz é talvez o bem mais precioso que uma ilha pode oferecer, aos seus habitantes, bem como aos seus visitantes (Pereira, 2011: 3).

De resto, esta mesma conclusão foi também partilhada por Horácio Bento de Gouveia na crónica “Civilização Madeirense”, quando afirma que as ilhas são espaços privilegiados na preservação de tradições:

Se é certo que o contacto da ilha com o mundo, com os alienígenas, influiu no viver de muita gente da urbe, a verdade é que, em extensão, os hábitos estruturantes do ilhéu não se modificaram porque as ilhas sempre foram ciosas de suas tradições, conservadoras de seu carácter, fechadas ao desnacionalismo das ideias e costumes de povos doutras raças avaras do sentimento nativo que a terra cria depois que o homem se familiariza com ela (Soares, 2011:53).

Houve de tal forma um enraizamento que atualmente, apesar dos avanços no campo da comunicação terem diminuído a distância entre os espaços insulares e os continentais, as ilhas funcionam ainda como «casulos de salvaguarda das ancestrais tradições peninsulares», nas palavras de Alberto Vieira. Exemplificando com o facto de ter sido nas ilhas que se deram os primeiros passos na investigação do folclore, Vieira atesta também:

A Ilha, pela sua geografia, define-se como uma forma singular de mundividência. A insularidade é a sua expressão, evidenciada na vida, história e mentalidade islenha. A ilha é, também, um cadinho da tradição e cultura. O isolamento, definido pela linha de água do litoral, é o mecanismo que favorece a tradição e dê [*sic*] forma a este cadinho que a preserva²².

²¹ *Idem.*

²² *Idem.*

Assim sendo, mais do que em qualquer outra parcela territorial, nas ilhas as características geográficas determinam a vida, o modo de ser e agir e, no fundo, a identidade. No entender de Amílcar Pereira, é o facto de as ilhas serem periferias, isto é, espaços que são influenciados por diversos determinantes, sobretudo de «ordem geográfica», que as torna territórios únicos:

A periferia molda todas as estruturas de uma ilha, desde a sociedade, os seus comportamentos, o quotidiano, as actividades produtivas e de subsistência, como a agricultura, comércio e indústria, as dinâmicas de uma população, a emigração e diáspora, os poderes e instituições e toda uma cultura, artes e património (Pereira, 2011: 3).

Para além de estar abarcada na conceção genérica da identidade regional, a vivência nas ilhas enquadra-se ainda no conceito de insularidade, definido por Maria Graziela Camacho como um «fenómeno psíquico, social e físico que caracteriza os povos que vivem em ilhas» (1999: 3).

A respeito da insularidade madeirense, Irene Lucília Andrade, em entrevista ao italiano Massimo Bussone, apontando as barreiras físicas que espaço insular coloca, explicou a sua visão acerca da condição do homem da ilha: «Para um madeirense existem dois sentimentos que se unificam e que é difícil de separar, e que às vezes angustia um bocado: um amor e um apego à terra, porque a terra de certa maneira protege, mas ao mesmo tempo há uma repulsa, porque a terra limita-nos» (*apud* Santos, 2007: 228). Também nas palavras de Horácio Bento de Gouveia, a condição ilhoa é transversal a todo aquele que nasce ou habita na ilha e é o que o distingue em relação aos demais:

Queiramos, quer não queiramos, somos um pedaço de argila que a montanha molda, o espaço espartilha à maneira como o espírito reage às situações, a ilha, a nossa condição insular, a resistência passiva do mar numa ilha pequena que nos enclausura, fazem que o homem seja lutador... as ilhas... comunicam ao nativo uma forma de pensar diferente que o distingue continental (*apud* Camacho, 1999: 4).

De resto, a ideia de “ilha” esteve desde sempre envolta em utopia, exotismo, mitos e lendas, quer na arte, quer no senso comum, e transversalmente representou um espaço com uma identidade específica e diferente em relação ao território continental:

Desde sempre, a imaginação do homem vê na ilha um lugar perdido e distante e procura nela um mundo melhor. Normalmente, os seus habitantes

são vistos como um pequeno grupo de privilegiados, parte integrante de um mundo particular (Teixeira, 2001: 18).

Tratando-se de um microcosmos, a Madeira não escapa à concepção de ilha-paráiso. Neste sentido, Leonor Martins Coelho refere que o espaço insular «parece assim conter uma dimensão simbólica constituindo um arquétipo, um refúgio, um mundo à parte e idealizado [...] A ilha é vista como uma terra paradisíaca e a Madeira não escapou a este processo de mitificação» (2006-2008: 148).

No contexto do viver específico das ilhas, em particular das que compõem o Arquipélago dos Açores, em 1932, também Vitorino Nemésio expressou o «essencial da sua condição de ilhéu», criando assim o conceito de açorianidade. Nemésio, além de mencionar a relação umbilical e sempre presente que os açorianos mantêm com o mar que lhes «impregna a alma e os actos», exalta também o apego à terra — catalogando-o como um «amor elementar que não conhece razões, mas impulsos». Por fim, resume a influência que a geografia e a geologia têm no quotidiano e história do povo açoriano:

Como homens, estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo *habitat* a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra. A geografia, para nós, vale tanto como a própria história e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relato de sismos e enchentes (Nemésio, 1932: 59).

A açorianidade pode, deste modo, ser entendida como a conjugação de diversos fatores — naturais e culturais — peculiares e inerentes aos açorianos, não só os que vivem efetivamente nos Açores, mas também os que estão espalhados pelo mundo e que fazem parte da diáspora açoriana. Todas as condicionantes exaltadas por Nemésio moldam a personalidade e o quotidiano dos açorianos e são pilares da identidade regional, conforme diz António Manuel Machado Pires:

Os açorianos e a cultura açoriana são o resultado de uma amálgama e de um processo histórico. A sua identidade e o seu casticismo são simultaneamente a sua geografia, as suas longas raízes históricas, no enquadramento da história portuguesa, mas ainda a sua dispersão por nove ilhas não descobertas e ocupadas simultaneamente, a saga dramática perante o vulcanismo, o êxodo, a emigração, a busca de afirmação dentro e fora do Arquipélago, enfim, a consciência e o orgulho que cada um dos seus naturais transporta para onde vai. É, afinal, uma maneira de estar no mundo, ou antes, uma maneira de percorrer o mundo sem esquecer de forma particular a ilha em que se nasceu: a ilha - cosmos onde se nasceu e começou a viver (Pires, 1989:16).

Apesar de serem ambos arquipélagos portugueses e partilharem um conjunto de valores e símbolos da identidade nacional — como é o caso da língua —, os Açores e a Madeira têm traços identitários diferentes. As ilhas da Madeira não têm, por exemplo, uma relação tão intrínseca com o mar como têm as ilhas açorianas. Nas palavras de João Afonso, as realidades destes espaços insulares não podem ser linearmente equiparadas:

Não se pode escrever dos Açores como no Baedeker da Madeira clima marítimo temperado, benigno de inverno, suave e fresco no verão. Jamais alguém viu um inglês vestido de branco em Dezembro nas ruas pacatas da Horta, ou tomar sorvetes num hotel de Ponta Delgada ou nas Furnas, como já tem acontecido no Monte do Funchal, na noite de Ano Bom, enquanto as sereias dos paquetes urram aos novos doze meses e os cachos de fogo-de-artifício transfiguram um céu de Cítera (2001: 85-86).

Em relação aos Açores, tal como já foi referido, Vitorino Nemésio criou a açorianidade, isto é, um termo próprio para definir a identidade ou insularidade açoriana. Já no que diz respeito à ilha da Madeira, embora ainda não exista nenhum conceito oficial que sintetize o *modus vivendi* destas ilhas, alguns autores já têm vindo a teorizar implicitamente sobre a “madeirensidade” (Rodrigues, 2012: 3). Paulo Miguel Rodrigues, docente da Universidade da Madeira, por exemplo, é a favor da existência da “madeirensidade” como um conceito operativo que ajuda a «reflectir sobre as múltiplas modalidades identitárias (sincrónicas e diacrónicas) identificáveis no Ser madeirense» (*idem*: 4).

A “madeirensidade”, na concepção de Paulo Miguel Rodrigues, não sendo uma abordagem concetual essencialista, apoia-se na interdisciplinaridade proporcionada pelas diversas áreas do saber — entre elas a filosofia, a etnografia, a linguística, a antropologia, a sociologia, a história e a geografia — para melhor esboçar a realidade e os traços característicos das ilhas da Madeira. Contrariando o ceticismo que existe em relação a este assunto, o autor acrescenta que «só o desconhecimento e o preconceito acrítico poderão justificar esta resistência a discutir construtivamente a identidade insular madeirense, pois a História já mostrou a falácia de tais posições». Já para o facto de ainda não ter sido criado um termo para a realidade insular madeirense, Paulo Miguel Rodrigues alega questões de ordem política, nomeadamente a ação «coerciva» do Estado Novo e a divisão que existia entre o sistema político e alguma «elite madeirense» (*idem*: 3-4).

Ainda que por vezes se atribua a criação da identidade madeirense ao momento da fundação da Autonomia político-administrativa do arquipélago, isto é, à criação da Região Autónoma da Madeira em 1976, e que este estatuto tenha sido fundamentado em condicionalismos geográficos, económicos, sociais e históricos²³, a verdade é que desde sempre o ilhéu madeirense teve noção da sua própria condição. No entender de Maria Mónica Teixeira, «o ilhéu madeirense (também denominado “insulano”, para Cabral do Nascimento; ou o “insulado” para Agustina Bessa-Luís) é o que herdou dos seus antepassados, pelo legado da tradição, uma consciência insular inata, a qual não pode ser transmissível» (2001: 27).

Num âmbito político, Maria do Céu Alves, apesar de reconhecer que a Autonomia representa uma expressão da identidade madeirense porque reconheceu determinados símbolos (a bandeira, as praças e o hino), adverte também para existência de outras particularidades e, apesar de erradamente se referir ao dialeto falado na Madeira como “língua”, afirma:

Errado seria pensar que a identidade madeirense existiu a partir da obtenção da autonomia e do desenvolvimento da ilha. Os madeirenses, pelas condições materiais de vida, pelas tradições, pela língua, pelo imaginário colectivo, sempre possuíram uma identidade na qual se identificam e se reconhecem (2010: 11).

Também, neste sentido, Thierry Proença dos Santos reconhece que os ideais e liberdades conquistadas após a revolução de 25 de abril de 1974 e a própria Autonomia trouxeram uma «nova dinâmica» e fomentaram o «interesse crescente pelos valores culturais insulares» (2004: 109).

Os habitantes da Madeira foram, desde há várias décadas, conhecedores das suas especificidades etnográficas e da sua diferença. Mesmo antes de ser decretada a sua autonomia, a exaltação do folclore, da ruralidade, do artesanato e da gastronomia madeirense era já uma constante, sendo todas estas peculiaridades transmitidas não só de geração em geração, como também em manifestações culturais, nas festas e romarias e também em alguns registos escritos, quer em jornais, quer em obras.

Assim sendo, a identidade madeirense chega até nós por duas vias paralelas. Por um lado, foi a tradição oral que se encarregou de transmitir, desde os primeiros tempos,

²³ Nelson Veríssimo, “Autonomia, História e Identidade”, *Diário de Notícias da Madeira* (artigo acedido em <http://www.dnoticias.pt/impressa/diario/opiniao/53814-autonomia-historia-%07e-identidade> a 15 de julho de 2014).

os costumes etnográficos da ilha de pais para filhos e, por outro lado, foi o «labor intelectual de padres, altas patentes militares, professores, advogados, jornalistas, raros autodidactas e filhos de família que iam para Portugal continental ou para a Europa cursar a Universidade» que registaram em papel a mundividência madeirense (Santos, 2006-2008: 562).

A nível jornalístico — consequência da já abordada revolução liberal — em 1821 foi criado o *Patriota Funchalense*, uma publicação pioneira do jornalismo na Madeira, e que representou o primeiro passo na reivindicação da cultura madeirense, até então negligenciada.

Ainda no século XIX foi editada a antologia *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, contendo um volume dedicado ao arquipélago da Madeira e, mais tarde, em 1921, foi publicado o *Elucidário Madeirense*, uma obra do Pe. Fernando Augusto da Silva e de Carlos Azevedo de Meneses, que ainda hoje se assume como um documento histórico da vivência das ilhas de Zarco e que contribui de alguma forma para a afirmação da identidade madeirense. Em 1930, saiu também a público *Freguesias da Madeira*, do Tenente-coronel Alberto Artur Sarmiento, onde o autor descreveu as características e costumes das freguesias do arquipélago. Para além destes livros de carácter mais histórico, foram publicadas outras obras que, ou sendo escritas por madeirenses ou tendo a ilha como cenário, assumindo-se como produtos de interesse cultural, bem podem ser consideradas como testemunho da memória coletiva.

As primeiras décadas do século XX foram também pródigas no aparecimento de tertúlias e grupos de discussão intelectual na Madeira. César Pestana atribui a emergência destes movimentos ao isolamento a que a ilha está sujeita:

A distância da Madeira ao Continente, as dificuldades de comunicações, a falta de um maior convívio ou contacto com a metrópole e suas instituições culturais levou [*sic*] o estudioso ou intelectual madeirense a agrupar-se em círculos de estudos, clubes ou tertúlias literárias, de que o Funchal, [*sic*] foi pródigo (1985: 19-20).

A “Geração do Cenáculo”, composta por nomes como o Padre Fernando Augusto da Silva e Alberto Artur Sarmiento, a “Tertúlia Ritziana”, na qual se incluía Herberto Helder, ou a “Tertúlia Sem Título (Jornalistas da Madeira)”, onde participou Horácio Bento de Gouveia, foram apenas alguns dos grupos que, na altura, debatiam a vida socio-cultural da região (Santos, 2007: 57).

Nos últimos anos, para além do mencionado avanço político e da criação de um estatuto autonómico na Madeira, o aparecimento de meios de comunicação social mais abrangentes — como é o caso da televisão e dos novos *media* — também tem contribuído para o conhecimento e afirmação da identidade madeirense, na medida que estreitaram a comunicação e as relações que existiam entre as ilhas, o território continental, a diáspora e o resto do mundo.

Assim sendo, podemos verificar que a definição da identidade madeirense não foi um processo linear. Socorreu-se de diversas iniciativas de âmbito cultural e político e ancorou-se na história, no quotidiano, nas particularidades dialetais, na arte, no artesanato, na gastronomia e em outros traços e símbolos característicos da ilha da Madeira, como esclarece João Henrique da Silva:

Há uma singularidade muito própria no devir histórico-social madeirense, em que confluem factores decisivos de configuração cultural, como sejam a geografia e a orografia da ilha, o processo de colonização e de exploração económica, a língua, a estratificação social, a modelação das tradições (2008: 11).

Mesmo tendo em conta estas particularidades identitárias, existem ainda estudiosos que são reservados em proclamar a originalidade da cultura e da identidade madeirenses. José Eduardo Franco e José Luís de Sousa, por exemplo, evocando o facto de a ilha ter sido colonizada por uma «miscelânea» de culturas, advertem para a fragilidade da identidade madeirense: «estamos cientes de que é ousado falar, à partida, de uma realidade cultural totalmente original na ilha da Madeira» (2008: 22).

Segundo a análise que fiz aos escritos jornalísticos de Horácio Bento, também o facto de a ilha estar, desde há várias décadas, exposta ao cosmopolitismo — proporcionado pelos inúmeros turistas que a visitam e pelo retorno dos emigrantes — parece ter sido uma das razões que desencadearam algumas modificações de costumes e à consequente dificuldade da afirmação da sua identidade. O cronista madeirense refere o seguinte, numa das suas crónicas:

A Madeira, em sua qualidade de ínsula, está fora das leis da geografia humana. É uma excepção como muitas outras ilhas que se descintaram e perderam o isolamento. A psicologia do habitante, de interiorizada tornou-se expansiva, mercê do emigrante que regressa à terra com hábitos frandunos e porque a cidade é uma feira permanente que imaniza o turista (Gouveia, 1966: 238).

No entanto, embora a identidade madeirense não seja consensual e existam poucos documentos sobre a temática (comparativamente àqueles que se debruçam sobre a açorianidade), há de facto um modo *sui generis* de ser e agir típico na região. Ainda que os limites físicos da ilha condicionem o viver e os hábitos dos seus habitantes, também é verdade que, ausentando-se da sua terra natal, o madeirense reproduz simbolicamente o “viver” da sua terra. Não causa por isso estranheza que a mesa natalícia de um emigrante da Madeira na África do Sul apresente o tradicional bolo de mel, os licores ou a carne de vinho e alhos. De igual modo se justifica o facto de uma comunidade de emigrantes madeirenses no Havai ter erguido uma igreja de Nossa Senhora do Monte (padroeira da ilha), como é explicado na crónica de Horácio Bento “Emigração de Outrora: madeirenses em Hawai” (Gouveia, 1966: 102).

E este sentimento de pertença à ilha é tão presente que mesmo os autores e intelectuais tendem, na sua maioria, a escrever sobre a condição e o drama do ilhéu.

Neste sentido, em *Madeira: a epopeia rural*, Vieira Natividade resume parte das manifestações e traços identitários da região, enumerando diversos momentos e rituais típicos: «a Madeira das Festas de S. Silvestre»; a «Madeira dos turistas apressados que vai do cais da Pontinha a Câmara de Lobos, sobe ao Monte e ao Terreiro da Luta ou que dobra, quando muito, a cordilheira central até ao Ribeiro Frio»; a «Madeira dos *Reid*, dos *Savoy*, dos *Golden Gate*»; a «Madeira inglesada, com o seu perfume de *whisky* e de tabaco loiro, com a sua estranha fauna cosmopolita»; a «Madeira folclórica, dos seus carros pitorescos, com boieiros aperaltados como brasileiros de torna viagem; das viloas, de garridos trajos, vendedeiras de flores» e a «Madeira dos vinhos raros, dos bordados e dos vimes — estalagem nas rotas do oceano e onde os barcos se detêm um momento, como gaivotas que poisam num recife, para logo partirem, recuperadas as forças, e de novo se perderem na solidão do mar» (1954: 27-28).

Na obra *A ilha da Madeira vista por intelectuais e artistas portugueses*, também Natália Correia faz questão de mencionar os aspetos que, na sua conceção, identificavam o território madeirense:

O que mais me impressiona na Madeira é o diálogo que se estabelece entre a noite e o mar, entre a vegetação do norte e a flora tropical, entre o atlântico e o mediterrâneo, entre o espírito europeu e a languidez oriental. Uma discreta fusão de civilizações exacerbada pelas características próprias da insularidade (*apud* Mendonça, 1985: 145).

Não obstante tudo o que já foi dito anteriormente, e não menosprezando tudo o que desde há muitas décadas tem vindo a ser feito em prol da devida catalogação do ser madeirense, é necessário alertar para a conservação, afirmação e divulgação da identidade dos pequenos territórios. De modo a que as gerações vindouras possam ter acesso ao património identitário, urge a necessidade de combater a homogeneidade do mundo contemporâneo. Onésimo Teotónio de Almeida, ilhéu de nascença e estudioso sobre as questões da identidade dos espaços insulares, adverte para o facto de o mundo estar cada vez mais uniformizado e aconselha as comunidades a darem «um mergulho para dentro de si mesmas à procura do enraizamento que lhes permita enfrentar a avalanche da mesmização ameaçadora» (2001: 190). Opinião semelhante partilha Thierry Proença dos Santos quando fala na «necessidade de vitalizar a identidade cultural da comunidade madeirense para se sobreviver num mundo cada vez mais globalizado» (2006-2008: 580).

Dada esta carência, parece-me pertinente a análise dos traços típicos da Madeira presentes nos registos jornalísticos de Horácio Bento de Gouveia, os quais, por sua vez, contribuem para a afirmação da identidade madeirense.

Proença dos Santos, questionado pelo *Diário de Notícias da Madeira* sobre os escritos bentianos, é categórico ao afirmar que estes constituem «um acervo muito rico em tudo o que diz respeito ao enquadramento cultural da ilha, seus usos e costumes»²⁴.

Horácio Bento, pelo orgulho que tem de pertencer à ilha²⁵, pela sua extensa vida e pela obra vinculada à ilha, é inclusivamente apontado como «retratista fiel do *modus vivendi* do homem real e do homem cidadão madeirense» (Silva, 2002: 82).

²⁴ Luís Rocha, “Obras de Horácio Bento de Gouveia são a “expressão da insularidade”, *Diário de Notícias da Madeira*, 30 de julho de 2006.

²⁵ Numa situação de diálogo entre Horácio Bento de Gouveia e João França, o primeiro, quando questionado se a sua próxima obra teria a ilha como cenário, não hesita em afirmar: «Certamente. Tem mesmo de ser ilhéu. De contrário, sentir-me-ia traidor à minha terra. Tenho orgulho em ser madeirense». João França, “Entre um e outro banco: diálogo entre dois escritores madeirenses”, *Diário de Notícias da Madeira*, 18 de setembro de 1981.

2.2. As crónicas bentianas e a afirmação da identidade madeirense

2.2.1. Horácio Bento de Gouveia: aspetos biobibliográficos

Horácio de Ornellas Bento de Gouveia nasceu na Casa do Ladrilho²⁶ a 5 de setembro de 1901 em Ponta Delgada, uma freguesia do Concelho de São Vicente, no norte da Ilha da Madeira. Filho de Francisco Bento de Gouveia e de Firmina Matilde de Ornellas Bento de Gouveia, Horácio, o mais novo de dois irmãos, desde cedo revelou uma tendência natural para a cultura e, em especial, para as letras.

Concluídos os estudos primários, Horácio Bento de Gouveia dedicou os seus tempos livres à leitura de alguns dos clássicos da literatura portuguesa. *Amor de Perdição* e *Novelas do Minho*, de Camilo Castelo Branco; *O País das Uvas*, de Fialho de Almeida; *Maria do Céu*, de Júlio Brandão e *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queiroz foram apenas alguns dos títulos que passaram pelas mãos de Bento de Gouveia quando ele ainda não tinha completado 16 anos, por influência de Francisco Rocha Homem, um açoriano natural da Terceira, que fora destacado em 1914 para chefiar a estação telégrafo-postal da freguesia de Ponta Delgada e que cultivava o gosto pela leitura e literatura, mesmo possuindo só a 4ª classe²⁷. Foi Rocha Homem que, com os livros que trouxe dos Açores, formou uma biblioteca pessoal e disponibilizou os títulos para leitura aos rapazes da zona, como é mencionado por Horácio Bento na crónica “Um açoriano de ignorado talento”:

Dotado de um espírito crítico, de visão estética e preocupação da linguagem vernácula, ele dava-nos conceitos de análise pessoal, argutamente. Tinha para seu uso quotidiano uns livrinhos que lhe andavam sempre na algibeira, feitos por ele mesmo, de papel almaço, cheios de notas de estilo e de gramática, colhidas neste ou naquele volume [...]. Organizava um gabinete de leitura, em uma dependência de sua moradia e, construídas estantes, nelas enfileirou as muitas centenas de volumes que trouxera dos Açores²⁸.

O açoriano veio assim transmitir «um convívio diferente à estagnação da terreola» e foi determinante para o enriquecimento cultural de Horácio Bento e de outros habitantes de Ponta Delgada (Gouveia, 1986: 27). Em jeito de homenagem, o madeirense afirma no seu romance *Luísa Marta*: «No ambiente, de cerrada rusticidade, a biblioteca de Rocha Homem havia sido frutuosa» (*idem*: 49).

²⁶ A casa onde Horácio Bento nasceu e que se tornou, após a sua morte, numa casa-museu.

²⁷ Horácio Bento de Gouveia, “Um açoriano de ignorado talento”, *Diário de Notícias da Madeira*, 20 de janeiro de 1963.

²⁸ *Idem*.

Já no que diz respeito ao jornalismo, Bento de Gouveia foi influenciado pelo pai, Francisco Bento de Gouveia, (na altura) reputado jornalista na região, e pelo irmão Virgílio, antigo editor do jornal académico *A Pátria*. Dadas estas referências, e por sugestão do *Diário da Madeira* (publicação anteriormente dirigida pelo seu pai), Horácio incurvou em 1915 no mundo da comunicação, criando o seu próprio jornal — *O Norte* —, um semanário dominical manuscrito que ficou encarregue de colmatar, de alguma forma, a desertificação cultural a que estava sujeita a freguesia e registar as “novas” da terra, como relata José António Gonçalves:

Vocacionado para as lides jornalísticas, desde a mais tenra idade que Bento de Gouveia, ainda em Ponta Delgada, S. Vicente, foi experienciando as agruras técnicas dessa cativante actividade de índole social. Primeiramente, de forma artesanal, lá se foi realizando com a confecção de um jornalinho que, um a um, em jornadas previamente preparadas, vendia nas cercanias da casa dos pais. Merecia-o, pois era inteiramente por si produzido e, ao ser distribuído na localidade, levava aos seus fiéis leitores notícias sobre a chegada dos barcos, os casos mais evidentes de que tinha conhecimento na freguesia e até apresentava material recreativo, à boa maneira dos mais estimados magazines mundanos (2002: 133).

De Ponta Delgada, e uma vez que a família era detentora de algumas posses económicas que lhe permitiam prosseguir os estudos, Horácio Bento de Gouveia veio com 16 anos para a cidade do Funchal. Ingressou primeiro no Instituto de D. Georgina e mais tarde no Curso Complementar de Letras no Liceu Nacional do Funchal e no ano de 1918 voltou a criar mais um jornal, *O Torpedo*. Sensivelmente um ano depois iniciou a sua colaboração com alguns títulos da imprensa madeirense. Segundo o sítio da Universidade da Madeira dedicado a Horácio Bento de Gouveia e a avaliar pelos escritos recolhidos e posteriormente publicados pela sua filha, Maria de Fátima Gouveia Soares, *O Desporto*, *O Radical*, *Correio da Madeira* e o *Diário da Madeira* são os periódicos da região que acolhem os primeiros escritos jornalísticos de Horácio Bento.

Para além destas participações, levadas a cabo nos anos 20, consta também (segundo o supracitado sítio da Internet) que, sob o pseudónimo “Trêvo”, o madeirense publicou artigos no jornal académico *Gente Nova*. No ano de 1920, fundou com outros colegas, entre eles, Manuel Ferreira Rosa, o jornal *Os Novos* (Silva, 2002: 27).

Nesta altura, sem as vias de comunicação atuais, a ida à sua terra natal era uma autêntica aventura. Na ausência de ligação marítima do Funchal para o porto de Ponta Delgada, os nortenhos iam de barco até à Ribeira Brava e a partir daí, dobrando a

Encumeada, faziam o restante caminho a pé, por entre veredas. A caminhada era difícil, mas o desejo do regresso a Ponta Delgada era mais forte, como relatou Horácio Bento:

[Voltava a Ponta Delgada] Sempre que podia e que a ausência de aulas o permitia. Mas nesse tempo as comunicações entre a minha freguesia e o resto da ilha eram péssimas. De qualquer forma, a Ponta Delgada estava sempre em, [sic] primeira água. Quando tinha férias, corria para lá²⁹.

Nos meses de julho e agosto de 1922, Bento de Gouveia integrou a viagem de finalistas do Liceu do Funchal realizada ao arquipélago dos Açores, uma experiência que relatou num conjunto de crónicas, intituladas “Chronicas de um estudante” e “Os Estudantes da Madeira nos Açores”, publicadas simultaneamente no *Correio da Madeira* e nos periódicos açorianos *Correio dos Açores*, *O Picoense* e *O Telégrafo* (Soares, 2002: 34).

No ano seguinte, terminou os estudos liceais e inscreveu-se em Ciências Histórico-Geográficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde travou conhecimento com alguns intelectuais da sua época, entre eles os professores Rodrigues Lapa e Hernâni Cidade, nomes que referiu, por vezes, nas suas crónicas quer em jeito de homenagem, quer citando as suas obras e artigos:

Com cultos literários de nomeada conviveu Horácio Bento de Gouveia: Augusto de Castro, Ferreira de Castro, Augusto Casimiro e Carlos Selvagem, entre outros escritores continentais, e um vasto grupo de intelectuais açorianos constituído por Armando Côrtes Rodrigues, Vitorino Nemésio, Rebelo de Bettencourt e os irmãos Carlos e Manuel Carreiro³⁰.

Enquanto estudou em Lisboa, continuou a participar nos periódicos madeirenses e deu início à colaboração em alguns jornais nacionais, entre eles, o *Diário de Notícias* e o *Notícias de Fafe* (Gonçalves, 2004: 21).

Em 1925, um outro acontecimento revelou-se de fulcral importância: a viagem ao Brasil feita ao abrigo do Orfeão Académico de Lisboa. A jornada dos estudantes às terras de Vera Cruz fomentou em Horácio Bento o gosto pela literatura brasileira; uma paixão que veio a culminar, ao longo da sua carreira jornalística, com a escrita de diversos artigos e crónicas sobre autores e estudos do país irmão e com publicação, em

²⁹ Citação obtida em http://www3.uma.pt/hbento/ent_retrato.html a 28 de maio de 2014.

³⁰ S/A, “A obra e a figura do escritor e jornalista na palavra do Dr. Marques da Silva”, *Diário de Notícias da Madeira*, 24 de outubro de 1980.

1941, da conferência intitulada “Aspectos da Moderna Literatura Brasileira”. Acerca deste documento Margarida Macedo Silva, sua ex-aluna, refere:

Nas dezasseis páginas da Separata do Boletim do Liceu, não se limita a citar nomes, obras ou escolas literárias, mas analisa aspectos regionalistas; gosto pelo real, análise da vida subjectiva, descrição pinturesca, a sinceridade, uma concepção humanista antropocêntrica, o amor à terra-mãe e finalmente a linguagem e o estilo (2002: 27).

Terminada a licenciatura em 1928, Horácio Bento de Gouveia fixou-se em Lisboa, iniciando a carreira docente. Primeiro estagiou no Liceu Normal Pedro Nunes e posteriormente foi destacado para o Liceu Municipal de Alcobaça. Nesta primeira fase também lecionou na Escola Minerva de Lisboa, na Escola Prática Agrícola Vieira Natividade, e ainda nos Liceus Gil Vicente e Passos Manuel³¹.

Simultaneamente, segundo o que consta nas crónicas editadas em livro, desenvolveu igualmente a atividade jornalística em diversos periódicos da capital portuguesa e continuou a enviar para a Madeira diversas crónicas, algumas delas evocando memórias da sua terra-natal e problemas de que, mesmo à distância, ia tomando conhecimento. Mesmo vivendo em Portugal Continental, em 1930 obteve o Cartão de Identidade de Jornalista como redator do *Diário da Madeira* e de *O Jornal*³², ambos títulos da imprensa madeirense, e foi também eleito representante do *Diário da Madeira* no Sindicato Nacional da Imprensa Portuguesa. Posteriormente, foi-lhe concedido o Bilhete de Identidade do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

No ano de 1932 publicou a conferência/ensaio “Aspectos Histórico-Geográficos da Ilha da Madeira” e um ano depois, sob a chancela da Tipografia Minerva, saiu a público o primeiro livro de Horácio Bento de Gouveia, *Páginas de Jornalismo*, que reuniu crónicas e entrevistas publicadas em diversos órgãos de comunicação escrita e veio anunciar as temáticas preferenciais do madeirense: a ruralidade, a etnografia, a cultura, a literatura e a língua portuguesa. A obra é prefaciada por Hernâni Cidade, nas palavras de Horácio Bento, «o mais notável historiador-crítico da Literatura Portuguesa dos séculos XV a XVIII»³³. Acerca de *Páginas de Jornalismo* Cidade afirmou:

Quis o meu amigo que o livro da sua estreia fôsem as suas crónicas jornalísticas. [...] Nada melhor põe a atenção ao ritmo acelerado e nervoso da vida que se agita em torno de nós. É em igual vertigem que a sua vai da

³¹ Informações obtidas em http://www3.uma.pt/hbento/ent_retrato.html a 28 de maio de 2014.

³² Atualmente designado *Jornal da Madeira*.

³³ Horácio Bento de Gouveia, “Doutor Hernâni Cidade”, *Diário de Notícias da Madeira*, 20 de maio de 1971.

rápida incidência sobre realidades como as tocadas ao de leve no capítulo da Vida Afetiva [...] Tudo isto, já o insinuei, está fechado a dentro do círculo áureo dos seus interesses afetivos, ainda mais do que os seus interesses intelectuais; o próprio Brasil, que lhe merece páginas comovidas, é sob o ângulo visual das suas saudades de estudante excursionista que o evoca – tão coberto de capas negras, que mal se entrevê... (apud Gouveia, 1933: II).

Entretanto, três anos depois, foi nomeado Presidente da União Nacional de Alcobaça³⁴. Apesar desta atribuição política, a verdade é que Bento de Gouveia manteve ao longo da sua vida uma postura relativamente ambígua porque, em vários momentos do seu percurso profissional como escritor e cronista, deparou-se tanto com convites para participar em publicações e iniciativas ligadas ao Antigo Regime, como também, e à luz da censura prévia, viu serem cortados alguns capítulos e o próprio título do seu primeiro romance³⁵.

Em 1938, o madeirense obteve a Carteira de Identidade de Jornalista como correspondente, desta feita do *Diário de Notícias da Madeira*. No âmbito literário travou conhecimento com diversos nomes sonantes das letras, entre eles Ferreira de Castro, e chegou mesmo a ser referenciado no XII volume da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Entretanto dedicou-se também à escrita e publicação de diversos ensaios e conferências.

No mês de outubro de 1943, Horácio Bento de Gouveia foi destacado para o Liceu Nacional do Funchal e regressou à ilha que o viu nascer, da qual não tinha perdido o vínculo e que tinha visitado por diversas vezes, como explica o próprio em entrevista: «A verdade é que devido a minha mãe, eu havia visitado a Ilha diversas vezes, nunca perdendo o contacto com as gentes e com as coisas»³⁶. Intensificou-se assim a publicação de artigos e crónicas na imprensa madeirense.

Depois, nos anos de 1946 e 47, regressou a Lisboa como professor do Liceu D. João de Castro e, neste período, travou conhecimento, através de Hernâni Cidade, com

³⁴ Informação acedida em <http://www3.uma.pt/hbento/cronologia.html> a 28 de maio de 2014.

³⁵ Horácio Bento de Gouveia foi nomeado diretor do semanário político-regionalista *A Voz da Madeira* em maio de 1953 por iniciativa da Comissão Distrital da União Nacional. Como relata Thierry Proença dos Santos, «o poder, que apoiava o Estado Novo, procurou reunir os intelectuais madeirenses em torno do semanário, oferecendo-lhes um espaço para as suas criações literárias. Em contrapartida, subentendia-se que não lhes era dado falar em política. Em *A Voz da Madeira* muitos se estrearam na escrita literária e muitos colaboraram com Horácio Bento» (Santos, 2007: 71). Mais tarde, em 1969, descontente com as linhas editoriais que a publicação ia adotando, pede a demissão, numa carta aberta, afirmando o seguinte: «Como nada permanece tudo está sujeito, pois, ao devir, as ideias e as políticas dos homens evoluíram, e eu por natureza com costela de escritor e não de político, porque nunca o fui, na ilha onde nasci, sinto que o profissionalismo e o meu ascetismo dirigido para a cultura do espírito me divorciam inteiramente de ocupar a direcção de um semanário que na política criou profundas raízes» (*idem*: 72).

³⁶ Citação obtida em http://www3.uma.pt/hbento/ent_retrato.html a 28 de maio de 2014.

Aquilino Ribeiro, considerado por muitos dos que se dedicaram ao estudo da obra bentiana uma das suas grandes influências. Após esta nova experiência na capital portuguesa, em 1948, Horácio Bento de Gouveia foi nomeado professor efetivo e vice-reitor do Liceu Nacional do Funchal (atualmente Liceu Jaime Moniz), onde lecionou até ao ano de 1976. Dotado do dom da oratória e de confirmados conhecimentos culturais, coube a Horácio Bento proferir diversas orações de sapiência nas habituais cerimónias de abertura dos anos escolares na referida instituição de ensino e, em termos jornalísticos, nesta altura colaborou também no já mencionado *Diário de Notícias da Madeira*, no *Diário da Madeira*, no *Eco do Funchal*, no *Jornal* e na revista cultural *Das Artes e da História da Madeira*, entre outros.

Paralelamente à atividade jornalística e docente, Bento de Gouveia dedicou o seu tempo à escrita de romances. Em 1949, sob a chancela da Coimbra Editora³⁷, foi publicado seu primeiro romance intitulado *Ilhéus*³⁸. A trama situa-se nos anos 20 do século XX e, em jeito de crítica social e moral, gira em torno das desigualdades sociais e económicas que o regime de colónia provocava na Madeira³⁹. O protagonista, Manuel Esmeraldo, à semelhança de várias personagens da obra bentiana, revela traços autobiográficos e coloca a nu a miséria e a fome enfrentadas pelos colonos e o caráter desumano de alguns senhorios da costa norte da ilha. Para além do cariz social, esta obra tem, à semelhança dos restantes romances, a particularidade de fazer, através das palavras, quadros vivos da paisagem madeirense, de revelar o linguajar e as tradições

³⁷ Segundo Thierry Proença dos Santos a Coimbra Editora foi uma «instituição de prestígio afecta ao regime político, mas que editou nomes insuspeitos como Miguel Torga, Fernando Namora, Carlos de Oliveira...» (Santos, 2002: 57).

³⁸ O título previsto para a obra era *Canga* mas, segundo consta, este título não agradara aos censores pela sua conotação negativa, de sofrimento e dor. Anos depois, em 1976, numa 3ª edição da obra e terminado o regime ditatorial em Portugal, é reposto o título inicial da obra — *Canga* — e são repostos os capítulos anteriormente retirados (Santos, 2007: 35). A este propósito, Aquilino Ribeiro no prefácio que faz à obra na sua primeira edição (intitulada então *Ilhéus*) alega mesmo: «Aproveitou optimamente o pitoresco da ilha, o seu viver — e este é um dos aspectos mais interessantes da sua lucubração. O título é que me parece não corresponder, embora de acordo com o contexto. É muito restritivo» (Gouveia, 2008: 29).

³⁹ Antigo regime agrário que vigorava até 1977 na Madeira. Ao abrigo do contrato de colónia, os colonos trabalhavam a terra dos senhorios e em troca tinham o direito de retirar para si parte da produção agrícola e ficavam detentores das benfeitorias, isto é, dos melhoramentos que fizessem nas parcelas de terrenos. Acontece que, para além dos terrenos serem de muito difícil acesso, muitas vezes o senhorio exigia para si as melhores colheitas e outras vezes, quando o colono decidia vender os seus direitos no terreno, o senhorio usava as suas redes influentes de relacionamentos e inflacionava o preço das benfeitorias para as poder adquirir por um preço baixo.

Informação obtida em <http://ruinepomuceno.blogspot.pt/2010/02/horacio-bento-de-gouveia-e-escola-neo.html> a 7 de setembro de 2014.

tipicamente madeirenses e tem como ponto forte o facto de misturar a ficção com dados reais. Sobre esta particularidade João David Pinto-Correia afirma:

Horácio Bento de Gouveia na crónica, podemos com certeza notar que, neste autor, ficção e crónica não se situam tão longe uma da outra como à partida poderá parecer. Direi mesmo que uma implica a outra. De facto, na obra bentiana, os romances poderão ser considerados como momentos importantes e vastos da cronística (2002: 138).

Em 1959 veio a público o segundo romance do madeirense. Desta feita, *Lágrimas Correndo Mundo* colocou em evidência a realidade das bordadeiras nas décadas de 20 e 30 do século passado e, uma vez mais, a história narrada revelou um profundo conhecimento de causa do que se passava na indústria dos bordados na capital madeirense e um pouco por toda a ilha. O centro desta ação é o Funchal, embora alguns capítulos se passem também no Norte da Ilha e no Estreito de Câmara de Lobos (terra natal do protagonista, João de Freitas da Silva) e, a par do drama das raparigas que trabalhavam nos bordados — uma arte tão apreciada pelos estrangeiros —, são frequentes as alusões aos restaurantes da capital madeirense e às suas ruas, largos e recantos. Os regionalismos e os costumes madeirenses são novamente uma constante e, no culminar da obra, quando o protagonista (que se tornou um industrial dos bordados) se casa há uma curiosa e fictícia referência ao *Diário da Madeira*: «Deu a notícia o *Diário da Madeira* na vida mundana. A qual notícia foi comentada na cidade com o louvor de todos que o conheciam: “João de Freitas da Silva, importante industrial de bordados...”» (Gouveia, 1959: 201).

Foi na década de 60 que se deu o auge da carreira jornalística de Horácio Bento, como atesta Natália Gonçalves: «A pujança da escrita bentiana atingiu o seu *clímax* nos anos sessenta. Durante esta década e até quase meados da seguinte escreveu em média um artigo por semana. [...] Por esta altura, os escritos do autor eram quase todos para o *Diário de Notícias da Madeira* chegando mesmo a haver uma época em que o romancista redigiu exclusivamente para aquele matutino» (2004: 55).

Ainda nesta década, em 1963, surgiu um novo romance: *Águas Mansas*. A narrativa, no entender do próprio autor, é um símbolo e uma realidade. Na parte do livro intitulada “à maneira de antelóquio”, Bento de Gouveia explica a dicotomia: «*Símbolo* porque a vida do homem encelado neste norte a vida inteira, embora explodindo como vulcão em horas de desespero; *Realidade* porque dessedentam as terras à voz dele, correndo tranquilas nas levadas, e porque eram o sangue dos engenhos» (Gouveia,

1963: 9). A água, as levadas e os engenhos de fabrico de aguardente de cana são os elementos principais da história de Pedro Guimarães, um jovem nortenho que, sendo de famílias abastadas, vai estudar para Lisboa e por lá permaneceu por cerca de vinte anos. Mesmo longe, Pedro, o típico estudante universitário ilhéu, revela muitas vezes o amor à ilha, como é visível nesta passagem: «Eram meados de Dezembro. Tirei da algibeira do casaco uma agenda para ter a certeza de que me não enganava. Dia 16. Havia mais de uma semana que tinham começado as «Missas do Parto»⁴⁰. [...] E há que tempos havia começado a «Festa»⁴¹! Começara ela com o estoirar das primeiras bombas nas azinhagas, em Novembro» (Gouveia, 1963: 192).

Em 1966 a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal editou *Canhenhos da Ilha*, uma obra que, como a nota preambular menciona, «encerra muito do que já foi, na cidade e na aldeia: o ontem, na fisionomia delas — ruas, casas, costumes que hoje são memórias» (Gouveia, 1966: 7). As crónicas anteriormente publicadas em diversos jornais têm assim como temática central a ilha da Madeira, as suas tradições e costumes.

Depois de *Canhenhos da Ilha*, seguiu-se *Alma Negra e Outras Almas*, no ano de 1972, que encerrou em livro algumas biografias, crónicas e contos bentianos. A partir desta altura assistiu-se a um decréscimo no número de crónicas publicadas na imprensa regional, como de resto tive oportunidade de comprovar na pesquisa que fiz no *Diário de Notícias da Madeira*. Aliás, após a Revolução de abril, e durante todo o ano de 1975, não encontrei, na publicação referida, quaisquer registos de Horácio Bento. Esta ausência já foi também notada por Natália Gonçalves: «Em rigor, podemos dizer que a “Revolução dos Cravos” calou o protagonismo cronístico do autor que sob a égide da prudência se manteve afastado do cenário cultural» (Gonçalves, 2004: 55).

Se por um lado, nos meses seguintes à queda do regime ditatorial em Portugal, houve uma diminuição de escritos jornalísticos de Horácio Bento, por outro lado, foi nesta altura que começaram a surgir os folhetins dos romances *Águas Mansas*, *Canga*, *Lágrimas Correndo Mundo* — publicados no *Diário de Notícias da Madeira* entre 1976 e 1977. Também em 1976 foi publicada a tradução alemã de *Águas Mansas* pelo professor de Linguística da Universidade de Berlim Ocidental, Rolf Ulbrich.

⁴⁰ As «Missas do Parto» são liturgias celebrativas dos 9 meses da gravidez da Virgem Maria e decorrem entre os dias 16 a 24 de dezembro. Realizadas nas madrugadas destes nove dias, têm a particularidade de misturar a faceta religiosa com a pagã, nomeadamente com música e comes e bebes após a missa.

⁴¹ O termo “Festa” refere-se à época do Natal, iniciada na Madeira nos primeiros dias de dezembro e que se estende sensivelmente até ao dia de Santo Amaro (15 de janeiro), altura em que se desmancham os presépios/ “lapinhas”.

Menos presente na vida jornalística na Madeira, no final da década de 70, Horácio Bento dedicou o seu tempo não só à escrita de romances mas também à apresentação do seu programa televisivo “Dentro do Espaço e do Tempo” na recém-criada RTP-Madeira (1976-1981). À avaliar pelas crónicas enviadas de diversas capitais europeias para o *Diário de Notícias da Madeira*, sob o título “Jornadas”, em 1977 o madeirense visitou alguns países da Europa e a ilha de São Miguel, nos Açores.

Em maio de 1979 apresentou o romance *Torna-Viagem*, desta feita exaltando, em jeito de epopeia, a emigração e o emigrante madeirense. Curiosamente, *Torna-Viagem* é a obra que muitos consideram ser o vértice de uma suposta “trilogia do drama do ilhéu madeirense”, iniciada em *Canga/Ilhéus* e *Lágrimas Correndo Mundo*, facto confirmado pelo próprio autor: «Nos três romances a vida socio-económica da Madeira [sic], estão realçados. Não é só a vida das bordadeiras, como a vida do colono e agora a vida do emigrante. Todos eles contêm factos que são a projecção da própria vivência do homem na terra»⁴². Neste mesmo ano (1979) foi apresentada, na Universidade de Harvard, a dissertação de Doutoramento de Gregory F. Rocha Jr. intitulada *A Novelist of the Madeiran Experience: The Life and Works of Horacio Bento de Gouveia*. No ano seguinte, surgiu a lume ainda outro romance, *Margareta*, uma obra ligeiramente diferente como, aliás, refere o próprio Horácio Bento:

A acção decorre no Funchal. É um romance citadino, onde transparece a vida social aqui da capital madeirense. O trabalho contém elementos da vida tal qual ela foi sentida nos anos 75, 76 e 77⁴³.

Para além de ter sido o ano de publicação da última obra (em vida) de Bento de Gouveia, 1980 foi, de alguma forma, o ano das homenagens, com destaque para o mês de outubro, altura em que recebeu a medalha de Ouro da Cidade do Funchal e em que foi também homenageado pela Câmara Municipal de São Vicente, com a colocação, na casa onde nasceu, da seguinte inscrição em lápide:

Horácio Bento de Gouveia, licenciado em Letras. Escritor, Jornalista, professor e ensaísta filho ilustre de Ponta Delgada. Aqui nasceu a 5 de Setembro de 1901, devotando toda a sua vida e obra, à notável epopeia de moralista madeirense. (Pestana, 1985: 91).

⁴² S/A, “Horácio Bento de Gouveia ao «F.I.»”, *Farol das Ilhas*, de 6 a 28 de junho de 1979.

⁴³ Luís Calisto, “Horácio Bento de Gouveia e o seu novo livro”, *Diário de Notícias da Madeira*, 29 de junho de 1980.

Na cerimónia foi igualmente lançado o livro *Horácio Bento de Gouveia, ilhéu e populista: ensaio de entendimento*, de Manuel Ferreira Rosa. Nesta altura foi também constantemente requisitado para entrevistas, prefácios e colóquios, apresentou o programa radiofónico “A Ilha e o Homem” na RDP (1891/1982)⁴⁴ e participou regularmente no *Diário de Notícias da Madeira*; uma participação que começou nos anos 60 e que terminou no dia 13 de janeiro de 1983 com a crónica “Da linguagem: mau português”, a qual termina com um apelo: «Torna-se necessário o conhecimento discursivo da língua; as desportuguesadas já não caem no papel como as pragas do Egipto. Funchal, Janeiro de 1983»⁴⁵.

A 14 de janeiro de 1983 sofreu um AVC, falecendo a 23 de maio do mesmo ano. No dia seguinte à morte do cronista, o *Diário de Notícias da Madeira* publicou:

Faleceu o dr. Horácio Bento de Gouveia [...]. Estão de luto a Cultura madeirense, a literatura portuguesa, pois desapareceu do tablado da vida, no que concerne à presença física, um intelectual de grande estofo, um escritor que retratou nos seus numerosos livros, melhor do que ninguém, a epopeia das gentes humildes da nossa Ilha. Estão de luto as tertúlias culturais, que tiveram no falecido um elemento-padrão, dinâmico e dinamizador; está de luto a Comunicação Social madeirense (especialmente este Diário) à qual o dr. Horácio Bento de Gouveia emprestou o seu melhor talento, colaborando na Imprensa (escrita, falada e televisiva) da Madeira e do Continente, com crónicas, palestras de verdadeiro sentido didático, que tinham muita audiência⁴⁶.

Contudo, a morte física não apagou o legado escrito de Horácio Bento. Depois de ter deixado um manancial de escritos, quer em romance, quer em crónica, em 1986 foi publicada postumamente a sua obra *Luísa Marta – Ficção e Memória*, romance que curiosamente intercala aspetos ficcionados com a própria biografia do autor.

Embora por concretizar tenham ficado algumas propostas, como a adaptação de *Canga* para o teatro radiofónico (da autoria de Judite Navarro) e para o cinema (por Luís Cabrita)⁴⁷, a verdade é que têm existido, em torno da sua obra, algumas iniciativas — impulsionadas sobretudo pelos familiares — realizadas nas efemérides do nascimento e morte do madeirense. Foram lançadas em 1994 as *Crónicas do Norte* (seleção de crónicas jornalísticas de Bento de Gouveia sobre a região norte da Madeira)

⁴⁴ Eu própria tive acesso, com cedência da RTP/RDP Madeira, a dois dos programas apresentados por Horácio Bento de Gouveia.

⁴⁵ Horácio Bento de Gouveia, “Da linguagem: mau português”, *Diário de Notícias da Madeira*, 13 de janeiro de 1983.

⁴⁶ S/A, “Morreu o dr. Horácio Bento de Gouveia”, *Diário de Notícias da Madeira*, 24 de maio de 1983.

⁴⁷ Ambas as iniciativas foram projetadas em 1978, ainda em vida de Horácio Bento de Gouveia.

por José António Gonçalves. A Casa do Ladrilho tornou-se Casa-Museu em 1998 e um ano depois acolheu a primeira exposição biobibliográfica e desta iniciativa resultou a publicação da *Coletânea de conferências e artigos da 1.ª exposição bio-bibliográfica na casa-museu Dr. Horácio Bento de Gouveia*. Pelo 100.º aniversário do seu nascimento, em 2001, foi realizado um colóquio evocando a sua obra e a figura e foi igualmente lançado o livro de crónicas bentianas *O Natal na Cidade, a Festa no Campo*, com a organização de Nelson Veríssimo que, um ano depois, coordenou também o número da revista *Islenha* (30) dedicado integralmente à vida e obra do madeirense.

Além disso, acerca do autor, no âmbito de trabalhos académicos, foram ainda publicadas, segundo o que pesquisei, pelo menos três monografias de mestrado e uma dissertação de doutoramento⁴⁸. Atualmente, como já referi, pela mão da filha têm sido recolhidos e publicados os artigos e as crónicas jornalísticas de e sobre Horácio Bento; um trabalho que, de resto, será uma mais-valia para a presente investigação.

2.2.2. A crónica bentiana: principais características e traços marcantes

A importância que Horácio Bento de Gouveia teve na vida sociocultural da Madeira do século XX é unânime a diversos estudiosos. Exercendo atividades profissionais polivalentes e desdobrando-se entre o ensino, o jornalismo, as conferências e a escrita de romances, o madeirense é recordado, até aos dias de hoje, como um defensor da cultura e erudição. José António Gonçalves, coordenador de *Crónicas do Norte*, caracteriza-o como o «observador desperto do mundo e da realidade, o romancista e o jornalista, o articulista e o cronista, quando não o crítico social da hodiernidade e o investigador metuculoso da História passada» (Gouveia, 1994: 7). O próprio Horácio Bento de Gouveia demonstrou por diversas vezes nas suas

⁴⁸ Maria Graziela Fernandes Camacho, (1999), *A Insularidade no Romance de Horácio Bento de Gouveia*, dissertação de mestrado, Funchal, Universidade Católica Portuguesa.

Natália Gouveia Nascimento Gonçalves, (2004), *O Itinerário Linguístico nas Crónicas em Prol da Língua Portuguesa de Horácio Bento de Gouveia: tradição e criatividade*, dissertação de mestrado, Funchal, Universidade da Madeira.

Valentina Gonçalves de Freitas, (2007), *A diáfora em «Lágrimas Correndo» de Horácio Bento de Gouveia*, dissertação de mestrado, Funchal, Universidade da Madeira.

Thierry Proença dos Santos, (2008), *De «Ilhéus» a «Canga», de Horácio Bento de Gouveia: a narrativa e as suas (re)escritas (com uma proposta de edição crítico-genética e com uma tradução parcial do romance para francês)*, dissertação de doutoramento, Funchal, Universidade da Madeira (dissertação acedida em <http://repositorio.uma.pt/bitstream/10400.13/57/1/DoutoramentoTHIERRY.pdf> a 23 de outubro de 2013).

crónicas ter preocupação com preservação da história e da cultura madeirenses. A título de exemplo, num destes escritos, datado de janeiro de 1937 e intitulado “Em prol da Madeira: educação regionalista”, o cronista evidencia a necessidade de serem criadas iniciativas e espaços dedicados ao património e cultura local para os alunos da Madeira:

Assim, afigura-se-me que se deveriam fundar pequenos museus locais, nas escolas, em que a história da Ilha se exponha claramente na linguagem concreta das coisas, linguagem que prende de maneira imediata o sentido visual da criança. Esses museus seriam enriquecidos com produtos industriais como por exemplo: caixas de embutidos de todas as dimensões e formas e desenhos, objectos de olaria e vime em miniatura e outras manufacturas características (Soares, 2007: 85-86).

Como homem dedicado à cultura madeirense, durante a sua longa carreira jornalística, Horácio Bento fez questão também de apadrinhar e fazer evocações a intelectuais da sua terra. O filólogo Sebastião Pestana, Luís Marino, Cabral do Nascimento, Irene Lucília e João França foram apenas alguns dos contemporâneos que mereceram destaque nas suas crónicas. Além de exaltar as letras madeirenses, segundo Thierry Proença dos Santos, o cronista enquanto dirigente do semanário *Voz da Madeira* deu também oportunidade a novas promessas da cena literária madeirense, como é o caso de Herberto Helder e José Agostinho Baptista (Santos, 2007: 58). Tendo em conta estes exemplos, torna-se claro que o jornalista madeirense foi também uma figura de destaque na vida cultural local e que a sua escrita jornalística, nomeadamente a crónica, cumpriu também uma função pedagógica.

Através dos registos escritos a que tive acesso nos diversos periódicos madeirenses, e juntando a estes os se encontram publicados em livro, constatei que as crónicas jornalísticas bentianas abordam diversas temáticas, sendo os principais focos a já mencionada exaltação dos nomes e obras da cena cultural madeirense, a evocação de vultos literários portugueses, a filologia, a crítica dos costumes, a exposição dos assuntos que marcam a atualidade de então, o relato das viagens para fora da ilha e os usos e costumes típicos da região; uma conclusão que de resto já tinha sido registada por Natália Gonçalves:

O cronista da vivência madeirense abarcou na sua prosa todo um vasto leque de assuntos: desporto, agricultura, crítica de costumes, dicotomia cidade/campo, a pátria, a defesa do património, factos comemorativos, História, geografia, as viagens, a religiosidade (o Natal, a Páscoa, as romarias, os santos populares), o tradicional, os problemas sociais, as viagens, etc (2004: 156).

E por conta desta diversidade temática Horácio Bento apresenta-nos desde a crónica de costumes, à crónica de filologia até à crónica de viagem, entre outras. Contudo, convém mencionar que, em termos quantitativos, na obra jornalística do madeirense (situada nos três primeiros quartéis do século XX e tendo por isso influência das perturbações sociais e políticas ocorridas nesta época) há de facto uma visível predominância da crónica de costumes, isto é, do relato dos aspetos característicos e das vivências dos diversos tipos humanos, neste caso da Madeira. De resto, retrospectivamente, a crónica de costumes parece ter sido uma das tendências de grande parte do século XX (Lopes 2010b: 5).

Tendo sido cimentada num tempo específico, a escrita bentiana — as crónicas, inclusive, devido ao seu carácter subjetivo e livre — foi também influenciada por diversos autores e correntes e, ainda que exista mais bibliografia crítica sobre os seus romances, também nas crónicas jornalísticas denotamos certas tendências estéticas. O próprio, quando foi interrogado sobre os autores que mais o influenciavam, declarou:

Nunca, conscientemente, assimilei o escritor A, B ou C. Todavia, devo confessar que durante a adolescência a sensibilidade era atraída pela prosa de Fialho de Almeida. Fialho, pela música da frase e os neologismos foi quase um ídolo. Li, reli e tresli volumes de sua obra. Depois com o amadurecer do espírito Camilo sobrepôs-se a Fialho. [...] Ao mesmo tempo Aquilino Ribeiro exercia seu domínio no meu espírito com o romance do quadro humano regional. Há-de haver em mim matizes de Camilo e Aquilino⁴⁹.

Além destes, outras tantas figuras (algumas suas contemporâneas) marcaram Horácio Bento, entre elas Rodrigues Lapa, Hernâni Cidade, David Mourão Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues e Ferreira de Castro. Contudo, é consensual a vários críticos que as grandes influências da narrativa bentiana foram os “mestres”, como o ilhéu madeirense lhes chamava. A título de exemplo, João David Pinto-Correia afirma:

Camilo, Fialho e Aquilino são, de entre todos os escritores, os que mais agradaram, fascinaram Horácio Bento de Gouveia, na leitura, e também os que mais profundamente contribuíram para o intertexto bentiano no plano da sua escrita, quer de ficcionista, quer de cronista (2002: 11)

Ainda que existam estas referências, não podemos catalogar de forma total o autor/jornalista num estilo em concreto. O próprio, apesar de manifestar interesse por

⁴⁹ S/A, “Diálogo com Horácio Bento de Gouveia: novo romance «Torna-Viagem», *Diário de Notícias da Madeira*, 11 de outubro de 1976.

determinados autores, nunca revelou quaisquer filiações literárias, conforme atesta Natália Gonçalves:

Bento de Gouveia deslocou-se no panorama cultural de mais de dois quartéis, do século vinte, sem se amarrar aos grilhetes de uma literatura forçada pelo *modus faciendi*, sem ater-se a princípios ditados pelo conjunto de regras impostas de uma época, de uma moda literária. A sua obra foi o fruto da sua vivência, daquilo que viu e retratou fielmente. Por isso, o prosador ilhéu acabou por não se enfileirar em nenhum dos movimentos literários de que foi contemporâneo: do Modernismo de *Orpheu* ao Surrealismo, passando pelo Neo- Realismo (2004: 35).

Assim sendo, e uma vez que absorveu características de diversas escolas, a escrita de Bento de Gouveia é ainda hoje alvo de diversas abordagens teóricas. Muitos dos que se debruçaram sobre os seus escritos enquadram-no, por exemplo, no regionalismo aquilino, enquanto outros enfileiram-no no neorrealismo.

As ligações ao neorrealismo devem-se sobretudo ao facto de toda a narrativa da sua primeira obra, *Ilhéus/Canga*, girar em torno da exploração e da condição miserável dos camponeses de Ponta Delgada que se encontravam submetidos ao regime de colónia. Como foi publicado no final da década de 40 (no apogeu da corrente neorrealista) e pelo seu carácter de denúncia dos senhorios exploradores, o romance é muitas vezes enquadrado nesta estética, que se caracteriza por ser uma «escola que elege para tema fundamental da obra literária assuntos relacionados com o condicionalismo sócio-económico dos povos e analisa a luta de classes que ele implica, visando, na linha ideológica do marxismo, contribuir para o desaparecimento da exploração do homem pelo homem» (Barreiros, 1983-1984: 501).

A respeito desta corrente (encabeçada por nomes como Fernando Namora, Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Álvaro Cunhal, Manuel da Fonseca, entre outros), António Barreiros refere ainda que «o autor neo-realista gosta de pôr na boca das personagens a linguagem popular regional, como se a tivesse gravado do natural em fita magnética e a repetisse. Leva o diálogo muitas vezes a assumir funções narrativas» (1983-1984: 507).

Neste sentido, uma vez que o próprio Horácio Bento de Gouveia revelou que o homem que luta pela sua sobrevivência fez parte do seu mundo de infância, é natural que esta labuta tenha influenciado a sua escrita. Sobre a estética neorrealista, Bento de Gouveia afirma:

Depois do realismo do Eça, do Fialho e Aquilino, ingressou-se, neste terceiro quartel do século, em um neo-realismo e numa forma de romancear que, por ser vazada noutros moldes, aguça o apetite das gerações que espontam. No fundo explica-se pela tendência própria do espírito a sua versatilidade, a ansiosa busca do original. São os temas da mesma natureza humana quanto ao conteúdo se confrontarmos o romance eceano com os contos de Fialho ou qualquer dos romances de Aquilino⁵⁰.

Embora todas estas temáticas sejam um pouco abordadas por Horácio Bento de Gouveia, sobretudo em *Ilhéus*, e ainda que haja, por vezes, associação ao romance *Gaibéus* de Alves Redol, o madeirense não pode efetivamente ser catalogado como um seguidor desta estética, conforme afirma Rui Nepomuceno:

Apesar de algumas afinidades com aqueles autores, o romancista madeirense não poderá ser classificado como um membro dessa escola. Desde logo porque todos os neo-realistas seguiam a ideologia marxista, tomando como guia filosófico os princípios do materialismo dialético; e tendo uma visão da história como permanente e progressiva luta de classes, que encaminharia a humanidade para um futuro de inevitável vitória do socialismo e depois do comunismo (2002: 96).

Uma vez que os neorrealistas se caracterizavam pela resistência ao fascismo, e tendo Horácio Bento pertencido a organismos políticos e culturais do Antigo Regime, não pode ser tido como um verdadeiro discípulo da corrente. Rui Nepomuceno, fazendo o estudo da obra do madeirense e das suas possíveis ligações ao neorrealismo, refere que a escrita bentiana se caracterizava pelas preocupações sociais e pela tradição, mas com rasgos de um certo regionalismo. Concluindo, Nepomuceno acrescenta:

Horácio Bento de Gouveia é, quanto a nós, seguidor duma filosofia idealista, com laivos de um certo materialismo libertino e individualista ao jeito do amigo Aquilino Ribeiro, navegando entre o modernismo e a tradição e enlaçado no predominante tronco naturalista da literatura portuguesa da época; avessa a qualquer concessão à dialética do movimento, mudança, e transformação política, económica, social e cultural, que são a pedra de toque do materialismo dialético (2002: 96).

À semelhança de Aquilino Ribeiro, um dos seus grandes mestres⁵¹ e o expoente máximo do regionalismo português, Horácio Bento, centrando a sua obra na ilha da

⁵⁰ Horácio Bento de Gouveia, “ «Três semanas em Maio»: nova forma de romancear”, *Diário de Notícias da Madeira*, 18 de novembro de 1969.

⁵¹ A relação entre Horácio Bento e Aquilino Ribeiro é comprovada pelo prefácio que Aquilino escreveu para o romance *Ilhéus/Canga*. A par disto, no *Diário de Notícias da Madeira*, a 9 de maio de 1971, Horácio Bento publica também uma carta que o escritor beirão lhe enviara em 1948, aquando da leitura da obra, na qual escreve «Meu caro Dr. Horácio Bento: O seu livro só tem os defeitos das suas imensas qualidades: exuberância, riqueza de descritivo, emaranhamento psicológico». Horácio Bento de Gouveia, “Uma carta de Aquilino Ribeiro”, *Diário de Notícias da Madeira*, 9 de maio de 1971.

Madeira e em especial na freguesia de Ponta Delgada, revela também na sua escrita traços do regionalismo, uma escola caracterizada pela valorização e defesa dos valores e da identidade regional. O próprio assume na crónica “Regionalismo: ranchos folclóricos” que esta estética constitui a «manifestação desentranhada do sentimento colectivo, afecto da terra amoitado nas profundezas do inconsciente» (Gouveia, 1994: 142). E a Madeira, sendo um território insular, com determinismos que condicionam os seus habitantes e a sua cultura, é um espaço propício ao despontar de sentimentos regionalistas. Bento de Gouveia, como um dos defensores da identidade madeirense, exaltou ao longo da sua vida a afeição à sua terra, como afirma Nelson Veríssimo:

Eram firmes convicções regionalistas que levavam Horácio Bento de Gouveia a assim escrever, por lhe causar sofrimento a destruição da paisagem madeirense. Quem reage com indiferença, não compreende os valores do património e, de certeza, nunca poderá entender o que é a identidade cultural. Horácio Bento, no entanto, conhecia bem estes valores⁵².

O regionalismo em Horácio Bento de Gouveia não deixa, no entanto, de ter um carácter mais amplo, na medida em que a sua escrita e os seus temas, embora tenham como palco preferencial a Madeira e os seus habitantes, não ficam limitados a esta ilha, podendo ser transportados para qualquer outro espaço territorial, conforme defende Octaviano Correia: «para alguns críticos, Horácio Bento é um escritor regionalista e está tudo dito. A ruralidade da sua obra, a presença constante do Homem madeirense e da sua vida, conflitos, dificuldades, sofreres, submissões e revoltas, conduz a essas conclusões»⁵³. Este estudioso não deixa, porém, de sublinhar que as suas personagens de Horácio Bento de Gouveia «não têm pátria, nem terra, nem origem porque poderiam ter nascido em qualquer lugar, vivido em qualquer lugar, morrido e lutado e sofrido em qualquer lugar»⁵⁴.

Ainda que seja um defensor nato da cultura e das tradições madeirenses, Horácio Bento reconhece também a importância do espaço exterior à ilha. O universalismo, apesar de não ser uma constante na escrita bentiana, encontra-se ainda assim presente nas crónicas que evocam o turismo na Madeira e a cosmopolita cidade do Funchal e em diversas passagens dos seus romances, como acontece em *Margareta*, cujas

⁵² Nelson Veríssimo, “Horácio Bento de Gouveia e as Crónicas do Norte”, *Diário de Notícias da Madeira*, 18 de setembro de 1994.

⁵³ Octaviano Correia, “Horácio Bento de Gouveia: o mais universalista dos escritores madeirenses”, *Jornal da Madeira*, 8 de setembro de 2005.

⁵⁴ *Ibidem*.

personagens são transportadas para países como o Reino Unido, a Áustria e a Dinamarca.

A par da estética regionalista, e dado o permanente apego à terra subjacente na narrativa de Horácio Bento de Gouveia, podemos associá-lo também ao provincialismo português do final do século XIX. Segundo Evelina Verdelho, foi com esta estética (que ganhou força com o Ultimato Inglês de 1890 e com as comemorações dos 300 anos do falecimento de Vasco da Gama e Luís de Camões) que o país se deparou com a necessidade de exaltar a nacionalidade e se entregou «a um movimento geral de interesse pela aldeia, pela província, o qual, em verdade, desde Garrett não se tinha ainda extinguido. Foi a hora do popularismo, do etnografismo e do folclorismo em que participou a generalidade de poetas, prosadores e estudiosos dos mais variados domínios» (1982: 19).

Para além destas influências — regionalista e provincialista — há também no madeirense um visível interesse pelo Brasil⁵⁵ e pelos seus intelectuais, manifestado nos jornais com evocações e manifestações de apreço por nomes como Francisco Silveira Bueno ou Agrippino Grieco e com a caracterização do romance brasileiro, comprovado no seguinte excerto:

Há uma pulsação vibrantíssima da vida com o habitat a que não falta o pormenor mais sobressaliente e o mais apagado. [...] Surge-nos o homem valorizador da terra inculta, descobridor do humus fecundo, pingue, desentranhado a selva, o arrojado bandeirante que domina a natureza com seu esforço titânico — surge-nos o homem em tôda a sua expressão de dor ou de triunfo, o homem que a literatura do século dezanove recalcava no esquecimento. [...] A faculdade sensitiva desempenha uma acção de comando. Assim, de dez jornalistas a quem se confiar a descrição de uma cena dramática da rua, cada um deles a narrará conforme o seu temperamento afectivo⁵⁶.

Pra além destes enquadramentos estéticos, e uma vez que o madeirense não se assumiu como discípulo de nenhuma escola em concreto, há ainda quem o identifique com o memorialismo. E o próprio Horácio Bento de Gouveia, quando confrontado sobre se o seu romance *Torna-Viagem* estaria próximo do memorialismo, confirma-o:

⁵⁵ Reconhecendo semelhanças entre o dialeto da Madeira e o dialeto falado no Brasil, na crónica “A língua: do Brasil e de Portugal”, Horácio Bento de Gouveia diz que «há uma analogia entre a sintaxe do habitante da ilha e a do povo brasileiro», nomeadamente a «construção gerundial. O gerúndio entra que inteiramente na maneira de toda a gente se expressar: vinha andando, ia correndo, estava saltando, esteve jogando» (Gouveia, 1966: 286-287).

⁵⁶ Horácio Bento de Gouveia, “Acêrca do romance brasileiro”, *Diário de Notícias da Madeira*, 12 de fevereiro de 1943.

«Sim, há memorialismo, o qual se exterioriza através de lances da natureza afectiva, por uma parte, e, por outra, ao longo da descrição e da narração de cenas que foram vivências profundamente objectivas»⁵⁷.

Ernesto Rodrigues, dissertando acerca das *Crónicas do Norte*, destaca a componente de ensaio histórico da escrita jornalística de Bento de Gouveia e situa-a na «na diversidade social do século XIX» (2002: 100). Por sua vez, Irene Lucília de Andrade reconhece que o madeirense possui uma linguagem erudita, repleta de regionalismos, que manifesta interesse pelos aspetos populares e regionais e que dá também primazia à genuinidade do camponês: «ao longo do tempo, verifica-se que a sua escrita se foi apurando no contacto com novas influências sem, apesar de tudo, nunca o autor abdicar da sua exigência pessoal relativamente ao gosto pelo vernaculismo e pela riqueza lexical da língua portuguesa» (Andrade, 2013: 136).

Mas, independentemente da corrente em que queiramos inserir Horácio Bento de Gouveia, no entender de Proença dos Santos, a sua escrita — quer a de ficcionista (a mais estudada), quer a jornalística — é marcada por três aspetos transversais: o apego à terra, as vivências pessoais e a conceção naturalista da vida (2007: 77).

Com uma escrita regular, Horácio Bento de Gouveia faz também questão de relatar as características dos locais para onde viaja. Foi assim durante a viagem aos Açores, em 1922, com as “Chronicas de um Estudante”, nas quais se nota já a tendência para o uso do discurso figurado, neste caso a imagem metafórica do Pico comparado a um charuto: «Ao longe o Pico é um enorme charuto escuro que se prolonga esfumadamente no azul do mar. [...] Agora vamos a caminho do Faial, para a cidade da Horta, onde por lá se passeia o meu caminho... Já conheço a Horta de fotogravura e o seu aspecto lembra o Funchal» (Soares, 2001:60).

Posteriormente à viagem que fez com o Orfeão Académico de Lisboa ao Brasil, em 1925, saem também a lume diversas crónicas sobre as Terras de Vera Cruz, como é o caso de “Do meu afecto pelo Brasil”.

Também nas suas estadias em Portugal Continental, o madeirense não deixava de fazer a crónica do que via para a imprensa madeirense, criando assim as “Cartas de Portugal”. A título de exemplo, em “Cartas de Portugal V” relata: «Óbidos, que é uma vilasinha velhusca e pinturesca, fica enclausurada dentro das muralhas abocanhadas e

⁵⁷ S/A, “Horácio Bento de Gouveia: novo romance «Torna-Viagem»”, *Diário de Notícias da Madeira*, 11 de outubro de 1976.

torreadas do antigo castelo. A sua construção parece remontar, possivelmente, aos tempos recuados e penumbrosos dos túrdulos e dos celtas» (Soares, 2001: 184).

De igual modo procedeu Bento de Gouveia quando (em regime de correspondência) manda para os jornais madeirenses as crónicas “Canárias, ilhas afortunadas”; “Madrid: o que vi e pensei”; “Toledo- cidade medieval”; “Viagem a Berlim” e “Viagem a Paris”⁵⁸.

Com um interesse vasto pela cultura em geral, o madeirense escreveu sobre questões históricas, sobre filosofia (disciplina que lecionou durante alguns anos) e sobre alguns intelectuais do continente e da Madeira. Fez igualmente digressões a espaços culturais e transmitiu as impressões aos seus conterrâneos, como, de resto, aconteceu com as seguintes crónicas: “Herculano: a casa de Alexandre Herculano”; “A casa de Camilo” e “A casa de Teixeira de Pascoais”⁵⁹.

A par disto, escritos como “A origem do alfabeto” e “Do emprego das palavras”, com uma índole linguística, fazem também parte da crónica de Horácio Bento de Gouveia, que, como já foi referido anteriormente, tinha preocupações com o bom uso e emprego da língua portuguesa. Sobre esta vertente, Natália Gonçalves afirma: «os seus escritos estão repletos de comentários filológicos, de notas gramaticais, de observações etimológicas, esclarecimentos lexicais (cujo objectivo visa a vernaculidade de certos vocábulos), e de reflexões sintáctico-semânticas» (2004: 70).

Além destas temáticas, refiro ainda que, sobretudo nas primeiras décadas da sua atividade jornalística, existem crónicas bentianas com um pendor mais descritivo, em que a temática central do texto é a natureza:

Outono! Outono pleno dos poentes de rubi e topázio esparramados nas tardinhas de céu imaculado! Como eu te sinto pela voz gritada, esmarrida dolorosa e alanceante daquele eucalipto velhinho e gigantesco, que a maldade instintiva dos homens fez derribar, voz de ternura e mágoa que não deixa de ressoar meiguiceiramente ao meu ouvido desde a minha infância longínqua porque participa já do meu sangue, pertence às primeiras sensações, que me puseram em contacto com as belezas do mundo com o eco obsidiante e molhado da voz rude de mar que assedia os meus sentidos! (Soares, 2001: 116-117).

De resto, esta mesma tendência inicial foi registada por Maria de Fátima Gouveia Soares: «o período de 1919 até 1922 é, posso afirmar, o período de maior

⁵⁸ Estas crónicas podem ser consultadas na obra *Alma Negra e Outras Almas*.

⁵⁹ *Idem*.

pujança, mais rico na produção de escritos, de fervor pós-romântico com frases engenhosamente adjectivadas» (Soares, 2001: 7).

Na cronística bentiana encontramos ainda situações de diálogo que cumprem a intenção de reforçar os assuntos abordados. De resto, é muitas vezes nas situações de diálogo que o cronista revela as particularidades do dialeto madeirense, conforme se pode observar em “Bom Jesus da Ponta Delgada”:

— *Nã t'esqueças da rebecca e do bumbo que tão no armairo, q'a gente espera in casa do vezinho.*

— O pai *nã* leva o bordão de conto?

— Já *qui* vai *p'rai* voltas da *Incumeada* com a ajuda do Senhor *Jasus*.

Ouvia-se este diálogo há 40 anos para trás, ao romper da manhã, no terreiro de qualquer casa de sítio montesinho numa freguesia do Sul. Mas, no espaço já longo do tempo que se foi, uma mudança nos hábitos das gentes se operou, a vida adquiriu outro ritmo, e o homem uns modos mais polidos (Soares, 2014: 167)

Para além disso, uma vez que a crónica jornalística não é um texto rígido, em Horácio Bento é também comum o uso de personagens, de imagens, de figuras de estilo e de formas de narrar mais literárias. Neste caso, em “Vindimas: arranja bom Setembro, com a burra te ficarei eu (provérbio do mês)”, o cronista utiliza a personificação, quando se refere às “manhãs lívidas”, e o animismo “nuvens pardas e amorfas”:

As manhãs lívidas alongam-se em cor cinzenta porque as nuvens pardas e amorfas enovelam-se a nascente. Por vezes vêm do céu uns borrifos que não chegam a molhar a terra (Gouveia, 1966:57).

De igual modo, utiliza a metáfora e a comparação, respetivamente, quando menciona «os caminhos torcicolosos que lembram, alguns, os lanços das roscas» e a personificação quando refere que «só as rochas conservam o apito de estridência melancólica do Açor, do Bútio, do Gavião e do Falcão» e que o mês de setembro se apresentava «mascarado de mosto» (Gouveia, 1966: 45; 48 e 57).

Embora tenha textos com carácter mais imparcial, a verdade é que a maior parte das crónicas que o madeirense publicou apresenta temas e traços mais subjetivos que, de alguma forma, contribuem para reforçar a sua relação com os leitores da ilha. Aliás, o facto de o título da crónica supracitada — “Vindimas: arranja bom Setembro, com a burra te ficarei eu (provérbio do mês)” — ser um provérbio revela, assim, a forma livre e, sobretudo, popular como o cronista trata os temas, neste caso o das vindimas. Por esta razão, na opinião de Ernesto Rodrigues, Bento de Gouveia «trata-se de um narrador,

desdobrado, aqui, em foneticista, além, historiador local, rememorador e, sempre, voz que etnografa uma quadra festiva, reflecte sobre um provérbio, opera analogias espaço-temporais» (2002: 101).

A respeito destas características, Maria Margarida Macedo Silva salienta ainda que o tom quase coloquial que a crónica bentiana possui deve-se também ao uso «de numerosos substantivos, os raros adjectivos qualificando apenas uma faceta do objecto, verbos estatísticos, metáforas e animismos conducentes a um maior visualismo e, por vezes, neologismos que nos transmitem o popularismo, a rusticidade, o regionalismo» (2003: 64). A autora exemplifica ainda estas mesmas especificidades em passagens como estas: «o clarim do galo»; «entumesciam-se os ares»; «a noite afogava a povoação»; «as lanternas andavam»; «uma luz furava a noite»; «aldeolas sumidas nos calcanhares das serras». Igualmente passagens como «o arraial descoloriu-se» comprovam o poder expressivo dos verbos no cronista (*ibidem*).

Analisando as particularidades formais encontradas na crónica bentiana, João David Pinto-Correia revela:

Por vezes, paralelamente à narração e à descrição, a evocação e o tom líricos próprios da crónica ganham o nível primeiro da escrita, e aí se expõem os mesmos assuntos que, depois, podem ser isolados no exercício literário-jornalístico. Igualmente se constatará que, nas crónicas, muitas vezes se convocam modos e estilos da narrativa: são pequenos esboços de descrição e de narração, mas que são utilizados de modo pertinente, vivo e dinâmico, ao jeito permitido pelo mais literário dos géneros jornalísticos (2002: 141).

Em termos jornalísticos, apesar de Horácio Bento de Gouveia, na qualidade de cronista, não estar sujeito ao rigor e imparcialidade que se exige ao restante corpo redatorial dos periódicos, as suas crónicas cumprem o papel de reflexão sobre o momento em que são escritas e saem a lume com enquadramento cronológico. Por outras palavras, e por uma questão de lógica, observei que os escritos sobre o Natal datam do mês de dezembro ou inícios de janeiro e os relacionados com as vindimas saem a lume em setembro, o mês em que se efetua este ritual. De igual modo, as crónicas sobre o Arraial do Senhor Bom Jesus de Ponta Delgada⁶⁰ são também publicadas em finais de agosto e nos inícios de setembro, ou seja, nas vésperas ou posteriormente ao evento. Horácio Bento de Gouveia faz questão de fazer a contextualização temporal das suas crónicas, o que é visível, por exemplo, em

⁶⁰ Arraial/romaria realizada tradicionalmente no primeiro domingo de setembro na freguesia de Ponta Delgada (Madeira).

“Tradição: a matança do porco” (publicada a 12 de janeiro de 1964) quando o cronista inicia o texto com a frase «passada a quadra mais pulcra do ano» para abordar o que houve de tradicional naquele mês (Gouveia, 1966: 37).

Assim sendo, percebemos a polivalência dos assuntos e formas inerentes à crónica de Horácio Bento de Gouveia, embora para esta dissertação venham a ser tidas em conta apenas as crónicas que revelam o seu apego à terra, e no fundo, as que evidenciam a identidade madeirense.

Tido como «um homem que acima de tudo exaltou a sua terra, descrevendo com profundo realismo as paisagens, a mentalidade, os costumes, o folclore, a etnografia e todas as facetas das alegrias, dos dramas e da vida das suas gentes, com quem, aliás, sempre fez questão de se identificar», Bento de Gouveia vai evidenciar estas facetas na sua escrita jornalística, sobretudo na imprensa regional da Madeira (Nepomuceno, 2002: 96-97).

A verdade é que também o facto de Horácio Bento de Gouveia escrever maioritariamente em periódicos regionais e para um leitor demarcado geograficamente favorece a exaltação dos temas regionais e locais e das características identitárias da Madeira nas suas crónicas. Também o facto de ter escrito no século XX, em que a atividade económica madeirense ainda dependia de setores tradicionais como o vime, o bordado, o vinho, o turismo, entre outros, pode ter contribuído para a definição do tema central da sua escrita.

Ao abrigo da função social da imprensa local, Horácio Bento de Gouveia teve também nos jornais madeirenses um meio de excelência para dar a conhecer a sua opinião sobre a região e para proceder à divulgação do seu ponto de vista sobre os diversos assuntos que marcavam a atualidade. Foi no jornal — que o próprio afirmava ser um dos melhores “hábitos do espírito”⁶¹ — que, por vezes, Bento de Gouveia alertou as consciências madeirenses para determinadas situações que considerou reprováveis, como atesta Proença dos Santos: «embora talvez a maioria das pessoas se lembre dele como um cronista com um cunho memorialista, de vez em quando, porém, publicava crónicas mais interventivas, onde alertava para o evoluir das coisas, para aspectos que considerava menos positivos»⁶².

⁶¹ Horácio Bento de Gouveia, “A leitura do jornal”, *Diário de Notícias da Madeira*, 21 de janeiro de 1962.

⁶² Luís Rocha, “Obras de Horácio Bento de Gouveia são a ‘expressão da insularidade’”, *Diário de Notícias da Madeira*, 30 de julho de 2006.

Neste sentido, ciente da responsabilidade social dos jornais e do seu alcance, numa crónica intitulada “Uma campanha bairrista”, publicada em abril de 1926 no *Diário da Madeira*, o madeirense reprovou em tom irónico a extinção da Estação Telegráfica de São Vicente e saiu em defesa dos seus conterrâneos:

E a estação criou-se e foi inaugurada num festival de música e girandolas de foguetes- Não se lembrarem os senhores da minha aldeia, que o telégrafo o único melhoramento bom que possuímos, que por infelicidade nossa só é concedido a povoações de certa importância de certa obesidade argentaria. [...] Achamos oportuno neste momento grave em que se chocam e degladiam num chavascal de ambições torpes de politiquice manhosa, as chafranafras das vozes sem comando dos políticos alvissareiros da minha terra, a interferência protocolar do senhor Director dos Correios e Telégrafos em benefício da população da Ponta Delgada, de Boa Ventura e do Arco de San Jorge (Soares, 2001: 131-132).

A par deste senso crítico, foram também as vivências pessoais do ilhéu que se tornaram tema da crónica jornalística bentiana e frequentemente, evidenciando a subjetividade e envolvimento do cronista com o universo narrado, eram publicados escritos em que Horácio Bento de Gouveia evocava precisamente a sua adoração à terra-natal. A *terra-mater* tornou-se, como teorizou Thierry Proença dos Santos, no «centro geográfico-sentimental da sua insularidade» (2002: 56). E, tendo em conta o exposto por Proença dos Santos, numa das crónicas cujo título é “S. Vicente, capelinha à beira mar...” Horácio Bento chega mesmo a referir:

Ninguém pode contrariar esta verdade: o meio físico, quando fechado pela natureza do relevo que dificulta as idas e vindas a outras póvoas, actua no seu consciente, em sua parte psíquica, e de tal modo que o escraviza em gosto amargo de infelizes se algum dia sai da terreola e se adapta a outro mundo. É que o haver nascido aos bafejos familiares dos ascendentes e espigado até à adolescência debaixo do mesmo tecto e da visão do mesmo quintario, da mesma hora, ribanceira ou colina, cria um apego inquebrável à emoção geográfica que esperta e vibra com a mais delida lembrança do berço (Gouveia, 1966: 261-262).

O cronista escolhe assim o norte da ilha, mais concretamente a freguesia de Ponta Delgada, como o centro do seu sentir ilhéu porque lá viveu e porque conseguiu perceber que, naquele espaço isolado e esquecido, os costumes, traços e as tradições madeirenses encontravam-se num estado mais genuíno e alheio à interferência do cosmopolitismo e das novas invenções presentes na cidade do Funchal. Em “Terra-Mater: Ponta Delgada, da Ilha da Madeira”, o próprio declarou: «O individuo que nasce e vive na aldeia o período da sua infância e parte da idade viril tem uma maneira de ser

diferente daquela criatura que sempre sentiu, em torno de si, o domínio da cidade, o seu *brouhaha*, a nevrose da multidão» (Gouveia, 1933: 9).

Por diversas vezes o cronista fez questão de referir que mesmo sendo a ilha um espaço pequeno, existiam diferenças latentes entre o ambiente citadino e o rural, sublinhando as dificuldades de comunicação que existiam entre a capital madeirense e as províncias mais distantes. Em “Funchal d’outrora”, Bento de Gouveia referiu:

As ligações dificultosas do Funchal com as freguesias rurais acentuavam o fenómeno seguinte, de geografia humana: uma longa permanência do habitante da cidade dentro da área onde exercia seu mister sem jamais sair dela, assim como a fixidez quase imutável do residente nas póvoas derredor da ilha. Só um caso de força maior o obrigava a deslocar-se: negócios ou motivo de saúde. Desta sorte o isolamento fechava o conservantismo de hábitos de viver e de linguajar (Gouveia, 1966: 180-181).

No fundo, a terra natal representava um claustro de um conjunto de características e vivências típicas, comuns a toda a ilha. Assim diz Manuel Ferreira Rosa: «Ponta Delgada, freguesia ribeirinha e serrana, a um tempo, ninho de engenho, na costa norte da ilha *mater*, sua póvoa de nascimento, meninice, desenvolvimento e refúgio, é espécie de síntese, símbolo e resumo da Ilha toda, em seus devaneares» (1980: 15).

Reconhecido como um «cronista atento aos acontecimentos mais importantes da sua época, mas indo para além da efeméride, tocando os domínios do subjectivo, do social e da análise», nas palavras de Margarida Macedo Silva, Horácio Bento de Gouveia legou-nos assim, na sua escrita jornalística, uma variedade de temas e abordagens (2002: 27-28). imortalizando a sua freguesia, o cronista colocou-a como palco preferido para expressar determinadas traços tipicamente madeirenses. Embora numa primeira fase da sua carreira jornalística haja marcadamente tendência para as memórias de infância, e para o saudosismo, a verdade é que posteriormente o cronista evidencia, num plano mais geral, as características identitárias madeirenses — sobre as quais incide a presente dissertação.

2.2.3. Análise dos traços da identidade madeirense nas crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia

Como já disse anteriormente, a minha investigação teve por base apenas crónicas de Horácio Bento de Gouveia que referem, de alguma forma, características identitárias da ilha da Madeira e por isso mesmo, embora a sua obra literária assuma também uma importância cultural reconhecida, foi sobretudo no âmbito do jornalismo que foquei a minha atenção. Ainda que não estejam tão estudados como as obras literárias, os seus textos jornalísticos contribuem também para a afirmação e divulgação de algum do património material, social e cultural da Madeira. Sintetizando a relevância da carreira jornalística de Horácio Bento, Thierry Proença dos Santos avança:

Horácio Bento de Gouveia foi principalmente um “cronista” da ilha e do viver ilhéu, quer de ambientação rural, quer citadina. Escreveu centenas de crónicas em que figuram os traços mais originais da vida quotidiana dos madeirenses e cuja revelação constitui também o ponto fulcral da sua pesquisa literária. Por isso, podemos dizer que, com Horácio Bento de Gouveia, afirma-se o madeirense como o etnógrafo da própria história e experiência de vida na narrativa de ficção (na esteira de um João dos Reis Gomes e a par de um João França). Daí a sua obra constituir um marco importante na história cultural da Madeira (2007: 483).

Sendo assim, as crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia constituem um depósito da memória da Madeira do século XX e explicam alguns dos traços característicos que ainda hoje são associados à ilha; uma conclusão afirmada também por João David Pinto-Correia quando as apelida de «preciosas joias da memória e vivência madeirense» (2002: 137). Tendo como temáticas as vindimas, o Natal, a gastronomia, a música e folclore, a emigração, os arraiais, as festividades e as mais diversas tradições, as crónicas bentianas imortalizaram a maneira de ser e estar autóctone e, hoje em dia, dão o seu contributo para a afirmação da identidade da ilha.

Para tornar mais clara a minha análise dos escritos jornalísticos de Bento de Gouveia, distribuirei os diversos trechos em que o cronista menciona algumas características identitárias da ilha por quatro grandes categorias: a ilha, ruralismo e cosmopolitismo; costumes, atividades e festividades tradicionais; emigração madeirense e particularidades dialetais da ilha.

2.2.3.1. A ilha, ruralismo e cosmopolitismo

A orografia acentuada da ilha da Madeira, originada por fatores vulcanológicos, desde cedo condicionou a vivência dos seus habitantes. Embora em 1419 já não houvesse indícios de atividade vulcânica, os primeiros colonizadores a chegar à ilha tiveram particular dificuldade em contornar os íngremes e bravios terrenos que se estendiam encosta acima para, assim, poderem levar a cabo o cultivo de cana-de-açúcar e de vinha. Para facilitar as comunicações e a introdução das plantações referidas, não só procederam ao corte das árvores existentes, aproveitando-lhes a madeira, como também deram início à construção de trilhos e veredas em zonas montanhosas e inacessíveis. Simultaneamente, para redistribuir a água abundante das vertentes norte da ilha, construíram diversos canais de irrigação, denominados localmente de “levadas”, que se tornariam fundamentais para mover os diversos engenhos e moinhos. Consciente deste passado difícil e heroico do ilhéu madeirense, Horácio Bento de Gouveia afirma na crónica “Civilização Madeirense”:

Sob esta dinastia de homens intrépidos, audazes, valentes de que Zargo é o pioneiro, explora-se o solo, aproveitam-se as riquíssimas essências vegetais multi-seculares: cedro, vinhático, barbuzano, aderno, til. Em engenhos de água serram-se madeiras para construção de casas, mobílias e barcos e exportam-se tábuas e traves./ [...] A cana de açúcar introduz-se na ilha. São os *canaveaes dasucre* factor dominante da primeira civilização. As comunicações do Sul para o Norte, difíceis e extenuantes, por caminhos que vão a nascer através das gargantas angostas da serra, são verdadeiro cabo tormentório (anexo 2, p. 109).

Embora neste excerto Horácio Bento esteja a fazer uma contextualização histórica da Madeira e a exaltar a capacidade de superar obstáculos do madeirense, há ainda referência às dificuldades de transporte e comunicação da ilha que marcam, desde sempre, a vivência ilhoa e, consequentemente, a sua identidade.

De resto, séculos depois da colonização e durante grande parte da sua vida, o próprio cronista foi afetado pelas condicionantes geográficas e fez questão de transmitir este aspeto aos seus leitores. Uma das formas encontradas por Horácio Bento para exemplificar esta situação foi através da descrição da travessia do Caminho das Torrinhas — uma vereda que ligava a Ribeira Brava a São Vicente, isto é, o Sul e o Norte da ilha — que no fundo simbolizava a passagem do campo para a cidade.

Referindo-se a este percurso como a “fuga da ultrainsularidade”, António Fournier e Duarte Correia Joaquim afirmam:

Atravessar o Caminho das Torrinhas era submeter-se a um banho de humildade, abandonando a condição de ser gregário, longe do bulício humano, horas a fio, muitas vezes com cargas às costas, ou com o filho nos braços como em Canga, por entre trilhos, veredas, abismos, subidas e descidas, antes de entrar na civilização urbana (2002: 40).

Curiosamente, também em “O Norte da ilha, ontem e hoje”, Horácio Bento reconhecia em tom de ironia esta dupla insularidade: «o norte era fechado à atrasada civilização da cidade como casulo de bicho de seda» (Gouveia, 1966: 144).

Embora atualmente já existam boas acessibilidades comunicacionais, a ilha e os seus habitantes, durante muitos anos, foram marcados por particulares dificuldades, como de resto o cronista explica em “A Madeira: visão de ontem e de hoje”:

O deslocamento pedestre da região norte para a do sul, ou vice-versa, efectuava-se por autênticos semideiros de cabras que rompiam, balbuciantes, através de urzes, loureiros – espessura bravia de manta –, os quais caminhos angostos guindavam o transeunte a partir da beira-mar té uma altitude que vai para além de mil metros (Encumeada e São Vicente ou Serra das Torrinhas ou Poiso) (anexo 3, p. 112).

Ressalvando que sucessivamente tinham vindo a ser reunidos esforços no sentido de melhorar e contornar a barreira da orografia na Madeira, o cronista não deixa, no entanto, de apresentar detalhadamente o *modus vivendi* madeirense de outrora: «Viviam as freguesias acantoadas em presépio por lombas e entre enrugamentos, em remanso poetico, e os costumes e a linguagem, em sua rustiqueza, gozavam da mais pura simplicidade, alheios ao abastardamento procedente do exterior» (*ibidem*).

Assim, ao reconhecer as barreiras físicas existentes na ilha e a importância destes trilhos terrestres, o cronista está também implicitamente a retratar uma situação que durante séculos moldou a vida dos madeirenses e que teve reflexo na sua personalidade. De facto, o ter enfrentar estas primeiras barreiras geográficas fortaleceu física e psicologicamente o ilhéu madeirense e tornou-o num ser capaz de enfrentar a maioria das adversidades naturais a que a ilha está sujeita.

Neste sentido, em tempos remotos, na tentativa de minimizar o isolamento provocado pelos declives acentuados da ilha, a maior parte das freguesias costeiras tinham cais e barcos de carreira, encarregues de transportar passageiros e mercadorias entre as diversas localidades. Em “Memórias da ilha: os velhos cais do norte — o

progresso matou o cais e extinguiu hábitos de muitas gerações”, Horácio Bento de Gouveia diz:

Era o mar a estrada por onde se transportavam as mercadorias e se deslocavam, quando as condições marítimas favoreciam, aqueles que iam à cidade, mesmo que, entrados a bordo do vaporzinho ou navio de *carreira*, se estirassem nos bancos da *ponte* e no convés, enjoados do cheiro agonizante, o qual o interior do barco revessava, ou do baloiço provocado pela ondulação de rugas fundas próprias da dinâmica vivente na alma da vaga, na costa Norte (Gouveia, 1966: 45).

Segundo nos relata ainda Horácio Bento, nos dias em que o “vapor” chegava, no caso de se antever a visita de um familiar ou amigo ou simplesmente para observar quem vinha da cidade, a ida ao cais era obrigatória (*idem*: 47-48). Na despedida, isto é, na jornada de volta ao Funchal, embora as viagens se fizessem dentro da mesma ilha, acenavam-se lenços brancos «como se aquele fosse grande pacote em direitura ao largo, para a travessia do Atlântico, rumo de um país remoto» (*idem*: 48).

Através destas passagens percebemos claramente que as viagens pedestres e marítimas entre as zonas rurais e a cidade, apesar de serem feitas dentro do mesmo espaço territorial — a ilha —, representavam também a ida para uma outra realidade, existindo, desta forma, uma demarcação evidente entre a ruralidade e pureza de hábitos e costumes destas freguesias isoladas e a mundividência da turística capital madeirense.

De resto, apesar das melhorias operadas no âmbito da comunicação e transportes na ilha e do próprio cronista mencionar em 1962 que se estava perdendo «o carácter próprio, arcaizante, que distinguia as povoações», esta dualidade entre as cidades e as zonas rurais é, ainda hoje, latente e pode mesmo ser apontada como uma das características identitárias deste espaço (anexo 3, p. 113).

O turista que na contemporaneidade aterra ou aporta na ilha, num espaço geograficamente reduzido, tanto tem à sua espera um ambiente cosmopolita no Funchal, como também se depara com formas arcaicas de vivência nas freguesias mais afastadas dos grandes centros urbanos. E a crónica bentiana, sendo um texto que não se dissocia da realidade, vai também refletir a existência destes dois ambientes distintos — a cidade e o campo. Se nas crónicas de âmbito citadino o palco é inevitavelmente o Funchal, nos textos que têm temáticas rurais o cronista escolhe como cenário as freguesias e localidades a norte da ilha da Madeira por, no seu tempo, ainda conservarem a natureza, os costumes e tradições no seu estado pleno.

Neste sentido, em “Estradas e Turismo: o miradoiro da Roça e a Levada Grande da Boaventura”, o cronista “serve-se” das vias de comunicação terrestres para ilustrar a dicotomia sul/norte da ilha. Segundo o autor, contrariamente às estradas do sul da ilha — onde se insere o Funchal — que seguem “incarácterísticas”, as ligações nortenhas são únicas e refletem o esforço que o ilhéu madeirense fez para contornar a hostilidade dos terrenos: «na face norte, vertente fragosa, acantilada e arrogante, a via de cintura a custo prossegue, porque tem de segurar-se á rocha, fincar-se nela a machadadas de picareta que a vão escalavrando dificultosamente, arreganhando, esboroando, furando» (anexo 4, p. 115).

Já em “O Norte da Ilha”, por exemplo, dissertando acerca dos tradicionais refúgios de verão das famílias mais abastadas da Madeira, Horácio Bento de Gouveia não só faz uma ode ao clima nortenho na estação de maior calor, como também o valoriza em relação às condições climatéricas de verão no sul da ilha:

A faixa Sul da ilha, de Verão, hostiliza o foragido à calma depressiva da cidade./ O Norte da ilha é o verdadeiro refúgio para estanciar na época de estio. Razão tinham os fidalgos madeirenses dos séculos pretéritos em abandonar a cidade quando o Sol, depois de atingir o solstício, retrocedia, indo eles aposentar-se nas povoações setentrionais./ Os ventos de Norte e de Nordeste soprando do mar para a terra tornam aquela face agreste da Madeira de uma frescura permanente. Desnecessário buscar o refrigério da altitude./ Desfrutam as freguesias e os vilares de um clima mais salubre que os do Sul (Gouveia, 1966: 140).

Mais do que uma exaltação à temperatura registada durante o verão no norte da ilha, o cronista aproveita também este texto para fazer uma crítica à monotonia visual da cidade: «sair do Funchal já é agradável mudança porque as sensações da vista cativando as horas baldias, por sua novidade, encurtam o tempo integrando-nos em sua corrida imperceptível» (*idem*: 139).

De igual modo, em «Madeira, terra das flores», Horácio Bento faz uma alusão à floricultura da ilha e critica a artificialidade e a mercantilização da natureza exposta na capital da ilha:

E, na cidade e circunferências, as quintas tornam-se alfobres dos mais fascinantes exemplares de botânica decorativa. Porém, sem embargo de sua riqueza variada de espécies, não existe, verdadeiramente, no Funchal, a paixão desutilitária das flores. Todos os dias, ali estacionam, à Rua do Aljube, com os açafates cheios, as vendedeiras (Gouveia, 1966: 30).

Apesar de a ilha no seu todo ser reconhecida «na estranha por sua tapeçaria vegetal», no entender de Horácio Bento os melhores «viveiros de floricultura» encontram-se essencialmente nas zonas mais afastadas: «É nas adjacências dos casais aldeãos que os jardins se esboçam: Quintalzinhas com seus canteiros de brincos-de-princesa, açucenas e maravilhas» (*idem*: 29). E, concluindo o seu pensamento, em tom de ironia, o cronista critica o facto de nas monstras das casas de comércio serem expostas flores artificiais numa ilha mundialmente consagrada pela sua colorida floricultura: «Flores naturais, para quê? Querem-se das que não precisam de água aparentando uma frescura que não envelhece» (*idem*: 31).

Ao apontar estas críticas, o cronista está também a tentar ressaltar a autenticidade dos aspetos que identificam e singularizam mundialmente a região, neste caso as estradas vertiginosas, o clima ameno e a flora diversificada.

Como já vem sendo dito, a costa norte, nomeadamente o concelho de São Vicente e a freguesia de Ponta Delgada, foi efetivamente o palco preferencial da crónica benticiana e, em muitos destes textos, o autor demonstrou ter profunda afeição por estes locais, em detrimento dos ambientes mais cosmopolitas, mas não quero com isto dizer que a cidade do Funchal não tivesse merecido o apreço de Horácio Bento e que o próprio não tivesse mencionado locais, edifícios e rituais citadinos da capital madeirense.

Em “Da cidade: roteiro sentimental”, de novembro de 1963, destacando o facto de a cidade ter atraído os “pachorrentos” turistas que chegaram à ilha nos inícios dos anos 20, logo após a 1.^a Guerra Mundial, o cronista faz uma excursão pelas ruas da capital madeirense e estrategicamente leva o leitor até recantos turisticamente conhecidos, como é o caso do Largo do Chafariz onde tinha lugar uma feira que vendia as tradicionais e garridas botas de vilão, um dos muitos objetos associados ao povo madeirense:

Acabara a primeira grande guerra. Dois anos, talvez, teriam volvido. As tardes do Funchal não se pode dizer que fossem romanescas. Porém refrangiam uma vida romântica. Ali, no Largo do Chafariz, a feira das botas chãs, as *botas de vilão* de canos com vira encarnada, chamavam os olhos dos transeuntes. E os que iam a passar detinham-se e ficavam em postura de pasmo. E as botas, em carreiras, naquele larguinho, de típico chafariz ao centro, à semelhança de canteiro exótico, espertava a vista, em sua nota colorida a marcar sadio regionalismo ao peregrino cobiço do diferente (Gouveia, 1966: 69).

O turismo, sendo uma realidade na Madeira, é também um dos temas da crónica jornalística de Horácio Bento de Gouveia. Afirmando que a ilha tem um poder «centripetante sobre o peregrino que busca longes terras no mar-oceano», o cronista realça todo o potencial turístico da sua terra em “Estradas e Turismo: o miradoiro da Roça e a Levada Grande da Boaventura”:

Fora da ilha, como os senhores sabem, quaisquer que sejam as paragens mais longínquas, o nome *Madeira* é sinónimo de Beleza e para nós êste vocábulo liga-se à ideia de turismo./ Eis por que, se a Madeira é o centro de turismo por razões de sua situação geográfica, de ordem climática, orográfica e de revestimento vegetal, forçosamente a estrada é órgão primário de vitalidade da nossa terra como é do domínio das classes dirigentes (anexo 4, p. 115).

Neste sentido, apesar de reconhecer que os melhoramentos efetuados nas vias de comunicação terrestres e marítimas tinham tornado a ilha mais acessível ao comum dos turistas, em “A Madeira: visão de ontem e de hoje”, de 1962, Horácio Bento aponta ainda a inauguração do futuro aeroporto da Madeira e o início das ligações aéreas como um marco fundamental no turismo: «a construção do aeródromo de Santa Catarina, de há muito necessidade premente, dentro em breve vai fazer da Madeira um centro de mais intenso cosmopolitismo do que até agora tem sido com a navegação marítima» (anexo 3, p. 113). Também no entender do cronista, o futuro casino do Funchal (à data ainda por inaugurar) se revelaria um excelente cartaz de boas vindas da Madeira para os seus visitantes, o que exemplifica, de alguma forma, a preocupação geral do ilhéu madeirense em acolher o Outro (*ibidem*). Aliás, a arte de bem receber pode ser apontada como uma estratégia turística, mas também é um modo de agir que identifica o madeirense.

Com todo este potencial turístico, a ilha da Madeira foi inevitavelmente absorvendo também influência destes mesmos visitantes e foi este cosmopolitismo que, inclusive, enfraqueceu a ideia de «nas ilhas os costumes conservam-se e de que um ilhéu não pensa como um continental» (*ibidem*). Esclarecendo esta posição, Horácio Bento revela:

Observando os velhos usos da Madeira nota-se que alguns já se extinguiram e outros vão perecendo. O traje característico do campónio do interior (exceptuando o barrete de orelhas) apenas redivive na vendedeira de flores e frutas, como efeito cénico. Um aspecto do folclore é o que se limita a um grupo de cantores da freguesia da Camacha. Vive o ilhéu os problemas mundiais como se tivesse nascido em Lisboa e ali residisse (*ibidem*).

Horácio Bento não está a retirar a singularidade e a identidade madeirense, está, sim, a referir que, contrariamente ao pensamento do senso comum que cataloga as ilhas como espaços extremamente fechados sobre si mesmos, na Madeira existiu sempre o contacto permanente com o exterior. Devido às suas características naturais, e sobretudo ao facto de se acreditar que o clima madeirense tinha propriedades terapêuticas e curativas, a ilha, ao longo dos séculos, foi inclusivamente o destino de descanso de diversas personalidades, entre elas a princesa D. Maria Amélia, filha de D. Pedro IV, o imperador Carlos I da Áustria e a imperatriz Sissi do Império Austro-húngaro.

Ainda que seja um espaço insular, a ilha não tendeu a assumir uma postura isolacionista e talvez seja esse o motivo que dificulta a definição da sua identidade e que leva a alegada perda das suas raízes, como explica José António Gonçalves:

A Madeira foi sempre um espaço aberto ao mundo. Foi talvez dos mais abertos ao mundo. Os nossos esforços, os nossos contactos com o exterior eram enormes. De certa forma, uma subcolonização inglesa logo a seguir ao povoamento fez com que nós nos abrissemos, mais do que outros povos, para o resto do mundo. Tal facto deu origem a que o madeirense aprendesse muito depressa a comunicar com o exterior, daí resultando a perda das suas raízes» (Gonçalves, 2008: 142).

Neste sentido, em “Regionalismo e Turismo”, Horácio Bento também afirma: «há particularismo e o particularismo é regionalismo. Os dois aspetos na terra e na gente concitam ao turismo. O primeiro determina o segundo e os dois acusam a razão de ser como fundamento do turismo» (anexo 5, p. 120). Embora reconheça a importância da afirmação da identidade e valores regionais, o cronista relembra ainda que é necessário combater e eliminar as formas de regionalismo fechado que criam «um carácter separatista em que há menos compreensão do humano em suas relações com os quais vivem fora de sua cintura» (*ibidem*).

Recetivo à influência do exterior, Horácio Bento conclui que é o facto de a ilha da Madeira estar tão aberta ao mundo que faz com que os seus aspetos característicos sejam exaltados mundo fora. Por outras palavras, é o facto de existir um regionalismo permeável que vai revelar a autenticidade da ilha e o verdadeiro regionalismo: «De há muito que a Madeira é uma afirmação de particularismo regionalista e, graças a ela, e à sua notícia, ao seu reflexo nos países estrangeiros do Ocidente através do cartaz, do postal, do opúsculo, etc., os paquetes de recreio nos visitam, os hotéis enchem» (*ibidem*).

2.2.3.2. Costumes, atividades e festividades tradicionais

Ainda que tenha sido um espaço vulnerável às influências estrangeiras, a Madeira conserva também um conjunto de rituais tradicionais que a identificam e que a diferenciam dos restantes territórios.

Embora estes traços e características tenham existido desde tempos imemoriais, foi efetivamente na era do turismo que se procedeu a sua máxima valorização. Foi ao tomar conhecimento de que o “Outro” procurava a sua autenticidade e diferença que o madeirense ficou consciente do seu potencial etnográfico dos seus usos e costumes e fez questão de os exaltar.

Assim sendo, na contemporaneidade, surgem-nos, durante todo o ano e um pouco por toda a ilha, cortejos etnográficos integrados em diversas festividades religiosas e pagãs, os quais fazem o elogio à agricultura manual da ilha, à música regional, ao artesanato e à gastronomia local.

Utilizando a crónica jornalística como um reflexo do dia a dia madeirense, Horácio Bento de Gouveia fez muitas vezes evocações a estas peculiaridades regionais e esclareceu que, devido ao cosmopolitismo da ilha, muitas vezes estes rituais etnográficos foram permeáveis às diversas influências exteriores.

Em “O Norte da Ilha, Ontem e Hoje”, o cronista comentou que a região norte teve, desde sempre, uma “ossatura orográfica” própria dos terrenos terciários e que em redor das suas ribeiras e canais de água foram inevitavelmente surgindo os diversos sítios e sendo implementadas algumas das culturas agrícolas tradicionais da Madeira. Não se coibindo de, à moda regional, apelidar a batata de “semilha”, o cronista refere:

O feijão, a semilha, a batata doce, os olheiros de inhame, alguns cereais, eis as culturas primeiras que amarraram o homem à terra./ Mas quando se introduziram as culturas ricas, a cana açucareira e a vinha, começa de formar-se uma como que burguesia dos sesmeiros que, a pouco e pouco, iam fazendo a compra de glebas aos grandes senhores de terras (Gouveia, 1966: 145).

Já quando se trata das vindimas e do vinho Madeira, o cronista deixa também transparecer a sua costeleta nortenha⁶³ e alonga-se nas descrições deste ritual que é também um cartaz turístico da ilha. A título de exemplo, “Em São Vicente – Festa da

⁶³ O norte da ilha, a par com o Estreito de Câmara de Lobos, é a zona onde se concentram mais produtores de vinho Madeira.

Vindima: a apoteose do regionalismo no manter-se da tradição”, Horácio Bento destaca diversos momentos desta comemoração ao deus Baco que provoca «cascalhadas de riso no culmínio da alegria»:

O lagar, o velho lagar com seus apetrechos, leitões e a corda enrolada ao monte circular das uvas esmagadas. Um burburinho de vozes de vários tons da escala musical no recinto do lagar. As jovens e as senhoras de idade avançada, de saias arregaçadas e calças puxadas para não se sujarem no mosto lançam as mãos à vara e à beira do lagar para se equilibrarem. Há um colorido que estimula a vista pela viveza dos tecidos dos fatos (anexo 6, p. 122).

Prosseguindo, salienta a ação do Grupo Folclórico de Santana que, com as suas danças e cantorias, animara o local:

Festa da Vindima! A tradição reviveu plenamente na actividade despendida no lagar. O agrupamento folclórico de Santana pôs à prova todas as suas potencialidades coreográficas e de canto: outra ressurreição do tradicionalismo ilhéu./ Desta arte, em São Vicente, fez-se a apoteose do regionalismo através da Festa da Vindimas. É um facto muito consolador este a que se assiste, de mostrar ao estrangeiro, o que a Ilha contém de beleza humanizada porque de acção indígena, específica de nossa terra (*ibidem*).

Como o próprio cronista menciona, a cultura vinícola pode ser encarada como uma das vertentes do regionalismo madeirense sendo o vinho um dos produtos que identificam a Madeira mundo fora. Neste sentido, Horácio Bento de Gouveia exaltando, uma vez mais, o néctar madeirense em “Vindimas – arranja bom Setembro, com a burra te ficarei eu” também menciona mais uma série de tradicionalismos da ilha associados à elaboração do vinho:

Desde as fazendas embandadas de urze, nos sítios em que a maresia e os ventos são definhadores das culturas, mórmente nas vizinhanças do litoral, até à encosta declivosa da montanha, os vinhedos, cujas folhas amarelam, deixam pender das latadas os cachos fartos como tetas de rês. [...] E a prova insofismável está nos barreiros acogulados de uvas, mesmo a transbordar, que os homens conduzem às costas, a quina do fundo dos cestos descansando na áspera molhelha feita de saca, formando degrau (Gouveia, 1966: 57-58).

Na exposição do ritual, Horácio Bento acrescenta ainda que em setembro «os lagares não dão vasante, e a um pé de vinho se segue outro e outro com a demora necessária da repisa para a água-pé que há-de molhar a goela do jornaleiro até passante da Festa do Menino Jesus» (*idem*: 58).

E, com estas passagens, tornam-se também claras as características da crónica bentiana, nomeadamente o uso de figuras de estilo, como é exemplo a comparação «cachos fartos como tetas de rês», e o recurso às expressões regionais: “molhelha”⁶⁴ e “Festa”.

Em termos identitários, indústria vinícola não foi a única atividade tradicional da ilha que mereceu a atenção de Horácio Bento de Gouveia. O trabalho desenvolvido pelas bordadeiras madeirenses foi também referenciado pelo cronista em “Aspectos rurais em Ponta Delgada”:

As raparigas ocupam-se no bordado todo o santo dia e pela noite dentro até às três ou quatro da manhã, alcachinadas, à luz bruxoleante dum candeeiro de petróleo, fixando a vista que acaba por cansar, adquirindo oftalmias, para arrecadarem, por fim, uns míseros escudos que não chegam para a compra duma blusa ou duma saia, ao vendilhão (anexo 7, p. 124).

Aproveitando o facto de a freguesia de Ponta Delgada ter também muitas trabalhadoras do bordado, o cronista espelha no seu texto todo o processo do qual resultam as tapeçarias tipicamente associadas à ilha. Propositadamente ou não, o cronista insere esta arte como um modo de vida feminino da freguesia nortenha, mas o facto é que bem podia descentralizar esta vivência para outras localidades da Madeira pois, em décadas passadas, grande parte da população feminina bordava, ou por necessidade ou por lazer.

Acerca deste assunto, Luiza Helena Clode e José Victor Adragão afirmam que «desde tempos remotos, que vão à época do povoamento, sempre se bordou na ilha, pois esta actividade feminina era inerente ao quotidiano da mulher” (1989: 208). Só mais tarde, no século XIX, é que se deu a internacionalização pelas mãos de Miss Elisabeth Phepls, uma britânica radicada no Funchal, que, observando a agilidade que as madeirenses tinham para o bordado, lhes ensinou alguns dos pontos ingleses e ficou encarregue de divulgar os trabalhos no seu país e em outras regiões (*ibidem*).

Tido, por vezes, como uma autêntica obra de arte, o bordado-madeira revela beleza, mas, pela minuciosidade dos seus acabamentos, expõe sobretudo o difícil e persistente trabalho levado a cabo pelas bordadeiras. Na realidade, esta indústria dá o seu contributo para o reforço do carácter destemido e trabalhador associado ao ilhéu

⁶⁴ Termo referente a uma espécie de almofada que o madeirense fazia com a saca de serapilheira para colocar no cimo das suas costas quando fazia o transporte de cargas pesadas.

madeirense e, à semelhança de outros usos, para se afirmar revelou-se vulnerável à influência estrangeira.

No âmbito etnográfico, a crónica bentiana também foi frutífera na exaltação das principais festividades religiosas e pagãs da ilha e, neste sentido, uma das mais mencionadas pelo cronista foi sem dúvida a “Festa”, isto é, o Natal. Não tendo quaisquer dúvidas acerca das particularidades do Natal madeirense, Horácio Bento de Gouveia faz quase sempre questão de assinalar a época natalícia com crónicas em que o grande tema era a “Festa”. Anos mais tarde, a título póstumo, estes textos foram editados na obra *O Natal na cidade: a festa no campo*.

Na crónica “Natal”, publicada a 24 de dezembro de 1953, por exemplo, Horácio Bento destaca a singularidade da época na região:

Celebra-se, em todo orbe cristão, o nascimento de Jesus. Mas, se em todo o mundo as festas litúrgicas comemoram a quadra da vinda de Deus-Menino, na Madeira, a par das cerimónias religiosas, um culto profano desborda, vivíssimo, da alma de toda a gente. O qual culto se exterioriza nas «lapinhas», no estoirar das bombas, na música e nas luzes (anexo 8, p. 126).

Como vemos, os elementos pagãos da época, a “lapinha” e a música são, no entender do cronista, dois dos aspetos próprios da ilha. Apesar de reconhecer que as ilhas são «as terras mais conservadoras de costumes e tradições», Horácio Bento aproveita também este texto para manifestar algum desagrado pela interferência de novos hábitos que tendem a apagar os ancestrais costumes natalícios da ilha:

Certa vez, por noite, saíram em terra, no mês de Dezembro, o *pai Natal* e a *árvore de Natal*. A novidade foi recebida dos funchalenses que nela ficaram embelezados. E cegos, vá de profanar a «lapinha» com a árvore inexpressiva, vá de insinuar e criar na imaginação dos pequenos a ideia do *pai Noel* (*idem*, p.127).

A “lapinha”⁶⁵, sendo um presépio ao Menino Jesus, era inicialmente feita numa escada de três degraus forrados em papel de fantasia colocada em cima de uma cómoda ou mesa e emoldurada com arcos de alegre-campo, uma planta endémica da ilha. No cimo da escadaria colocava-se o menino, vestido com bordado-madeira e enfeitado com ouro, e, nos restantes dois degraus, colocavam-se pastores, ovelhas, os diversos frutos da época (pêros⁶⁶ e tangerinas) e as searinhas⁶⁷ (Clode e Agradão, 1989: 222).

⁶⁵ Na crónica “Lapinhas e Pastores”, Horácio Bento de Gouveia refere que a “lapinha” é uma criação de S. Francisco de Assís que remonta ao século XIII (anexo 15).

⁶⁶ Fruto do pereiro, equivalente a maçã.

Posteriormente criou-se também a “rochinha”, isto é, um presépio com relevo, estruturado com madeira e forrado com papel castanho. Aproximando-se nitidamente da morfologia da ilha, a “rochinha” mistura o tema do Nascimento de Jesus com as vivências da ilha, como referem Luiza Helena Clode e José Victor Adragão:

No centro e na base, procura-se dar a sugestão de fumaça onde se colocam as principais figuras do presépio. Ao alto é colocado o Menino Jesus. Pelas encostas da serra são colocados pastores que vêm a caminho do presépio. Ainda se vêem casinhas de colmo e não só, ovelhinhas pastando e grupos folclóricos dançando e bailando. É nota curiosa que não faltam as figuras regionais do leiteiro, borracheiro, homem das cebolas, carreiro, nem as cenas descritivas, como a matança do porco ou um arraial com coreto e barracas, espetada e até o homem dos foguetes e a procissão (*ibidem*).

A “lapinha” e a “rochinha” ao incorporarem estes elementos não estão somente a fazer a ilustração do nascimento do menino mas estão também a representar o viver e a identidade da ilha.

Mas o presépio madeirense não foi o único tema da crónica natalícia de Horácio Bento. Para além desta tradição, outros costumes foram também anunciados, entre eles as missas do parto e o fogo de artifício do Funchal. Em “Lapinhas e Pastores”, por exemplo, o cronista elabora uma descrição mais geral da Festa madeirense:

É este o período das Missas do Parto, ante-manhã, que são anunciadas pelo toque cadenciado do sino da igreja e pelo estoirar de alguns morteiros. A garotada, quando ainda não são quatro horas, já vagabundeia pelas azinhas, retoçando e modulando as modinhas mais em voga e outras regionais, em pifes de cana-vieira e harmónios. É esta a quadra por excelência dos divertimentos: as guitarradas, o fogo de artifício, as bombas e a visita às “lapinhas” pela boca da noite, com o pretexto muitas vezes de se jogar às cartas até a deshoras, sob o patrocínio da imagem de Jesus Menino, colocado no cimo de um altar armado sobre uma mesa que fica geralmente situada num ângulo da melhor sala da casa, quer seja rica ou humilde (anexo 9, p. 129).

Depois das nove missas do parto, um ritual religioso praticado na região que celebra a gestação da Virgem Maria e que anuncia a vinda do menino, chega a vez de exaltar o nascimento de Jesus na Missa do Galo onde os populares recriam épocas passadas: «Dentro de poucos minutos, rapazes e raparigas, novos e velhos, tornados pastores, procuram apresentar, nas vestimentas e nas botas, o aspecto de quem acaba de viajar por povoados distantes e ignorados» (*idem*, p. 131).

⁶⁷ As searinhas, no estudo de Luiza Helena Clode e José Victor Adragão, são «plantas verdes de trigo, lentilha, milho e centeio que foram semeadas por volta do dia 8 de Dezembro depois de estarem uns dias de molho» (1989: 222).

Durante o ritual religioso, conduzem-se até ao altar ovelhas, simbolizando as zonas rurais, apresentam-se oferendas de anonas e “semilhas” e os grupos de romeiros cantam algumas trovas e desfilam até o dia clarear (*ibidem*).

Ao descrever o facto de o madeirense aliar a celebração litúrgica à festa e à romaria popular, Horácio Bento está também a afirmar a alegria do ilhéu madeirense e consecutivamente a sua identidade.

Embora em outros âmbitos identitários já referidos Horácio Bento tenha sido recetivo às influências do cosmopolitismo, observei que, no que concerne ao Natal, o cronista é mais retraído. No seu entender, na época natalícia, a Madeira deveria orgulhar-se e manter-se fiel à “lapinha” e à “rochinha” e deixar de parte os novos símbolos pagãos e comerciais, o “Pai Natal” e o “Pinheiro”:

Para nós, madeirenses, estas inovações são uma afronta ao nosso sentimento religioso./ Armemos a *lapinha*, coloquemos uma rochinha sobre a mesa, construamos o *presépio* e esbulhemos para longe a *árvore* que não é nossa, que não faz parte da nossa tradição. E quanto ao *velho barbaçudo* remetamo-lo para as regiões do sol da meia-noite (anexo 8, p. 128).

O cronista revela assim um especial apreço por esta quadra que, aliás, é comprovado em “Natal de Ausência”. Recordando a época em que frequentava a Universidade em Lisboa, Horácio Bento descreve o que observou do descaracterizado ambiente natalício da capital portuguesa, num ano em que ficou impossibilitado de voltar à ilha, e revela toda a nostalgia que sentira do Natal madeirense: «a festa, a verdadeira Festa, superior a todas que Lisboa celebrava em suas casas, passava-se na ilha e eu vivia na ausência dela, a reconstituição consciente de sensações que iam criando o fundo da minha vida emotiva» (anexo 10, p. 135).

Assim, com esta declaração de saudade, o cronista mostra também a importância que a quadra natalícia tem na vida dos madeirenses. Dezembro assume-se efetivamente como o mês mais festivo da ilha e por esta altura todos os recantos da Madeira acolhem a celebração do Natal. Durante os restantes meses do ano vão-se lentamente levando a cabo preparativos para o grande mês de celebração e, aliás, o período da “Festa” é muitas vezes utilizado como referência temporal, como explica Horácio Bento na crónica “O Natal na Cidade, a Festa no Campo”:

No campo e na cidade, passado o dia de Reis, já se pensa na Festa que há-de vir, já se fazem projectos:
— Para a Festa, quem lá chegar...

— Para a Festa terás o que prometi!
— Mãe, quando se compra o porquinho para Festa?
— E a lapinha, mãe? Vai-se guardar o Menino Jesus....
— Sim, agora para a Festa....

E o ano tem a Festa como fundamento de marcação do tempo: — Faz 5 anos para a Festa; foi 1 mês depois da Festa; faz dois anos, 3 meses antes da Festa. E a Festa é a principal coluna da memória para assinalar o tempo (anexo 11, pp. 138-139).

Horácio Bento explica também nesta crónica a utilização simultânea dos termos “Festa” e “Natal”: o primeiro resume os rituais rurais e ancestrais e o segundo abarca as novas influências civilizacionais, nomeadamente as luzes e os brinquedos e restantes distrações. Segundo ele, embora a palavra Natal ainda não seja usada massivamente na ilha, com o tempo previa-se o seu incremento no linguajar madeirense:

A palavra Natal posto que inda não entrasse em uso, não seja termo comum, não se generalizasse, já pretende substituir a Festa, mormente na convivência da gente grada e mais letrada com a prirvança dos jornais e senhores de torna-viagem, naturais da cidade e seus arredores (anexo 11, p. 137).

No fundo, o cronista avança que a Festa, com todas as particularidades já enumeradas, é a mais profunda comemoração natalícia do ilhéu madeirense, não querendo com isto dizer que Horácio Bento repudie todos os outros rituais que entretanto foram criados em torno da quadra natalícia e que deram visibilidade à ilha. Em “Festas da Cidade”, o cronista faz inclusivamente um rasgado elogio ao fogo-de-artifício da passagem de ano que todos os anos atrai milhares de pessoas à baía do Funchal e arredores:

O cenário dos quinze minutos de fogo no Funchal, é, sem dúvida patético, petrificante. Vive-se, nesse curto espaço de tempo, uma das maiores maravilhas do mundo. É a topografia do relevo que circuntorna a cidade a causa do encantamento da noite de S. Silvestre. Se não fora ela, por mais voltas que se desse à distribuição dos feixes de foguetes de cor, nunca teríamos o espectáculo grandiosíssimo e inédito do céu da nossa cidade se transfigurar em fantástica aurora boreal (anexo 12, p. 140).

O Natal, sendo uma quadra marcante na ilha, com todas as suas tradições, cores, musicalidade e alegria, é também a altura em que o madeirense mostra aos seus visitantes e ao mundo em geral a sua diferença, o seu modo batalhador, simples e divertido de viver. A época natalícia pode ser encarada como uma representação da personalidade madeirense e Horácio Bento de Gouveia, ao escrever mais de uma dezena

de crónicas jornalísticas cuja temática central é o Natal, está também a exaltar esta mesma identidade.

Mas, além desta importante festividade, a crónica bentiana mencionou ainda outras tantas celebrações em que não faltavam os tradicionais comes e bebes, as desgarradas, o folclore e o convívio entre ilhéus. Ainda hoje, não obstante algumas alterações feitas ao abrigo dos novos tempos, é possível observar estas mesmas características identitárias nas dezenas de festas e arraiais que se fazem um pouco por toda a ilha. Horácio Bento, consciente desta singularidade, expressou em diversas crónicas o modo particular de festejo dos ilhéus madeirenses de outrora.

Em “Crónica de Outono: A romaria do Rosário”, Bento de Gouveia menciona que esta festividade lhe faz lembrar uma “festarola minhota” pela sua cor, paisagem e musicalidade, mas também ressalva que é uma das romarias mais típicas da ilha e o culminar dos arraiais de verão:

Acabaram-se as grandes festas, nas horas vermelhas dos dias de Verão. Porém, afamada romaria, bulhenta mas ordeira, concorre à igreja do Rosário já com os dias mingando de verdade. Quer chova quer vente, arma-se a barraca, há carne para espetadas, e por ali estão, quase abarbadados com os muros, cestos de peros, bananas e maracujás, e tabuleiros de rebuçados./ [...] Cai a noite. Executa a fanfarra, empoleirada no coreto, uma rapsódia. A estridência de ecos metálicos, mesmo a distância, inda ressoa no ouvido, quando os músicos já descansam os instrumentos em cima das tábuas. (Gouveia, 1966: 34-35).

De resto, do ponto de vista identitário, esta passagem revela-se muito curiosa: o cronista alega que, «quer chova quer vente», a festa madeirense faz-se, e nela se inclui a música, a gastronomia típica — com as barracas espetada em pau de louro — a doçaria e a fruticultura (*ibidem*). Uma vez mais, fica salientado o espírito festivo e persistente do ilhéu da Madeira.

De igual modo, na primeira parte de “Do meu afecto pela terra II”, o cronista descreve o ambiente lotado do “guizalhante” arraial em honra do Bom Jesus, realizado na primeira semana de setembro: «Vem chegando gente, montões de gente, de povolêu, endiabrado, mefistofelico, que retoíça em uma expansividade ingenua, pelos cotovelos da rua que vai ter à igreja» (anexo 13, p. 141). De seguida, Horácio Bento de Gouveia destaca o carácter brejeiro que o arraial religioso madeirense tem:

Há uma confusão sem-saborona de sons esgalgados, de mistura com vozes esgalgadas, que se atropelam e se confundem. A Maria mai-lo Manel, em bailarico desconcertado de atitudes grotescas, cirandando em doidice de

“flirt” e desfiam cantarotas á porfia, envaidecidos, narcisando-se na sua exibição garrida, espantosa, alardeante... [...] Uma chusma de romeiros, boquiabertos, espantam em pasmo de admiração, o ouvir o grupo que estaciona em frente de uma barraca, onde se bebe vinho, e onde se vende carne pronta a espetar (*ibidem*).

Os ranchos de romeiros, vindos de toda a ilha, dirigirem-se a este arraial nortenho munidos de diversos instrumentos musicais que melodiam a sua longa caminhada e ao longo do fim de semana mantêm o espírito festivo: «continuam a chegar, romarias divertidas, típicas, folgazãs, do mais distante logarejo recôndito da ilha. Para a praia, a “elite” da terra enfarpela-se com peraltice, e vai em passo musical, assistir ao desembarque dos forasteiros que chegam no vapor» (*ibidem*). Os ferrinhos, as gaitas e os machetes são apenas alguns dos instrumentos tocados nas “modinhas triviais”, durante os dias da festa, que por sua vez termina com a promessa do retorno no ano seguinte.

De facto, com esta referência ao arraial do Bom Jesus, Horácio Bento de Gouveia acabou por reforçar ainda mais a alegria do povo madeirense e, sobretudo, veio esclarecer uma outra vertente identitária da Madeira, o facto de na ilha o pagão e o religioso conviverem em perfeita harmonia. Ficou comprovado nos rituais natalícios e também nestas festas evocativas a santos que o ilhéu madeirense não faz uma separação rígida entre o universo pagão e o religioso.

No âmbito etnográfico, Horácio Bento de Gouveia não exaltou somente os arraiais. Como podemos observar, fez também questão de mostrar aos seus leitores outras especificidades da ilha, entre elas a comida e a música. Na gastronomia, encontramos uma separação nítida entre a alimentação das datas festivas e a dos restantes dias: em ambiente de festa a mesa era farta — onde não faltava a já mencionada e tradicional espetada —, mas nos dias comuns os hábitos alimentares dos madeirenses eram mais modestos. Já em relação à música, como já tive oportunidade de referir, esta é uma das vertentes mais visíveis da festa madeirense e, talvez por isso, ao longo dos anos tenha existido um forte investimento nos ranchos folclóricos e no cancionero popular.

Em “Cantigas populares”, Horácio Bento apela, inclusivamente, à preservação das cantigas populares madeirenses, à semelhança do que já tinha acontecido com as açorianas, da Beira e do Algarve, entre outras. No entender do cronista, «O cancionero

popular da Madeira está por fazer» e, não obstante o que já foi feito em prol desta área, há necessidade de as compilar:

Todavia, aquilo que já foi investigado sem chamariz alvissareiro, representa indubitavelmente uma feliz tentativa para a realização de uma obra interessante e grandiosa sob os aspectos etnográfico e linguístico. Assim, esses fragmentos trovadorescos que o nosso campónio canta pelas romarias, constituem material que se vai acumulando, embora disperso, mas que, a pouco e pouco, formará um vasto repositório de elementos preciosos, a todo o momento compulsáveis para o estudioso que pretenda unificar as exteriorizações intelectivas do nosso povo, que a tradição perpetua (anexo 14, p. 144).

Horácio Bento acrescenta ainda que a comparação das trovas madeirenses com as demais existentes em Portugal poderia revelar a originalidade do cancioneiro madeirense, nomeadamente «a essência da quadra ou da redondilha, a maneira de dizer, a literância musical do verso, a sinopsia colorida» (*ibidem*).

Uma vez compilado, o cancioneiro da Madeira revelaria a personalidade do ilhéu e todas as manifestações do seu psiquismo afetivo: «o amor, o ciúme, o ódio, etc» (*idem*, p. 145).

Para finalizar, o cronista alega ainda que os arraiais, onde se cantam as trovas típicas, são os «maiores reveladores do psiquismo do povo rude e franco, quer na religiosidade, quer nas tendências afectivas» (*ibidem*). E, no fundo, nesta passagem, Horácio Bento de Gouveia confirma que os arraiais são efetivamente um meio de afirmação da identidade madeirense e, assim sendo, urge preservar todas as exteriorizações populares que se criam em torno deles, entre elas as cantigas.

Já em “Regionalismo: Ranchos folclóricos”, o cronista aborda a faceta da música e dança madeirenses levadas a cabo pelos diversos grupos de folclore existentes na ilha. Horácio Bento reforça, uma vez mais, a ideia de que, com o crescimento do cosmopolitismo, o regionalismo tende a exteriorizar-se, e alega que os ranchos folclóricos são também uma forma de regionalismo:

Como expressão mais viva de regionalismo, irrequieta, veia quente da terra porque de raiz telúrica, o rancho transportando as danças, os cantares e as músicas onde quer que asas migratórias o conduzam [...] No que respeita a este aspecto folclórico, a Madeira ocupa lugar proeminente de vanguarda. A mestria do bem ensaiado, a selecção do repertório, a vestimenta típica, a naturalidade de saber apresentar-se, tudo são factores que imprimem personalidade. E o madeirense, qualquer que seja sua organização artística, sempre timbrou por rivalizar com as congéneres doutras partes (anexo 15, p. 146).

Assim, também as modinhas cantadas e todo o espetáculo que se cria em torno do folclore revelam a autenticidade do ilhéu madeirense e Horácio Bento, como um defensor nato da sua terra, não perde oportunidade de os exaltar. Neste contexto surgem também crónicas em que o cronista disserta acerca de obras e iniciativas feitas em prol desta mesma preservação, como é exemplo “Um livro de Carlos Santos: o traje regional da Madeira”. No texto, o cronista faz a crítica ao trabalho desenvolvido por Carlos Santos e destaca o facto de este autor alegar que as saias listadas de várias cores (vermelho, azul, verde, amarelo e branco) usadas na Madeira se assemelham às usadas em tempos pelas habitantes da ilha de Creta, no Sul da Grécia:

As cretenses tinham o gosto das cores vivas, nas quais predominavam o vermelho, o amarelo e o azul. A saia ora apresentava barras horizontais, ora listas que partiam da cintura apertada e terminavam na roda (anexo 16, p. 149).

Referindo que o traje avermelhado, o mais reconhecido, não é a vestimenta mais arcaizante da Madeira, o cronista reconhece a importância do estudo da indumentária da ilha e termina criticando o facto de os trajes campestres estarem desvalorizados, em detrimento dos mais garridos: «pena é que sua extinção venha tornar a nossa terra uma terra qualquer, de qualquer parte do globo sem um passado vivo, presente, sensível aos olhos assim do nacional como do estrangeiro» (*idem*, p. 150).

Embora, no entender do cronista, o traje rubro não seja o mais remoto da ilha, a verdade é que fazendo uma análise atual é este talvez o que melhor sintetize o *modus vivendi* geral da ilha. Mas o traje do campónio com as suas cores, branco e castanho, também expressa uma vivência concreta da Madeira. Deste modo, o cronista mostra também o leque de indumentárias do povo madeirense.

Em suma, podemos afirmar que Horácio Bento de Gouveia ao dar a sua opinião sobre as mais diversas atividades e manifestações sociais e festivas da região implicitamente reforça uma série de símbolos identitários da ilha, o vinho, a gastronomia, a música e o traje. As crónicas aqui expostas revelam sobretudo um modo singular e alegre de viver por parte do ilhéu madeirense que, no fundo, é o que o identifica desde há muitas gerações.

2.2.3.3. Emigração madeirense

Outras das vertentes identitárias exploradas por Horácio Bento de Gouveia foi a emigração, isto é, a saída do ilhéu madeirense para outras partes do globo.

No âmbito desta temática, em “Os Madeirenses e o Brasil”, por exemplo, o cronista destaca o facto de os seus conterrâneos tentarem recriar os seus hábitos nas terras de acolhimento, dando como exemplo o caso da igreja de Nossa Senhora do Monte, erguida por madeirenses que se fixaram na serra de Chela, em Moçambique: «O nosso ilhéu, quer por motivos de ordem económica, quer por espírito de aventura, desde tempos remotos se deslocou para longes terras e nessas paragens não esqueceu sua religiosidade, seus costumes avoengos, seus hábitos rústicos» (anexo 17, p. 152).

O ilhéu da Madeira, ao ter este tipo de iniciativas, está também a tornar presente a sua própria identidade; por outras palavras, não é pelo facto de ter de viver numa outra região que ele esquece todos os hábitos e costumes do local onde nasceu e do qual faz parte. Não obstante esta situação, o madeirense soube sempre adaptar-se à terra estrangeira, tendo como primeiros destinos de emigração África, Brasil e Havai:

De uma energia rara, com um poder de adaptação milagroso, em todos os climas, em todas as ambiências geográficas, trabalhando, lutando em prol dos seus, amigo da paz, de uma submissão que o edifica aos olhos de Deus, o madeirense não foi apenas bandeirante na sua terra, mas também na África, no Brasil, e em certas ilhotas perdidas do Pacífico (*ibidem*).

Ainda que gostasse muito sua terra, o ilhéu madeirense estava consciente das suas limitações económicas e, por isso, decidia embarcar para outras terras onde pudesse ter condições de vida melhor. Em “Emigração de Outrora: Madeirenses em Hawai”, Horácio Bento de Gouveia, fazendo uma reflexão sobre o êxodo dos madeirenses para aquelas ilhas do designado arquipélago de Sandwich, explica:

A nossa ilha sempre foi pequena, de escassos recursos para o aglomerado humano esparramado por fajãs, lombadas, vales e recostos das montanhas. E o camponês, ao descer da serra com o molho de varas de faia para o feijão, descansando nas voltas das veredas, espede o olhar para o horizonte marinho e, inconscientemente, começa a sentir o impulso alado de desencarcerar-se na busca de terras onde a vida seria menos dura (Gouveia, 1966: 101).

O cronista revela também que o povo madeirense era reconhecido pela sua astúcia: «as sociedades americanas reconhecendo as qualidades de temperamento submisso, tenaz, e clamo, e de musculatura rija e expedita necessária à exploração

agrícola das ilhas oceânicas, mandaram agentes à Madeira a fim de organizar contratos de trabalho» (*idem*: 102).

Horácio Bento conta ainda que foi mandada construir no Havai uma igreja em honra de Nossa Senhora do Monte, padroeira da ilha da Madeira. Tentando também explicar o sentimento do emigrante, chama à crónica a história de João do Tanque, um madeirense que embarcou da ilha em 1880 e que após a sua chegada ao Havai escreveu a seguinte carta à família, citada por Horácio Bento de Gouveia:

Depois de três meses menos cinco dias aqui cheguei à cidade de Honolulu. Se soubessem cumo perdi o animo dentro de um navio cheio de passageiros, parado no meio do mar com calmaria, e ao depois, quando vinha uma brisa, lá ia andando o navio para tornar a parar. Cantas vezes marrependi de deixar a nossa fraguezia. Estua aqui com o Senhor Jasus (*ibidem*).

Com estas duas crónicas apercebemo-nos que a identidade madeirense é também visível na emigração, pois, apesar de ter uma boa adaptação ao local de acolhimento, o ilhéu da Madeira tenta recriar todas as suas vivências e rituais.

2.2.3.4. Particularidades dialetais da ilha

Um dos fatores que mais identifica a região no exterior é, sem dúvida, o seu demarcado dialeto e nele se inclui não só as singulares pronúncias, mas também uma variedade de regionalismos e formas sintáticas diferentes daquelas que são usadas na norma-padrão da língua portuguesa.

E a crónica de Horácio Bento de Gouveia, apesar de ter uma linguagem corrente, é, por vezes, pautada pela exemplificação de algumas destas particularidades dialetais próprias da Madeira. A transcrição das formas de dialeto madeirense é, de resto, transversal a toda a obra de Horácio Bento, como avança António Marques da Silva:

Há em Horácio Bento de Gouveia uma captação preciosa da linguagem da linguagem popular e a recriação do diálogo dos camponeses do Norte, o poder descritivo e a expressividade do estilo tenso, ágil, dinâmico e uma escrita, às vezes muito sintética, plena de contenção dramática⁶⁸.

Embora muitas vezes exista a referência à pronúncia madeirense no geral, a verdade é que dentro da ilha existem algumas variações e diversas “micropronúncias” e

⁶⁸ *Apud* S/A, “A obra e a figura do escritor e jornalista na palavra do Dr. Marques da Silva”, *Diário de Notícias da Madeira*, 24 de outubro de 1980.

Horácio Bento, guiado pelo amor à terra, vai sobretudo expressar, nas suas crónicas, o linguajar típico das zonas do norte, em especial o de Ponta Delgada, a sua terra natal, que ele tão bem conhece.

Pelas condicionantes orográficas, o linguajar da Ponta Delgada revelava também ainda toda a sua autenticidade, ou seja, o cronista utiliza estas formas dialetais para expressar o genuíno linguajar madeirense, aquele que não sofreu influências exteriores. Por uma questão de acessibilidade, farei o levantamento destes momentos nas crónicas anteriormente analisadas e que constam em anexo, às quais juntarei “Respigos de Fonética no linguajar da gente – freguesia da Ponta Delgada”, pelo seu carácter explicativo.

Ao fazer a distinção entre a linguagem corrente e as expressões da pronúncia madeirense, Horácio Bento de Gouveia, por norma, assinalava as passagens a itálico, como é visível no diálogo já citado da crónica “Bom Jesus da Ponta Delgada”:

— *Nã t'esqueças da rebeca e do bumbo que tão no armairo, q'a gente espera in casa do vezinho.*

— O pai *nã* leva o bordão de conto?

— Já *qui* vai *p'rai* voltas da *Incumeada* com a ajuda do Senhor *Jasus* (Soares, 2014: 167).

Podemos perceber claramente que as expressões destacadas “*Nã*”; “*armairo*”; “*in*”; “*vezinho*”; “*qui*”; “*p'rai*”; “*Incumeada*” e “*Jasus*” são a passagem para a escrita da forma arcaizante como o madeirense pronunciava as seguintes palavras e pronomes: não, armário, em, vizinho, que, para as, Encumeada e Jesus, respetivamente.

De resto, em “Respigos de Fonética no linguajar da gente – freguesia da Ponta Delgada”, o cronista explica que o termo “*armairo*”, à luz do pensamento de João da Silva Correia — professor de Filologia da Faculdade de Letras de Lisboa —, é a forma latina de armário (anexo 18, p. 157).

Por outras palavras, ao passo que a norma padrão do português fez a adaptação do termo latino, o madeirense ainda conserva a forma arcaica talvez pelo facto de viver num espaço isolado por mar e, até há sensivelmente meio século, com limitada comunicação com o exterior.

Já o uso de itálico em “*rebeca*” e “*bumbo*” parece prende-se ao facto de estes constituírem dois dos vários instrumentos musicais tipicamente usados nas romarias e nas festividades.

Em “Lapinhas e Pastores”, o cronista escreve que «o Menino Jesus repouisa deitado na cafurna de um presépio» e demonstra a maneira peculiar do dialeto madeirense, com o vocábulo “*repoisa*”, quando ao *u* associado à vogal *o* a substitui por *i* (anexo 9, p. 130). Igual situação acontece com a palavra “miradouro” que neste processo de transformação é verbalizada de *miradoiro* (anexo 4, p. 114).

Em “Crónica de Outono: a romaria do Rosário”, Horácio Bento de Gouveia apresenta mais um momento de diálogo entre duas nortenhas, onde se pode verificar a singularidade do dialeto madeirense:

- Vais amanhã ao Rosário?
- Se minha mãe me deixar ir!
- Olha vamos ei duas...
- Mas minha mãe pensa que o Josia vai pra lá vender algum barril de vinha!
- Ora ora! Quem nã namora nã casa!
- Se não chover... (Gouveia, 1966: 33).

Nestas passagens observamos que na pronúncia madeirense o “*o*” de “não” cai e que, em vez de “as”, o ilhéu da Madeira pronuncia “*ei*”. Em relação ao nome “*Josia*”, Horácio Bento de Gouveia explica em “Respingos de Fonética no linguajar da gente – freguesia da Ponta Delgada”:

O fenómeno do alongamento é frequentíssimo como se verificou na passagem do latim para o português: areia de arenam, veia de venam. A semi-vogal i junta-se ao a tónico formando o ditongo: rapaz= rapaiz, faz=faiz, do verbo fazer; tais de estás. O mesmo fenómeno se regista nos vocábulos em e: café= cafia. Vai tomar ua xicra de cafia; água-pé= agua-pia: Josia, vai beber um cangirão de agua-pia. Tomé=Tomia; Tiveste in casa do Tomia? Qué tomar um canudo de vinho Jaquia? O i evita o hiato: Jaqué=Jaquia. (anexo 18, p. 156).

As particularidades dialetais da ilha estão também presentes na carta que o emigrante João do Tanque envia à família e que Horácio Bento expôs na crónica “Emigração de Outrora: madeirenses em Hawai”:

«Depois de três meses menos cinco dias aqui cheguei à cidade de Honolulu. Se soubessem cuma perdi o animo dentro de um navio cheio de passageiros, parado no meio do mar com calmaria, e ao depois, quando vinha uma brisa, lá ia andando o navio para tornar a parar. Cantas vezes marrependi de deixar a nossa fraguezia. Estua aqui com o Senhor Jasus» (Gouveia, 1966: 102).

Com esta passagem podemos perceber que o emigrante escreve a carta tal como fala. Assim aparecem as expressões “*cuma*”; “*cantas*”: “*marrependi*”; “*fraguezia*” e

“*Jasus*”, que equivalem, no português norma padrão, aos vocábulos como; quantas; me arrependi; freguesia e Jesus. Sobre a expressão “cuma”, o próprio cronista dá uma explicação em “Respigos de Fonética no linguajar da gente – freguesia da Ponta Delgada”:

Soa u o o da conjunção como, e o o final dissimila-se passando a a:
— Cuma tem passado? (anexo 18, p. 157).

Para além destas expressões, nas crónicas bentianas encontramos ainda outras particularidades dialetais. O uso dos regionalismos “*semilha*”, “*cabrinhas*”, “*barreiros*”, “*pifes*”, “*molhelha*” e “*pêro*”, para designar a batata, o feto-dos-carvalhos, um cesto de vime, uma espécie de flauta, uma almofada de serapilheira e a maçã, respetivamente.

Igualmente utiliza o sufixo *inha*, tão recorrente no linguajar madeirense, nas palavras “*lapinha*”; “*rochinha*”, “*escadinha*” e “*friagenzinha*”⁶⁹. Sobre a formulação de palavras com diminutivo, Maria Elisabete Almeida diz:

Inicialmente, o diminutivo, na maioria das vezes afectivo, difundiu-se de tal ordem na Madeira que acabou, a nosso ver, por ser utilizado em qualquer circunstância e sem valor específico. Todavia, confere ao falar madeirense uma espécie de doçura e de mansuetude que caracterizam os hábitos da ilha (2002: 21).

No estudo que faz à linguagem de Horácio Bento de Gouveia, a autora refere ainda que todas estas particularidades se devem ao facto de o dialeto madeirense ser inovador e conservador, isto é, de, por um lado, algumas palavras se manterem no seu estado original e, por outro, de se criarem novos vocábulos para designar necessidades específicas do ilhéu da Madeira (*ibidem*: 20).

Talvez tenha sido essa a razão que levou o cronista a explicar essas particularidades em “Respigos de Fonética no linguajar da gente – freguesia da Ponta Delgada”. Tal como ele narra, apesar de não pretender fazer um estudo filosófico, tinha como objetivo registar factos fonéticos «que obedecem à lei do menor esforço, isto é, à tendência geral do homem em expressar-se da maneira mais simples e mais breve, e mais económica no dispêndio de energia fisiológica» (anexo 18, p. 155).

Sendo assim, Horácio Bento de Gouveia apresenta-nos exemplos desta genuinidade, alguns dos quais tive oportunidade de citar. Apesar de não ser um estudo

⁶⁹ O mesmo que aragem.

fonético, com esta exposição percebemos também que o autor pretende chamar a atenção para a singularidade do dialeto regional, e, deste modo, para outra das suas características identitárias.

Sobressai de toda a análise que o cronista aclama algumas das características identitárias da ilha, mas é sobretudo visível o facto de o autor fazer a distinção entre os valores tradicionais presentes no campo e os novos e cosmopolitas hábitos da cidade. A Festa do campo é a mais autêntica, o linguajar das zonas rurais tem mais peculiaridades e as romarias das zonas mais afastadas são as mais expressivas. Com isto, percebemos também que o cronista não disfarça o seu amor à terra que o viu nascer, a rural freguesia da Ponta Delgada.

Apesar de o regionalismo ser uma constante na crónica bentiana e de o cronista manifestar algum desagrado pelas interferências exteriores nos hábitos e costumes madeirenses, há também o reconhecimento de que a ilha não se pode isolar sobre si mesma e que se devia afastar do regionalismo fechado que não é capaz de perceber o Outro. No fundo, o que concluo é que Horácio Bento de Gouveia reconhecia a importância do turismo para a Madeira.

CONCLUSÃO

Escritor, professor, ensaísta e jornalista, Horácio Bento de Gouveia é tido como um dos grandes nomes da cultura madeirense. A sua extensa obra pode efetivamente ser considerada um espelho da sociedade e vivência madeirenses do século XX e, embora o espólio literário bentiano tenha sido mais estudado e divulgado, os seus textos jornalísticos têm também interesse para as mais diversas análises. Tendo em conta o tema por mim escolhido, tive particular atenção às crónicas em que o madeirense menciona o *modus vivendi* da sua terra e que, de alguma forma, dão o contributo para o esclarecimento da realidade e identidade madeirenses.

A crónica jornalística, enquanto género híbrido que absorve características do jornalismo e da literatura, foi o espaço ideal para Horácio Bento expressar aos leitores a sua visão acerca dos mais diversos temas, para fazer a apoteose do regionalismo madeirense e para exaltar as peculiaridades da sua terra. Deste modo, a presente dissertação de mestrado teve como primordial objetivo a compreensão e análise das marcas identitárias da ilha da Madeira presentes em algumas das crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia. Apoiando-me nas compilações do trabalho jornalístico do madeirense, selecionei vinte e cinco destes textos para evidenciar a forma como o cronista refere as vivências, os usos e os costumes associados à ilha e, sobretudo, como ele está consciente da singularidade de tais aspetos.

Numa primeira fase tentei, teoricamente, esclarecer o conceito de género jornalístico e mais concretamente o da crónica jornalística. Apesar de constar dos mais diversos manuais de jornalismo, a noção de crónica jornalística ainda é, nos dias de hoje, ambígua. Com génese na história e na literatura, a crónica foi também transposta para o jornalismo mas nunca deixou de ter fronteiras ténues entre o universo jornalístico e o da literatura.

O cronista pode refletir sobre um assunto da ordem do dia, ou até mesmo passado, e pode incorporar ao texto técnicas de narração próprias da literatura. Aliás, contrariamente ao texto eminentemente informativo, a crónica jornalística não pretende ser imparcial e objetiva e revela a subjetividade e a opinião do cronista. Pauta-se pela coloquialidade e pelo facto de fomentar uma relação de maior proximidade entre quem escreve e quem lê.

E é neste âmbito permeável que se inserem as crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia, como pude comprovar na segunda parte da presente dissertação. Do mesmo modo que acontece com a sua escrita literária, também os textos jornalísticos bentianos revelam as diversas tendências estéticas seguidas pelo cronista, em especial a sua preferência pela corrente do regionalismo. Nas suas crónicas, incorpora situações de diálogo, aproveitando, muitas vezes, estas conversas para transcrever para o papel muitas das expressões e formas típicas do dialeto madeirense camponês. As extensas descrições, os provérbios e adágios populares e o uso de imagens, figuras de estilo e múltiplos substantivos são também traços transversais à crónica de Horácio Bento.

Apesar de conter todas estas características mais literárias, a crónica bentiana assume também a sua vertente jornalística e procura opinar sobre a realidade madeirense e sensibilizar o leitor para a reflexão sobre os mais diversos temas. Em alguns casos, os textos chegam a revelar explicitamente o seu carácter interventivo.

Espelhando a sua condição de ilhéu e o amor à terra do próprio Horácio Bento de Gouveia, grande parte das suas crónicas têm como temática central a ilha da Madeira e mais concretamente o concelho de São Vicente. Muitas vezes, inclusive, o cronista revela que é neste espaço nortenho que se mantêm quase intactas algumas das mais ancestrais tradições e usos madeirenses, ao contrário do que acontece na cada vez mais cosmopolita cidade do Funchal, que por esta altura — meados do século XX — se ia moldando ao setor do turismo.

Para fazer esta comparação entre campo e cidade, tradição e modernidade, Horácio Bento de Gouveia recorre também às suas memórias e vivências pessoais e, com base neste conhecimento, consegue revelar-nos um conjunto de especificidades naturais, etnográficas e sociais da região, entre elas o clima, a floricultura e a orografia da ilha, as vindimas e o vinho madeira, o Natal, a gastronomia, o folclore, a emigração, o turismo, os arraiais e as festividades.

Por um lado, ao exaltar um conjunto de atividades tradicionais e de trabalhos morosos, por exemplo as vindimas e os bordados, Horácio Bento de Gouveia implicitamente revela a firmeza e o carácter destemido do ilhéu da Madeira. Neste sentido, também a hostilidade dos terrenos madeirenses e o facto de o ilhéu ter tentado medir forças com a própria morfologia revelam, igualmente, o espírito lutador do povo madeirense.

Por outro lado, ao escrever sobre as festividades madeirenses, o cronista vai desvendar a outras faces da personalidade e vida madeirenses: o facto de misturar o pagão com o religioso, a alegria, a peculiaridade e a vivacidade das comemorações. Em termos identitários, o ilhéu madeirense usa inclusive um vocábulo próprio para resumir todos os costumes da quadra natalícia: a Festa. Contrariamente ao Natal cosmopolita, a Festa madeirense mune-se de todas as ancestrais tradições, entre elas a “lapinha”, a “rochinha”, as missas do parto, os comes e bebes após as celebrações religiosas, a música popular em consonância com o ritual litúrgico.

Também os arraiais, que se fazem um pouco por toda a ilha, merecem destaque na crónica bentiana através da descrição de todo o ambiente que envolve as manifestações religiosas e populares. A gastronomia, a música e o folclore, a alegria e a brejeirice são alguns dos traços da festa e da identidade madeirense descritos nos textos jornalísticos de Horácio Bento. Como observador atento ao mundo que o rodeava, o cronista usa o seu espaço nos jornais para chamar a atenção para a necessidade da preservação de algumas destas particularidades, como é o caso do cancionero madeirense.

Abordando as dificuldades comunicacionais a que a ilha esteve sujeita, o cronista dá a entender que estas barreiras fizeram com que a natureza e os costumes arcaicos fossem preservados nas povoações mais recônditas e que nas zonas mais urbanas fossem alterados. A Madeira, sendo um território insular, esteve, desde há muitos anos, exposta à visita estrangeira e à consequente e irremediável modificação de alguns dos seus traços e hábitos, mas foi também através desta procura turística que o ilhéu madeirense tomou consciência da sua própria singularidade.

Assim sendo, como Horácio Bento de Gouveia alega, a ilha exaltou a sua autenticidade perante o Outro, mas não assumiu uma atitude isolacionista nem um regionalismo fechado. Tendo em conta a teorização acerca da identidade referida nesta investigação, esta postura recetiva pode também ser apontada como uma das causas da não consolidação da identidade madeirense.

Embora numa análise à sua vida e obra seja perceptível a tendência regionalista, o cronista mostra também, por diversos momentos, estar conformado com nova era da globalização que se instalou a partir de meados do século XX. Deste modo, é apologista da construção do aeroporto — para facilitar as comunicações com o exterior e a vinda de mais turistas para a região —, do casino madeirense e de outras tantas infraestruturas

civilizacionais. De igual modo, é a favor do espetáculo pirotécnico que acontece na ilha na passagem do ano. Por outras palavras, apesar de proclamar os aspetos mais antigos da sua terra, o cronista revela também ser recetivo às mudanças.

Ao fazer o levantamento e explicitação de todo este património natural, material, social e cultural, Horácio Bento de Gouveia está também a dar o seu contributo para a afirmação da identidade autóctone. Embora o conceito de “madeirensidade”, ao contrário do que acontece com a açorianidade, não esteja ainda afirmado, a verdade é que a ilha da Madeira e os seus habitantes possuem um conjunto de características socioculturais que a demarcam dos restantes territórios e povos: o dialeto, a gastronomia, as festividades, as atividades tradicionais, o folclore, a música, o clima, entre outras. Esta identidade não se restringe somente à ilha porque, como tive oportunidade de explicar, o ilhéu madeirense, ao ter de emigrar, faz questão de recriar os rituais, e até mesmo monumentos, madeirenses nos espaços de acolhimento.

Por fim, realço que a análise feita em torno das crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia constitui apenas um contributo para o esclarecimento da identidade madeirense, isto é, dos traços e particularidades regionais. Pelo facto de ainda não estar totalmente cimentado, achei importante debruçar-me sobre este assunto, aliando-o, de certa forma, à área do jornalismo, mas estou consciente que ainda há muito caminho a percorrer para que se possa um dia chegar à “madeirensidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia de Horácio Bento de Gouveia citada:

GOUVEIA, Horácio Bento de Gouveia, (1963), *Águas Mansas*, Coimbra, Coimbra Editora.

_____, (2008), *Canga*, 4.^a ed., Funchal, Empresa Municipal “Funchal 500 anos”.

_____, (1966), *Canhenhos da Ilha*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

_____, (1994), *Crónicas do Norte*, organização de José António Gonçalves, São Vicente, Câmara Municipal de São Vicente.

_____, (1959), *Lágrimas correndo mundo*, Coimbra, Coimbra Editora.

_____, (1986), *Luísa Marta: ficção e memória*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

_____, (2001), *O Natal na cidade, a Festa no campo*, organização de Nelson Veríssimo, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

_____, (1933), *Páginas de Jornalismo*, Alcobaça, Papelaria e Tipografia Minera.

SOARES, Maria de Fátima Gouveia Soares, (2001), *Escritos de Juventude: 1919-1930*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.

_____, (2007), *Escritos 2 (1930-1939 Horácio Bento de Gouveia)*, Penafiel, Edições Cão Menor.

_____, (2008), *Escritos 3 (1940-1949 Horácio Bento de Gouveia)*, Santo Tirso, Edição da Autora.

_____, (2011), *Escritos 4 (1950-1959 Horácio Bento de Gouveia)*, Braga, Edição da Autora.

_____, (2014), *Escritos 5 (1960-1969 Horácio Bento de Gouveia)*, Braga, Edição da Autora.

Outras obras citadas:

AFONSO, João, (2001), “Com Nemésio em centenário: por quadros de Açores e Madeira e por *Le Serpent Aveugle* à vista de Paris”, *Islenha*, n.º 28, pp. 85-86.

AGNÈS, Yves, e CROISSANDEAU, Jean-Michel, (1979), *Lire le journal: por comprendre et expliquer les mecanismes de la presse ecrite avec 110 fiches pratiques*, Saint-Julien-du-Sault, Editions F.P.Lobies.

ALMEIDA, Manuel Henrique M. de, (2001), *Aquilino Ribeiro entre Jornalismo e Literatura: conformação e canonização da escrita aquiliana (1903-1933)*, dissertação de mestrado, Volume I, Viseu, Universidade Católica Portuguesa.

ALMEIDA, Maria Elisabete, (2002), “Antiguidade e Modernidade na Linguagem de Horácio Bento de Gouveia”, *Islenha*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 16-25.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, (2001), “As ilhas e os Mundos. Literaturas & Literaturas”, *Livro de Comunicações do colóquio “Caminhos do Mar”*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, pp. 187-192.

ALVES, Maria do Céu, (2010), “Geopolítica da legitimação do poder político de Alberto João Jardim”, *Islenha*, n.º 46, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 11-22.

ANDRADE, Irene Lucília, (2013), “Tabita. Fragmento para uma novela, de Horácio Bento de Gouveia”, *Islenha*, n.º 53, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 135-138.

ARRANZ, Fermín Galindo, (2000), *Guía de los Géneros Periodísticos*, Santiago, Tórculo Edicións.

BALLE, Francis, (coord.), (2004), *Dicionário dos Média*, Lisboa, Didáctica Editora.

BARREIROS, José António, (1983-1984), *História da Literatura Portuguesa: Volume 2 Séc. XIX-XX*, 10.^a ed., Braga, Editora Pax.

CAMACHO, Maria Graziela Fernandes, (1999), *A Insularidade no Romance de Horácio Bento de Gouveia*, dissertação de mestrado, Funchal, Universidade Católica Portuguesa.

CARMELO, Luís, (2008), *Sebenta criativa para estudantes de jornalismo*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

CASCAIS, Fernando, (2001), *Dicionário de jornalismo: as palavras dos media*, Lisboa, Editora Verbo.

CLODE, Luiza Helena, e ADRAGÃO, José Victor, (1989), *Madeira*, Lisboa, Editora Presença, pp. 180-237.

COELHO, Leonor Martins, (2006-2008), “Ilha: porto de abrigo – do sufoco à superação na escrita de Irene Lucília Andrade e na de Margarida Gonçalves Marques”, *Dedalus – Revista de Literatura Comparada*, n.º 11-12, Lisboa, Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Edições Cosmos.

FAKAZIS, Liz, (2009), “New Journalism”, in Christopher Sterling (ed.), *Encyclopedia of Journalism*, vol. 3, Los Angeles: Sage, pp. 946-950.

FIGUEIREDO, Renato Roseira de, (1943), *Breves noções da História da Literatura Portuguesa*, Porto, Domingos Barreira Editor.

FIGUEIREDO, Fernando, COELHO, Leonor Martins, e SANTOS, Thierry Proença dos (org.), (2007), *Crónica Madeirense (1900-2006)*, Porto, Campo das Letras, p. 13.

FONTCUBERTA, Mar de, (2002), *Pistas para compreender o mundo: a notícia*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Notícias.

FORDE, Kathy Roberts, (2009), “Literary Journalism”, in Christophe Sterling (ed.), *Encyclopedia of Journalism*, vol. 3, Los Angeles: Sage, pp. 854-858.

FOURNIER, António, e JOAQUIM, Duarte Correia, (2002), “Fantasia da memória e fantasma erótico em *Luísa Marta* de Horácio Bento de Gouveia”, *Isleña*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 37-50.

FRANCO, José Eduardo, e SOUSA, José Luís de, (2008), “Questionar a cultura madeirense”, in *Cultura Madeirense: temas e problemas*, Porto, Campo das Letras, pp. 21-24.

FREITAS, Valentina Gonçalves de, (2007), *A diáfora em «Lágrimas Correndo» de Horácio Bento de Gouveia*, dissertação de mestrado, Funchal, Universidade da Madeira.

GONÇALVES, José António, (2008), “Breve panorâmica da moderna literatura madeirense”, in *Cultura Madeirense: temas e problemas*, Porto, Campo das Letras, pp. 139-150.

_____, (2002), “Horácio Bento de Gouveia: as margens da fraternidade”, *Islenha*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 127 -136.

GONÇALVES, Natália Gouveia Nascimento, (2004), *O Itinerário Linguístico nas Crónicas em Prol da Língua Portuguesa de Horácio Bento de Gouveia - Tradição e Criatividade*, dissertação de mestrado, Volume I, Universidade da Madeira, Funchal.

HENRIQUES, Cláudia Sofia C., (2010), *O Diário de Notícias e o Diário de Notícias da Madeira: Análise do agendamento de ambos os jornais*, dissertação de mestrado, Covilhã, Universidade da Beira Interior (dissertação obtida em <http://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/1268/1/SofiaTESE%20MESTRADO%20FINAL.pdf> a 4 de junho de 2014).

LETRIA, Joaquim, (1999), *Pequeno breviário jornalístico*, Lisboa, Editorial Notícias.

LETRIA, José Jorge, e GOULÃO, José, (1982), *Noções de jornalismo: história e técnicas*, Lisboa, Livros Horizonte.

LOPES, Paula Cristina, (2010a), “A crónica (nos jornais): o que foi? O que é?”, Universidade Autónoma de Lisboa (artigo acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-cronica-lobes.pdf> a 13 de novembro de 2013).

_____, (2010b), “Géneros literários e géneros jornalísticos: uma revisão teórica de conceitos”, Universidade Autónoma de Lisboa (artigo acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-generos-lobes.pdf> a 13 de julho de 2014).

_____, (2010c), “Linguagem literária e linguagem jornalística: cumplicidades e distâncias”, Universidade Autónoma de Lisboa (artigo acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-lobes-cumplicidade.pdf> a 13 de novembro de 2013).

LOPES, Victor Silva, (1981), *Iniciação ao Jornalismo*, 2.^a ed., Lisboa, Centro do Livro Brasileiro.

MELO, Isabelle Anchieta de, (2007), “A defesa de uma nova objectividade jornalística: a intersubjectividade” (documento acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-intersubjectividade.pdf> a 9 de setembro de 2014).

- MELO, José Marques de, (1988), “A Crónica”, in *Jornalismo e Literatura: Actas do II Encontro Afro-Luso-Brasileiro*, Lisboa, Vega, pp. 41-53.
- MENDONÇA, Maria, (1985), *A ilha da Madeira vista por intelectuais e artistas portugueses*, 3.^a ed., Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- NATIVIDADE, J. Vieira, (1954), *Madeira: a epopeia rural*, 2.^a ed., Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- NEMÉSIO, Vitorino, (1932), “Açorianidade”, *Ínsula*, n.º 7-8, Ponta Delgada, p. 59.
- NEPOMUCENO, Rui, (2002), “A Canga e o movimento neo-realista português”, *Isleña*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 95-98.
- NEVES, João Alves das, (1988), “O ensino da história da imprensa de língua portuguesa no mundo”, in *Jornalismo e Literatura – Actas do II Encontro Afro-Luso-Brasileiro*, Lisboa, Vega, p. 36.
- PEREIRA, Amílcar, (2011), “Periferias Insulares”, *Newsletter Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 11 (documento acedido em http://www.madeira-edu.pt/portals/31/ceha/newsletter/newsletter_11.pdf a 28 de abril de 2014).
- PESTANA, César A., (1985), *A Madeira, cultura e paisagem*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- PIRES, António Machado, (1989), “A identidade cultural dos Açores”, *Anais da 2ª semana de Estudos Açorianos*, Florianópolis, Editora da UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina, pp. 14-26.
- PINTO-CORREIA, João David, (2002), “Acerca da festa/ do Natal nas crónicas de Horácio Bento de Gouveia”, *Isleña*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 137-143.
- QUEIROZ, Eça de, (1981), *Páginas de Jornalismo «O Distrito de Évora» (1867)*, Volume II, Porto, Lello & Irmão – Editores.
- RODRIGUES, Adriano Duarte, DIONÍSIO, Eduardo e NEVES, Helena, (1981), *Comunicação Social e Jornalismo*, 2.º volume, Lisboa, Regra do Jogo.
- RODRIGUES, Ernesto, (1999), “Garrett, Jornalista”, *Colóquio/Letras*, n.º 153/154, Fundação Calouste Gulbenkian.

_____, (1998), *Mágico Folhetim: literatura e jornalismo em Portugal*, Lisboa, Editorial Notícias.

_____, (2002), “Nótula sobre *Crónicas do Norte*”, *Islenha*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 99-101.

RODRIGUES, Paulo Miguel, (2012), “*Madeirensidade: Breves Reflexões em torno de um conceito Identitário a Repensar*”, *Newsletter do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 15 (documento acedido em http://www.madeira-edu.pt/portals/31/ceha/newsletter/newsletter_15.pdf a 12 de julho de 2014).

SANTOS, Thierry Proença dos, (2004), “Da entrevista ao entrevistado: do negativo à revelação da pose — em torno de Horácio Bento de Gouveia”, *Islenha*, n.º 35, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 103-118.

_____, (2007), *De Ilhéus a Canga, de Horácio Bento de Gouveia [Texto policopiado]: a narrativa e as suas (re) escritas: (com uma proposta de edição crítico-genética e com uma tradução parcial do romance para francês*, dissertação de doutoramento, Funchal, Universidade da Madeira (dissertação acedida em <http://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/57/1/DoutoramentoTHIERRY.pdf> a 23 de outubro de 2013).

_____, (2006-2008), “Gerações, Antologias e outras Afinidades Literárias: A Construção de uma Identidade Cultural na Madeira”, *Dedalus – Revista de Literatura Comparada*, n.º 11-12, Lisboa, Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Edições Cosmos.

_____, (2002), “Horácio Bento de Gouveia: a (re)escrita de *Ilhéus/Canga*”, *Islenha*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 51-58.

SILVA, João Henrique G. da, (2008), “Nota de apresentação: Cultura madeirense: marcas e raízes para uma «identidade»”, in *Cultura Madeirense: temas e problemas*, Porto, Campo das Letras, pp. 9-12.

SILVA, João Norberto, (2002), “Uma leitura de contos de Horácio Bento de Gouveia”, *Islenha*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 76-82.

SILVA, Margarida Macedo, (2002), “Recordando o mestre: anotações a um itinerário bibliográfico”, *Isleña*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 26-30.

_____, (2003), “Recordando o mestre: anotações a um itinerário bibliográfico”, in *Colóquios*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, pp. 53-66.

SOARES, Maria de Fátima M. Ornellas de Gouveia, (2002), “O lirismo na prosa de Horácio Bento de Gouveia”, *Isleña*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 32-36.

SOUSA, Jorge Pedro, (2008), “Uma História do Jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974”, Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media e Jornalismo (documento acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf> a 04 de junho de 2014).

TEIXEIRA, Maria Mónica, (2001), *Tendências da literatura na ilha da Madeira nos séculos XIX e XX*, dissertação de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

TUZINO, Yolanda Maria Muniz, (2009), “Crônica: uma intersecção entre o Jornalismo e Literatura”, Universidade Estadual de Ponta Grossa (artigo descarregado em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/tuzino-yolanda-uma-interseccao.pdf> a 28 de março de 2014).

VERDELHO, Evelina, (1982), *Linguagem regional e linguagem popular no romance regionalista português*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Artigos de jornais citados:

CALISTO, Luís, “Horácio Bento de Gouveia e o seu novo livro: «Margareta» vingará em Portugal porque é dinâmico e está bem escrito”, *Diário de Notícias da Madeira*, 24 de junho de 1980.

CORREIA, Octaviano, “Horácio Bento de Gouveia: o mais universalista dos escritores madeirenses”, *Jornal da Madeira*, 8 de setembro de 2005.

FRANÇA, João, “Entre um e outro banco: diálogo entre dois escritores madeirenses”, *Diário de Notícias da Madeira*, 18 de setembro de 1981.

GOUVEIA, Horácio Bento de, “Acêrca do romance brasileiro”, *Diário de Notícias da Madeira*, Funchal, 12 de fevereiro de 1943.

_____, “A gazeta é comunicação”, *Diário de Notícias da Madeira*, 11 de outubro de 1978.

_____, “A leitura do jornal”, *Diário de Notícias da Madeira*, 21 de janeiro de 1962.

_____, “Da linguagem: mau português”, *Diário de Notícias da Madeira*, 13 de janeiro de 1983.

_____, “Doutor Hernâni Cidade”, *Diário de Notícias da Madeira*, 20 de maio de 1971.

_____, “«Três semanas em Maio»: nova forma de romancear”, *Diário de Notícias da Madeira*, 18 de novembro de 1969.

_____, “Uma carta de Aquilino Ribeiro”, *Diário de Notícias da Madeira*, 9 de maio de 1971.

_____, “Um açoriano de ignorado talento”, *Diário de Notícias da Madeira*, 20 de janeiro de 1963.

ROCHA, Luís, “Obras de Horácio Bento de Gouveia são a ‘expressão da insularidade’”, *Diário de Notícias da Madeira*, 30 de julho de 2006.

S/A, “A obra e a figura do escritor e jornalista na palavra do Dr. Marques da Silva”, *Diário de Notícias da Madeira*, 24 de outubro de 1980.

_____, “Diálogo com Horácio Bento de Gouveia: novo romance «Torna-Viagem»”, *Diário de Notícias da Madeira*, 11 de outubro de 1976.

_____, “Horácio Bento de Gouveia ao «F.I.»”, *Farol das Ilhas*, 6 a 28 de junho de 1979.

_____, “Morreu o dr. Horácio Bento de Gouveia”, *Diário de Notícias da Madeira*, 24 de maio de 1983.

VERÍSSIMO, Nelson, “Horácio Bento de Gouveia e as Crónicas do Norte”, *Diário de Notícias da Madeira*, 18 de setembro de 1994.

Sítios consultados:

<http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/os-guardas-mores-da-torre-do-tombo/> —
acedido a 2 de fevereiro de 2014;

<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4311313> — acedido a 4 de junho de 2014;

http://www3.uma.pt/hbento/ent_retrato.html — acedido a 28 de maio de 2014;

<http://www3.uma.pt/hbento/cronologia.html> — acedido a 28 de maio de 2014;

http://www.academia.edu/1153139/o_discurso_da_identidade_insular — acedido a 2 de
julho de 2014;

[http://www.dnoticias.pt/impressa/diario/opiniao/53814-autonomia-historia-%07e-
identidade](http://www.dnoticias.pt/impressa/diario/opiniao/53814-autonomia-historia-%07e-identidade) — acedido a 15 de julho de 2014.

<http://ruinepomuceno.blogspot.pt/2010/02/horacio-bento-de-gouveia-e-escola-neo.html>
— acedido a 22 de agosto de 2014 e a 7 de setembro de 2014;

<http://bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-2.html#b512> — acedido a 9
de setembro de 2014.

ANEXOS

A Crónica

Teresa- De que nos vai falar hoje?

Elsa- Da crónica. E a pergunta que faço a mim própria é: A crónica é um género literário?

Teresa- E então é ou não é?

Elsa- A crónica não é incluída nos géneros literários pelas teorias da literatura, mas fazendo parte de um tipo de texto jornalístico. No entanto, exige-se da crónica que tenha qualidade estética tal como um texto literário, por isso, quanto a mim, deve ser reconhecida como um género literário.

Teresa- E como define a crónica?

Elsa- Derivada do termo grego «cronos», que significa «tempo», a palavra «crónica» reporta-se a acontecimentos por uma ordem temporal.

Em Portugal, as mais antigas crónicas são anónimas, mas no sec. XV e XVI surge uma plêiade de cronistas, como Fernão Lopes, Gomes Eanes Azurara, Rui de Pina, Garcia de Resende e Damião de Góis que escreveram as crónicas dos reis da primeira e da segunda dinastia, dos nossos descobrimentos e conquistas, etc.

E daí que, nessa época, o termo «crónica» empregava-se em referência a qualquer narração sistemática de acontecimentos, com pouco ou nenhum empenho na sua análise e interpretação.

Fernão Lopes, no entanto, alargou o âmbito da crónica, pela posição política que tomou dos acontecimentos, empenhando-se inclusivamente na beleza da escrita, no estilo e no dinamismo que imprimiu às descrições.

Nesta acepção, o âmbito da crónica foi evoluindo e ganhando novos significados.

Passa a ser «um termo vago que tanto serve para classificar pequenos contos de entrecho mal definido ou comentários ligeiros de episódios reais ou imaginários, como o trecho de apreciação literária ou crítica de costumes», afirma Jacinto do Prado Coelho no seu *Dicionário da Literatura*, I^o vol., p.236. E adianta: «Apenas se lhe pede que seja oportuna, aguda sem ser profunda, pessoal sem excesso de subjectivismo e sobretudo inteligível.»

E Prado Coelho aponta como um dos primeiros modernos cronistas Cavaleiro de Oliveira.

Mas é no sec. XIX que a crónica teve um maior número de cultores. É o caso de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós n' *As Farpas*, de Fialho de Almeida in *Os Gatos*.

Ao longo do sec. XIX e princípios do sec. XX, muitos outros se evidenciaram como Gervásio Lobato na sua *Comédia de Lisboa*, Xavier de Carvalho, Guilherme de Azevedo, Pinheiro de Chagas, João Chagas, Carlos Malheiro Dias, Augusto Castro, Câmara Reys, Ramada Curto, etc.

Mais modernamente as célebres crónicas de Vitorino Nemésio lidas ao microfone da Emissora Nacional ou da RTP.

João Araújo Correia, cronista de grande estirpe, José Gomes Ferreira que reuniu em *O Mundo dos Outros* a sua visão pessoal do mundo que o rodeava. O mesmo aconteceu com Rodrigues Miguéis e Manuel Mendes ou Artur Portela Filho. São crónicas de carácter social e de grande qualidade literária.

Teresa - E hoje, não acha que a crónica jornalística tende a ser predominantemente política?

Elsa - Actualmente a crónica jornalística tem na maioria dos casos, na verdade, um carácter mais político, comenta a actuação dos políticos e dos acontecimentos diários.

Usa particularmente da ironia, do tom jocoso ou da linguagem acutilante, procurando atingir certas entidades e «faits divers».

Teresa - Nos nossos dias, a crónica não está na moda?

Elsa - A crónica jornalística, nestes últimos anos, tem ganho variadíssimos cultores, uns de grande nomeada, que enriquecem o jornalismo português, confundindo-se a “crónica” com “coluna ou comentário de opinião pública”

No entanto, a crónica de hoje com preocupação de comentar os factos políticos, perdeu um tanto, em relação às décadas anteriores, a qualidade estética da linguagem.

Teresa - Pode apontar-nos alguns nomes de cronistas mais actuais.

Elsa - A Sociedade da Língua Portuguesa atribuiu já o Prémio da Crónica João Carreira Bom/ SLP, homenageando o titular deste prémio pelo seu estilo inconfundível de cronista, a três nomes notáveis da cultura portuguesa que se têm dedicado à crónica, quer política, quer literária, Eduardo Prado Coelho, Vasco Pulido Valente e Armando Baptista Bastos. Mas muitos outros nomes se podem referir como Miguel Sousa Tavares, João Bernard da Costa, Inês Pedrosa, Clara Ferreira Alves, Ana Sá Lopes, Clara Pinto Correia, Eduardo Dâmaso, José António Teixeira, Joaquim Letria, etc.

(Aos microfones da RDP Internacional
Programa *Falar Português*)

CIVILIZAÇÃO MADEIRENSE

por Horácio Bento

Parar seria morrer. Pois o movimento é que traduz a vida, se bem que, nem sempre ele se torne evidente aos nossos sentidos. Retrogradar era sintoma de decadência de uma vida em declínio. E a Ilha da Madeira, em sua actividade interna, humana, social e intelectual não parou nem retrocedeu.

Desde que o homem, no primeiro quartel do século quinze, se fixou à terra e nela achou ribeiras e um solo que se desentranhava nas culturas mais variadas – uma nova terra da Promissão se lhe descortinou diante dos olhos deslumbrados. O chão que pisava, milagre de Deus, não podia ser melhor dádiva para as suas ambições temporais.

O capitão Gonçalves Zargo ao fazer o reconhecimento da nova descoberta, de maravilha em maravilha, ia-se sentindo cada vez mais acozentado à visão que o empolgava. Deparou com água cristalina. Viu quatro canos construídos pela natureza que rompiam da Rocha, os quais brotavam água “*estremada, boa, fria e leve*”. E descobrem-se fontes de água *preciosa e fria*, que, murmurante, se perdia por entre o arvoredor cerrado, o qual inextricável em seu liame de silvedos, crescia, viçoso, cobrindo tudo, estendendo-se até a costa, à babugem do mar.

Vem vindo gente do Algarve. A água *preciosa e fria* e a terra úbere foram elementos basilares da fixação do homem da vida sedentária. Entra-se na fase civilizadora dos capitães. Sob esta dinastia de homens intrépidos, audazes, valentes de que Zargo é o pioneiro, explora-se o solo, aproveitam-se as riquíssimas essências vegetais multi-seculares: cedro, vinhático, barbuzzano, adorno, til. Em engenhos de água serram-se madeiras para construção de casas, mobílias e barcos e exportam-se tábuas e traves. Há toponímicos que ascendem à actividade dos engenhos: Serra de Água, hoje freguesia, Serra de Água, sítio da Boaventura, etc.

Desbravam-se matas. O que era selvoso transforma-se em leiras, em montados aráveis. A semente lançada ao humus é prodígio de abundância: um alqueire de trigo dá sessenta. É recanto do paraíso a nova descoberta.

A cana de açúcar introduz-se na ilha. São os *canaveaes dasucre* factor dominante da primeira civilização. As comunicações do Sul para o Norte, difíceis e extenuantes, por caminhos que vão a nascer através das gargantas angostas da serra, são verdadeiro cabo tormentório. No entanto, já na banda do Norte, goza fama de reputado hércules e de coração magnânimo, o nobre António de

Carvalhal que na povoação da Ponta Delgada conserva uma casa *que é hospital e acolheita de todo o pobre, hospedagem de caminhantes, refúgio de necessitados*^(*).

Vive-se enquadrados em um tipo de civilização que se caracteriza no meio de transporte, pela rede e o palanquim de origem chinesa. As condições geográficas da ilha, seu relevo arrogante, exigem o uso daquela espécie de veículo de feição primitiva. Os donatários possuíam uma rede com suporte de cana-bambu ou de madeira de folhadeiro, onde se prendiam os cadilhos da rede que eram adornadas com franja vistosa. Viviam em ambiente de alarde e riqueza, com seu cortejo de servidores a que não faltavam os escravos negros. Este aparato faustoso de vida, que no Brasil atingiu o fastígio com os capitães e *senhores de engenho*, declinou no fim do século dezasseis. A indústria açucareira desvalorizou-se, os engenhos pararam e arruinaram-se.

Profundamente cristãos, os povoadores edificam a igreja de Santa Catarina, sobranceira ao mar, que corporiza o sentido religioso de seus maiores. Depois o centro do culto é a Igreja de Nossa Senhora do Calhau. E a vida religiosa desenvolve-se. Funda-se o Convento das Freiras de Santa Clara e o Convento de Frades da Ordem de São Francisco. Estabeleceu também a Companhia de Jesus seu colégio na urbe.

Foi no tempo de D. Manuel I que o Funchal tomou foros de cidade. Os costumes e as tradições dos habitantes da ilha cimentam-se. Vai-se formando uma alma própria que se individualiza por virtude do *habitat*, ilha.

Evolue, nos séculos dezassete, dezoito e dezanove, a civilização madeirense. É a segunda fase da civilização. A cidade amplia-se. Desatam-se suas artérias lentamente. Aumentam os fogos nas aldeias e vilas. Criam-se um Liceu e uma Escola Médica no Funchal. O tempo consumiu os restos da nobreza que havia muito sepultara o luxo de seu viver ostentoso.

Torna-se a ilha zona centrípeta para o estrangeiro, mormente o inglês que exterioriza seu culto pelo clima e a paisagem da insula. Cria-se mesmo na consciência do inglês a emoção geográfica da ilha.

Porém, os fins do século dezanove, e o primeiro quartel do século vinte assinalam-se por revoadas emigratórias de ilhéus para o Brasil, América do Norte e ilhas do Pacífico. Assiste-se, com exultação, a transformações profundas na fisionomia da Madeira e até no viver de uma grande parte das gentes da cidade. É a terceira fase da civilização madeirense. Os caminhos que ligavam o Funchal com o Norte e as povoações rurais da banda do Sul e que se mantinham na fase da civilização dos engenhos de açúcar, transfiguram-se. Há um nome que anda vinculado ao plano das realizações das estradas: o Visconde da Ribeira Brava, que parece já esquecido e a quem os madeirenses devem tributar a sua gratidão incondicional. A ele cabe o haver inaugurado a estrada da Encumhada de São Vicente. E a civilização atesta seu brilho. Há casinos que atraem o forasteiro. Apoitam na baía, quase diariamente, os grandes paquetes.

E, já por fim, o governo de Salazar completa as aspirações do ilhéu. As estradas rompem através dos maiores obstáculos naturais das rochas basálticas. Há um renascimento de escolas por toda a parte, por todas as vilas e freguesias. O presidente da Câmara do Funchal, Dr. Fernão de Ornelas, põe em prática um plano inteligente de modernização da cidade.

* * *

No aspecto cultural, participam da civilização madeirense nomes que fulguraram nas letras como João Gomes da Ilha, Rui Gomes, P.^o Manuel Álvares, P.^o Manuel Constantino, Baltazar Dias, Doutor Daniel da Costa, Francisco Álvares de Nóbrega, Pimenta de Aguiar, Jaime Moniz, João Augusto de Ornelas e outros.

(*) Do "Descobrimento da Ilha da Madeira" por Jerónimo Dias Leite

E no nosso século: João Gouveia, autor de *Atlante*, P^o. Fernando Augusto da Silva, Major Reis Gomes, Armando Pinto Correia, Albino de Menezes, Jaime Câmara, Carlos Marinho Lopes e Alfredo de Freitas Leal.

* * *

Se é certo que o contacto da ilha com o mundo, com os alienígenas, influir no viver de muita gente da urbe, a verdade é que, em extensão, os hábitos estruturais do ilhéu não se modificaram, porque as ilhas sempre foram ciosas de suas tradições, conservadoras de seu carácter, fechadas ao desnacionalismo das ideias e costumes de povos doutras raças, avaras do sentimento nativo que a terra cria depois que o homem se familiariza com ela.

Funchal - Maio de 1950.

9 de Maio de 1950, Diário de Notícias

Este artigo, com mínimas adaptações realizadas pelo autor, foi publicado na Revista "Açores-Madeira" em Julho de 1952 com o título "Quadros da Vida Madeirense", e ainda no Almanaque Anuário da Madeira de 1956/57 com o título "A Madeira Ontem e Hoje".

SOARES, Maria de Fátima Gouveia, (2011), "Civilização Madeirense", *Escritos 4 (1950-1959 Horácio Bento de Gouveia)*, Braga, Edição da Autora, pp. 51-53.

A MADEIRA VISÃO DE ONTEM E DE HOJE

Se há terra portuguesa que no terceiro quartel de nosso século tivesse culminado em seu progredimento material, a Madeira é uma das beneficiadas. A quem a conheceu, há cerca de quarenta anos, talvez não seja de natureza hiperbólica o asseverar que, se houvera vivido dois séculos antes, nada ou quase nada teriam observado seus olhos, de metamorfose, em melhoria de comunicações terrestres entre a cidade do Funchal e as freguesias rurais do sul da ilha e da face norte.

Entravara-se o progresso do aglomerado humano, estacara sua evolução, exceptuadas as edificações de casas que se foram esparramando por vales e fajãs e espaldas da montanha. Os caminhos abertos pelo colonizador, descendo encostas té os fundos das ribeiras para depois galgarem, torcicolosos, os declives fronteiriços, conservaram-se tais como eram inda não há quarenta anos.

Interessava ao habitador, desde que se fixou no solo basáltico litoraneo ou nas abas das serras, os terrenos pingues e uma vereda que o vinculasse ao povoado onde a igreja, de porta franca, lhe patenteava o culto ao Deus que o criara.

Circunscrevia-se a acção dos municípios à sua existência nominal, salvante raros exemplos de bem servir a grei construindo novas artérias a fim de privarem com novos lugarejos, que a fonte ou o corgo fizeram borbulhar.

O deslocamento pedestre da região norte para a do sul, ou vice-versa, efectuava-se por autênticos semideiros de cabras que rompiam, balbuciantes, através de urzes, loureiros – espessura bravia de manta –, os quais caminhos angostos guindavam o transeunte a partir da beira-mar té uma altitude que vai para além de mil metros (Encumeada de São Vicente ou Serra das Torrinhas ou Poiso).

Viviam as freguesias acantoadas em presépio por lombas e entre enrugamentos, em remanso poetico, e os costumes e a linguagem, em sua rustiqueza, gozavam da mais pura simplicidade, alheios ao abastardamento procedente do exterior. Mantinham-se as virtudes primitivas, estagnadas, que a doutrina de Rousseau perfilhava, do ponto de vista da felicidade do homem.

E transcorria a vida calma, isolada da cidade, nas aldeias de casas brancas. Baixava a noite do céu, esfumavam-se as formas no seu regresso à unidade, ao todo, sob a velatura da luz pálida das estrelas.

É indubitável que não se pode negar a sensação de pitoresco, a emoção apaziguadora que emergia do contacto com aquele mundo fisico e humano da biblica pureza que precedeu o pecado. Mas a realidade de fora, necessária ao homem, que deve compartir do seu bem-estar, produto da civilização, foi rajada de técnica, a qual veio transformar em pouco mais de trinta anos os vetustos caminhos de trânsito pedestre em magníficas estradas de rodagem, que cinturam a ilha e a atravessam, posto que ainda se não haja completado a abertura de todas as vias indispensáveis ao condicionamento do turismo.

E o turismo solicita a continuidade daquela obra que virá, por sua vez, a ser beneficio pleno de agregados populacionais do Norte. É o caso do projecto da estrada que, em futuro próximo, estabelecerá a ligação entre a cidade e a freguesia alpestre da Boaventura, convizinha de Ponta Delgada, aonde confluem inúmeros forasteiros atraídos por maravilhosa piscina.

Foi, pois, a estrada a primeira das grandes aspirações do madeirense que vivia quase encelado nas terreolas desorbitadas do Funchal e, na cidade, sem poder sair dela senão dificilmente. E justiça se faz evocando o nome do visconde da Ribeira Brava e do senador Dr. Vasco Gonçalves Marques, a quem ficou a Madeira a dever o despertar da rede das estradas distritais com o lanço Câmara de Lobos – Encumeada de S. Vicente.

Adultera-se e perde-se evidentemente, o carácter próprio, arcaizante, que distinguia as povoações mas ganha-se no conforto em prol das mesmas localidades. Acabou-se o isolamento das freguesias que só a rede e o palanquim devassavam. Avulta, doutra parte, a concretização dos trabalhos que conduziram ao aproveitamento da energia hidroeléctrica e trouxeram a luz a todos os centros suburbanos que a noite amortilhava. E assim as aldeias, no escuro, são constelações a embelezarem a ilha.

Por outro lado, o cais-molhe da Pontinha, há longos anos curto braço de atracadouro, apenas acessível a dois ou três barcos de tonelagem reduzida é hoje extensa e ampla muralha para grandes navios, a qual resguarda também, desta maneira, não só o cais da cidade, mas a parte da baía de oeste, agora seguro abrigo de pequenas embarcações. E não se repetem desastres como o do iate “Fisália”, que arrastou consigo a morte do conhecido desportista Humberto de Passos Freitas.

Finalmente a construção do aeródromo de Santa Catarina, de há muito necessidade premente, dentro em breve vai fazer da Madeira um centro de mais intenso cosmopolitismo do que até agora tem sido com a navegação marítima. E para remate valorizador do nível turístico da Madeira, de seu progresso e desafogo de vida, espera-se, confiadamente, que o jogo se instale na Quinta Vigia: e em casino que nobilite as tradições gasalhosas de o madeirense receber o visitante.

Continua-se a Madeira de ontem na Madeira de hoje. Porém, uma noite de séculos as separam. É outra a paisagem humanizada de hoje em relação à de ontem. E até nos hábitos a gente ilhoa, perdendo uns, adquirindo outros, como se um espírito novo se lhe entranhasse e substituisse o da herança milenária e houvesse criado nela outras formas de reacção do convívio permanente com o estrangeiro. Há leis de antropogeografia que se vão desactualizando, como, por exemplo, a que contém a afirmação de que nas ilhas os costumes conservam-se e de que um ilhéu não pensa como um continental.

Observando os velhos usos da Madeira nota-se que alguns já se extinguiram e outros vão perecendo. O traje característico do campónio do interior (exceptuado o barrete de orelhas) apenas redivive na vendedeira de flores e frutas, como efeito cénico. Um aspecto do folclore é o que se limita a um grupo de cantadores da freguesia da Camacha. Vive o ilhéu os problemas mundiais como se tivesse nascido em Lisboa e ali residisse.

A Madeira de hoje é diferente da de ontem. Compreendeu o Governo central o anscio do habitante da ilha. Compreendeu-o e atendeu a seus legítimos rogos.

Horácio Bento de Gouveia
Diário de Notícias, 14 de Maio de 1962

* * * * *

ANEXO 4

ESTRADAS E TURISMO

O miradoiro da Roça e a Levada Grande da Boaventura
Pelo Dr. Horácio Bento de Gouveia

A estrada está para o turismo como êste para o estrangeiro.
Em tôdas as partes do mundo civilizado, mormente na Europa e

126

Américas, a construção das estradas de rodagem obedece a um duplo objectivo, quando assim o exigem os interesses dos habitantes das regiões e o designio do Estado que alçaprema estas: 1º - o do interesse utilitário para os povos que necessitam de uma artéria desafogada que facilite e encurte as comunicações não só entre vilas e cidades, mas entre estas e as terreolas mais parranas; 2º - o do interesse visual, panorâmico, turístico, quando a estrada serve uma região que, por sua estrutura, é chamadeira do forasteiro.

Em a nossa ilha, padrão de beleza a atestar o milagre basáltico que as entranhas do globo produziram, a rede circulante das estradas ainda não alcançou a expansão a que a insula tem direito natural.

Fora da ilha, como os senhores sabem, quaisquer que sejam as paragens mais longínquas, o nome *Madeira* é sinónimo de Beleza e para nós êste vocábulo liga-se à ideia de turismo.

Eis por que, se a Madeira é centro de turismo por razões de sua situação geográfica, de ordem climática, orográfica e de revestimento vegetal, forçosamente a estrada é órgão primário da vitalidade da nossa terra como é do domínio das classes dirigentes.

A ilha tem poder centripetante sôbre o peregrino que busca longes terras no mar-oceano.

A magia exterior subjuga o interior. A sensação é que nos põe em contacto com o mundo circunjacente. Dela deriva a impressão que se traduz por palavras amachucantes ou de louvor, conforme o objecto da sensação é agradável ou de repulsa. Sendo assim, nunca deve perder-se a conjuntura, ao gizar-se um novo lanço de via ampla, de se aproveitarem os balcões naturais, as gargantas, os motivos de atracção, que a montanha nos oferece para regalo da vista.

No sul da Madeira, a parte mais povoada da ilha, onde assenta o Funchal, o maior aglomerado humano, séde de distrito, desembarcadoiro suficientemente apetrechado, as estradas desatam-se nas ruas da urbe, dali se partem incaracterísticas, em demanda de vilas e terrejolas, passando à vizinhança das varandas disfrutadoras do quadro tranquilo e apaziguante da paisagem física.

Na face norte, vertente fragosa, alcantilada e arrogante, a via de cintura a custo prossegue, porque tem de segurar-se à rocha, fincar-se nela a machadadas de picareta que a vão escalavrando dificultosamente, arreganhando, esboroando, furando. Parte do trecho do caminho que se estende da Ponta Delgada à Boaventura foi submetido a essa luta exaustiva do homem com o elemento inerte, a rocha firme que é mister rasgar, cavar degraus, vencer a resistência passiva.

127

Este braço de estrada segue o traçado primitivo, as pegadas vacilantes do velho caminho-de-pé-posto, em quási todo o seu comprimento. Foi pena Não se ergueram os olhos para o alto em cata dos horizontes absorventes que a sacada do sítio da Roça proporciona dadivosamente, prodigamente.

A Roça, senhores que me lêem, é dos pontos mais pitorescos destas bandas. É o contraforte da larga espalda da ravina sobranceira às duas freguesias. Sua altitude será de cêrca de 250 m. Daquele mirante, abarca-se toda a linha da costa que começa no pontão do Pôrto do Moniz e vai até S. Jorge. Olhando para baixo, para o fundo, tem-se a ilusão, de que nos debruçamos de uma lucarna de avião. O povoado, que por sua natureza tem mamelões, aparece-nos como uma planura extensa, com seu labirinto de ruelas, azinhagas, quelhas enviezadas e a casaria esparramada com seus cambiantes que derivam dos tons dos telhados, das paredes e das nódoas verdosas da vegetação, que dão o aspecto de enorme cenário de teatro, emoldurado de vitrais, sob um jôrrro de luz forte. Mas as perspectivas sucedem-se, plano sôbre plano, ao alçar e alongar da vista: é o horizonte marinho e não longe, a fimbria litoreana, esboicelada e eriçada de arestas: é a costa alta, aberta em falésia, do Arco de S. Jorge e depois, é a muralha de basalto que se empina junto do mar, como se fôra botaréu colossal, com aquela magestade olímpica que as rochas sabem infundir sua grandeza dominiosa de titans petrificados. E cavalgando para o interior, esticando o lombo desmesurado, que se vai flectindo em corcovas, o espinhaço pelado, delimitando a Boaventura, entronca-se na correnteza das serras centrais.

A dois passos do miradoiro da Roça, corre, em melopeia molhada, a Levada Grande, que servos da gleba, nos tempos da colonia, talvez, abriram para a rega das terras sequeiras.

"O gigantesco trabalho da construção das levadas, que durou séculos, as lutas sustentadas para a aquisição e posse dos respectivos caudais, as sublevações populares que por tal motivo se deram várias vezes, a organização das associações de "heréus" para a exploração e distribuição das águas, os frequentes pleitos judiciais, as muitas leis que se promulgaram reguladoras dêste assunto, as discussões provocadas no parlamento, nas corporações administrativas, na imprensa e em comícios públicos dariam basta matéria para um largo e interessante estudo..." (a)

Na margem direita da levada, um camalhão, irregular em sua largura, serve de caminho ao campónio que se dirige para a serra, para os lados da nascente ou para as terras ribeirinhas. Se o mainel da levada se alisasse e acimentasse transformando-se o carreiro em passeio com

um metro de largo e se tornasse defeso o corte das árvores laterais em toda a extensão do percurso da corrente, é incontestável que a Levada Grande rivalizaria com a Levada da Serra da Camacha, com a vantagem do cenário alpestre assombroso, que o turista pode descortinar, sem reservas, ao desfraldar de uma proeminência de colina ou de um declive barrancoso e desbarrigado, para qualquer lado que o olhar se derrame. A vista da igreja da Boaventura, ao longe, dá-nos a impressão de estarmos em frente de um belo postal colorido. De facto, a *Levada Grande* é, irrefragavelmente, um dos recantos de maior sedução pictural à beira da civilização dos casais, aqui nesta faixa norte. A *Levada Grande*, que tem perto de quatro quilómetros, torcicola, obliqua-se ao geito da configuração das encostas e por isso, suas curvas mais apertadas ou amplas, em baía ou enseada, são graciosíssimas.

Ora muito agarrada à própria rocha, ora cavada no fofo da terra, à sua ilharga, os boqueirões cativam a pupila com seus tufo de fetos arbóreos e toda a sorte de vegetação luxuriosa, que procura desejosa a luz solar...

"As árvores agrestes que os outeiros,
Tem com frondente coma ennobrecidos,
.....e os loureiros
Do louro deus amados e queridos.
Mirtos de Citereia c'os pinheiros.
De Cibele por outro amor vencidos".

Ao de cima, sombreando o caminho, as urzes e as giestas formam um friso de eterna primavera, remate das grinaldas de plantas que, vertente fora, perpetuam as dinastias de seus antepassados. Em uma das voltas da vereda da levada, o bairro da Achada do Castanheiro com suas casas de telhado fuliginoso, as mais antigas, construídas de dois corpos, em forma de esquadro e de um só piso, com seu ar pacífico que se desenha na fisionomia parada e taciturna dos habitantes, estadeia-se, com as fazendas bem arroteadas, prenhes de culturas.

É no leito do refêgo dos vales que se desenvolve o heroísmo da actividade agrícola do lavrador, vivendo desconfortavelmente em seus lares modestíssimos, chumbado à terra desde a infância rude à velhice desoladora, cumprindo seu destino biológico.

E a levada, tornejante e sempre chã, abre sua guela insaciável na Ribeira do Moinho,

"Num vale ameno que

129

os oiteiros fende”

onde as águas, depois de se juntarem à boca de uma cascata, empoçando-se, vão bifurcar-se: o volume máximo que se despenha estrepitoso, no leito pedreguento e corre livremente e o veio que se enclausura entre as paredes de “A Levada Grande”.

Este passeio, que a Boaventura oferta ao visitante, assim mesmo em sua rusticidade primitiva, (e nela é que reside a beleza) é uma das maravilhas do turismo, em tempo vindiouro, para o vagamundo estrangeiro e nacional.

É de lamentar o desvio, porventura irremediável, da estrada que passa lá em baixo na ignorância do deslumbramento das alturas, dos horizontes sem-fins, e dos alpestres painéis que a ossatura da montanha faz sobressair com seus flancos exulcerados das quebradas.

(a) *P. Fernando A. da Silva em as «Levadas da Madeira»*

Ponta Delgada, Abril de 1945
17 de Abril de 1945, “*O Jornal*”

SOARES, Maria de Fátima Gouveia, (2008), “Estradas e Turismo: o miradoiro da Roça e a Levada Grande da Boaventura”, *Escritos 3 (1940-1949 Horácio Bento de Gouveia)*, Santo Tirso, Edição da Autora, pp. 126-130.

REGIONALISMO E TURISMO

Artigo do Dr. Horácio Bento de Gouveia

Os *ismos* em tempo algum tiveram trato familiar de nossos dias. Doutrinas, sistemas ocupam o espírito do homem. E, no que respeita ao social, regionalismo é palavra que circula como moeda, em letra de chumbo, nos jornais. É que a vida atingiu o máximo de expansão no mundo.

Não há distâncias para transpor de meses, as fronteiras têm uma existência vulnerável porque o homem como pássaro pode fugir ao formalismo das chancelarias. É um aspecto da liberdade humana, dos mais inquietantes, ambição albergada no seio da racional criatura de Deus, que não sabemos quantos milénios levou a sonhar para vencer as forças impostas pela natureza.

Subordinada à acção delas em obediência passiva à gravidade que a chumbava à terra, saiu da noite dos tempos sem história e foi alargando o sentimento do afecto ao *habitat* originário.

Este sentido da vida, do particular para o geral, era a ideia da fraternidade em marcha que ia rompendo fronteiras em busca de uma melhor compreensão da própria vida.

Mas se a tendência de confraternizar aproximou os povos cruzando-se as raças, no todo sempre um bloco humano se mantém alheio ao efflúvio do intercâmbio, cioso de um egoísmo que também existe, feroz, e que é a natural defesa das qualidades psíquicas distintivas dos homens, inalienáveis, necessárias ao respeito do individuo e do estado de que faz parte.

E dentro da universal confraternização, do entendimento mútuo, à maneira de círculos, concêntricos, o mundo das sociedades, em um país, tem suas subdivisões e bem que entre elas haja uma unidade, cada círculo, do mais pequeno ao maior possui seus anseios, sua cadeia de hábitos, sua vida só dele. É na China, na Índia, na Austrália.

A Madeira também graficamente é uma minúscula circunferência. E sua condição de ilha mais influi no elemento social. Se ontem o modelo imitativo de fora deparava com uma sólida barreira que lhe impunha o âmnio de costumes seculares, hoje o social é permeável à imitação do exterior.

No entanto há particularismo e o *particularismo* é regionalismo. Os dois aspectos na terra e na gente conciliam ao turismo. O primeiro determina o segundo e os dois acusam a razão de ser como fundamento do turismo.

Mas o regionalismo fechado, que interessa apenas aos naturais, esse cria um carácter separatista em que há menos compreensão do humano em suas relações com os que vivem fora de sua cintura.

É contra ele que se torna imperioso lutar, porque é extemporâneo e inimigo do progresso geral.

Porque as fronteiras do mundo de hoje estão abertas a todo o forasteiro, parece que o trânsito fácil seria a morte do regionalismo.

Cremos que ele de certo modo contribua para o extinguir, mas na medida em que favoreça os ideais internos, os quais terão forçosamente de transpor os limites de uma avareza que não pode encontrar em si mesma sua razão de continuidade.

E, neste caso, essa morte de regionalismo conduzirá à descoberta do autêntico, do verdadeiro regionalismo que é não só para satisfação de interesses de uma sociedade rural ou urbana mas também para a outra sua vizinha ou não, que nela há-de colaborar dando a sua presença estímulo ao desenvolvimento do turismo, ao bem-estar económico da terra.

De há muito que a Madeira é uma afirmação de particularismo regionalista e, graças a ela, e à sua notícia, ao seu reflexo nos países estrangeiros do Ocidente através do cartaz, do postal, do opúsculo, etc., os paquetes de recreio nos visitam, os hotéis se enchem.

Turismo bem dirigido, turismo feito com a consciência do seu valor, o nosso problema nesse aspecto da população nómada que vem à Madeira para sentir a emoção geográfica da terra e o mais que ela contém de pitoresco e de salutar, acha-se em boas mãos.

Funchal, 23 de Outubro de 1961.

Diário de Notícias, 23 de Outubro de 1961

Em são Vicente

Festa da Vindima: a apoteose do regionalismo no manter-se da tradição

Evoé era a interjeição que saía em catadupa da boca do povo que se associava num delírio às festas abracadabrantes ao deus Baco, o borracho que bebia para sentir a vida diferente da vida comum. Dava aos seus adeptos a droga que punha em chama a imaginação na sua máxima ardência. Dominava a vida dos sentidos porque a esse tempo vivia mais para o concreto do que para o abstracto. Ver, ouvir, correr é a vida plena do animal. Os sentidos são a vida do corpo fundamentalmente. Mas o homem os sentidos, sem o espírito, sem a atenção e a memória jamais organizaria a festa da vindima.

Festa da vindima em São Vicente! Os pregões não se fizeram ouvir. O Outono na sua caminhada, preparava um ambiente de melancolia no seu contraste com a vida faulhante dos excursionistas. A Festa da Vindima que anteontem foi seduzente para os turistas, decorreu numa ambiência de ditérios e cascalhadas de riso no culminio de alegria.

Devia de ser meio-dia quando estacaram na rua os 120 forasteiros que enchiam as três camionetas. O "Galeão" é como se embandeirasse em arco para o recebimento dos festejantes da vindima. É coisa nunca vista nem sonhada lá nos países nórdicos. Por isso é sempre um conto das mil e uma noites o atractivo inédito como é o caso da Festa das Vindimas. Onde se iniciaram? De quem partiu a ideia? Da face sul ou da face norte? Há dezasseis anos foi a Vila de São Vicente que teve a primazia. Os estrangeiros deliraram na rusticidade do meio físico.

Anteontem Marcos Marques, mais uma vez, impulsionou a organização da Festa da Vindima. Apesar do Outono com as churradas precoces, o dia estava primaveral.

O lagar, o velho lagar com seus apetrechos, leitões e a corda enrolada ao monte circular das uvas esmagadas. Um burburinho de vozes de vários tons da escala musical reboou no recinto do lagar. As jovens e as senhoras de idade avançada, de saias arregaçadas e calças puxadas para não se sujarem no mosto lançam as mãos à vara e à beira do lagar para se equilibrarem. Há um colorido que estimula a vista pela viveza dos tecidos dos fatos.

Festa da Vindima!

Depois do acto mais lúdico que de tarefa necessária ao agradecimento à deusa Pomona, os convivas banquetevam-se com a fraternidade que não desmente as raízes afectivas que fazem o homem irmão do homem.

A colaborar com a festa da vindima deslocou-se da pitoresca freguesia de Santana, o grupo folclórico composto de louças raparigas com seus pares masculinos.

Executaram de um repertório variadíssimo danças regionais. Apreciaram os turistas todos os bailados, havendo também participado de rodas que percorreram o local cobrejando por entre as mesas.

Festa da Vindima! A tradição reviveu plenamente na actividade despendida no lagar. O agrupamento folclórico de Santana pôs à prova todas as suas potencialidades coreográficas e de canto: outra ressurreição do tradicionalismo ilhéu.

Desta arte, em São Vicente, fez-se a apoteose do regionalismo através da Festa das Vindimas. É um facto muito consolador este a que se assiste, de mostrar ao estrangeiro, o que a Ilha contém de beleza humanizada porque de acção indígena, específica de nossa terra. E há que pôr em destaque o carácter universalista de gestos alíssonos que denunciam os grandes madeirenses. Grandes no sentido estético, moral e regionalista. A vida não consiste em vivê-la só para si no egoísmo desenfreado do avarento. A vida é projecção interior de bem querer e bem fazer ao seu próximo.

Funchal, 18 de Outubro de 1981

Aspectos rurais em Ponta Delgada

Não obstante as poucas semanas de férias que já transcorreram por este Julho nevoento que expirou, o hábito da não convivência com a ociosidade, que amolenta toda a energia mental, levou-me a observar o panorama colectivo, patológico, da gente plebeia da povoação, que nasceu sob um mau signo, se averiguada fôsse, por um mago caldeu, a hora e o dia da sua vinda ao mundo. De feito, a turba-multa humilde dos meus conterrâneos que vivem da sua cerca ou dumas magras patacas grangeadas à custa de muita baga de suor, em vários dias de trabalho, sempre incertos, apresenta um frisante depauperamento físico, uma verdadeira decadência vital.

Não último quartel do século dezanove, e nos princípios do século vinte, a tísica raramente fazia estragos. Era uma doença de que, pode dizer-se, ninguém morria. Porém, nos derradeiros dez anos, numerosas criaturas, na idade adolescente e viril, homens e mulheres entre os vinte e os quarenta anos sucumbiram àquela enfermidade ruinaz. Hoje a população da freguesia paga um tributo anual, à morte, de jovens e donzelas, como outrora na velha Grécia os povos da Ática entregavam ao Minotauro uma leva de raparigas. Famílias tem havido em que pai, mãe e filhos, uns após outros, a contagiosa tuberculose levou, na sua voragem alarmante. É, de facto, assustador que este mal roaz se propague assim, de ano para ano, causando a dor e a miséria em tanto lar desértico de uma réstea de felicidade.

O planalto das Lombadas, bairro acagapado no sopé da serra, goza do privilégio da natureza de ser um sanatório para as doenças pulmonares. Pois é também um túmulo cuja tampa não se conserva fechada, às vezes, um ano inteiro. Ali, naquele degrau de basalto, a uma altitude perto de trezentos metros, ares puríssimos e balsâmicos das

resinas das matas de pinheirais, em que o sol desde que é nado afoga de luz creadora os algares das ribeiras, as congostas e os tabuleiros, onde o feijoal, o inhame e os milharais expõem à avidez das pupilas o verde regumante de vida plena, no planalto das Lombadas, o peito, que absorve a rescendência que os pinheiros derramam na atmosfera, deve enrijar, fortalecer-se. Não entanto, as condições geográficas e fitogeográficas não obstam a que a tísica seja também um mal grassante e temeroso para o pobre aldeão.

Dos factores que actuam neste derruir da população indígena há que considerar: crise alimentícia; o bordado; o luxo. O homem da gleba, que moireja de sol a sol no seu retalho de fazenda, cavando a terra, sachando a sementeira, regando as sementes, podando e enxofrando os vinhedos, tem um escasso passadio alimentar que não está em proporção com a perda de energia física. Além disso a qualidade das vitualhas é deficiente para organismos com tendências inatas para a aquisição de doenças graves.

As refeições que são duas, almoço e ceia, constam dum prato de sementes e, por vezes, dalguns feijões. E não se admirem os senhores se eu lhes disser que uma família aqui do centro da aldeia, constituída por homem, mulher e filhos, dias seguidos apenas se alimenta de couves cozidas sem chorume de tempêro.

As raparigas ocupam-se no bordado todo o santo dia e pela noite dentro até às três ou quatro horas da manhã, alcachinadas, à luz bruxoleante dum candeeiro de petróleo, fixando a vista que acaba por cansar, adquirindo oftalmias, para arrecadarem, por fim, uns míseros escudos que não chegam para a compra duma blusa ou duma saia, ao vendilhão. E como os pobres pretendem imitar os remediados, o dinheiro do bordado em vez de suprir uma refeição má vai satisfazer a vaidade desta que quer enfeitar-se melhor do que aquela que foi à igreja, no domingo, com um vestido novo e uma mantilha de seda.

As condições de vida são lastimosas. o vinho, primacial riqueza, não dá para fazer face às contribuições. Como há-de o camponês viver mais os filhos! A fé em Deus que conduzirá a sua alma para o céu não o

abandona jámais e éle conforma-se, esperando a sua hora. Nota-se, donde em onde, no seu algaraviar um fundo de fatalismo que se transmitiu de geração em geração, fatalismo que os árabes nos legaram e que se traduz na frase: O destino já está traçado quando nascemos. E o camponez sofre, tem a noção clara da gravidade dêste segundo quartel século vintesco, a miséria é um mau preságio que o atormenta à noite, noite que é de vigília, quando estirado na cama, dá balanço aos seus haveres e descoroçoado verifica que a vida é só dor, dôr bem amarga que lhe vai esboicelando o coração e destruindo-o fibra a fibra, num esvair de ânimo que o impede de lutar pela conquista de mais alguns anos de existência inquieta e desoladora. Todavia, na sua consciência, onde a perturbação é um constante mar revôlto, a esperança, em certos momentos é um farolim que não se apaga apesar da realidade sinistra carcavar-se diante dos seus olhos molhados e sem brilho. Ele assiste ao espectáculo desvairante do desfalecer duma filha, que, à minguia duma alimentação cara, jaz para ali curvada, quási a tombar dum banco de pedra, numa derradeira agonia.

Ponta Delgada, fréguesia salubérrima, de solo feractíssimo e gente laboriosa, vive dias de miséria. O seu povo, em parte fatalista e em parte messianista como todo aquele que se sente amachucado pelas tristezas da época, sofre com a resignação dos ascetas, com uma heroicidade que causa assombro e mágua ao argentário mais egoísta.

Agosto – 1935

NATAL

Celebra-se, em todo o orbe cristão, o nascimento de Jesus. Mas, se em todo o mundo as festas litúrgicas comemoram a quadra da vinda de Deus-Menino, na Madeira, a par das cerimónias religiosas, um culto profano desborda, vivíssimo, da alma de toda a gente. O qual culto se exterioriza nas «lapinhas», no estoirar das bombas, na música e nas luzes.

Porém, a «lapinha», a criação maravilhosa de S. Francisco de Assis, é o verdadeiro objecto onde o sentimento religioso se polariza e de onde brotam imagens penetradas de densa afectividade. É a «lapinha» o centro de interesse da infância e da adolescência, nela reside um espírito de fé imanente porque o Menino, que se ostenta numa fuma ou em pedestal, e os pastores circunfusos representam vida concreta, material, que possui palpação, no imaginismo cálido dos cérebros congestionados de sonho e poesia.

Porque são as ilhas, por natureza insular, as terras mais conservadoras de costumes e tradições, a Madeira sempre manteve

Voz da Madeira, Funchal, 24 Dezembro 1953.

e perpetuou a herança de seus povoadores. Mas nasceu a nossa ilha debaixo do signo *cosmopolita*. E o horóscopo lavrou no pergaminho do tempo que a terra seria cobiçada dos olhos que de longe ou de perto se alongassem para ela. E vieram os hábitos frandunos. Certa vez, por noite, saíram em terra, no mês de Dezembro, o *pai Natal* e a *árvore de Natal*. A novidade foi recebida dos funchalenses que nela ficaram embelezados. E cegos, vá de profanar a «lapinha» com a *árvore* inexpressiva, vá de insinuar e criar na imaginação dos pequenos a ideia do *pai Noel*. E o fantasma do velho de compridas barbas é idolo de mau gosto que se pretende vincular à tradição, o qual briga com a ambiência ancestral, humana e divina, que a fé propagou através das idades, ambiência repassada de sentimento e mistério, pureza de alma e coração sem mácula.

Enquanto nas aldeias a lapinha participa da vida social, dentro do período da *Festa*, na cidade, a família deleita-se em erguer a *árvore de Natal* ao lado da *rochinha*, donde pendem os brinquedos que atraem os olhos da gente miúda. Não queremos com isto dizer que ali, a um canto da casa, não esteja armado o presépio. Mas para a pequenada, que vive dos sentidos e pelos sentidos, o que a interessa, fundamentalmente, são os carrinhos, os balões, os bonecos suspensos por cordéis dos ramos do pinheiro, e o presépio ocupa em seu espírito lugar secundário como se fora minúsculo diamante quase sumido entre pratas doiradas.

Quando devia de ser o Menino a encher inteiramente o cérebro da infância que desabrocha para a vida, é a *árvore* que lhe fala aos olhos e ao coração. É o *pai Natal* com o saco a rebentar de coisas e loisas.

Para nós, madeirenses, estas inovações são uma afronta ao nosso sentimento religioso.

Armemos a *lapinha*, coloquemos uma *rochinha* sobre a mesa, construamos o *presépio* e esbulhemos para longe a *árvore* que não é nossa, que não faz parte da nossa tradição. E quanto ao *velho barbaçudo* remetamo-lo para as regiões do sol da meia-noite.

GOUVEIA, Horácio Bento de Gouveia, (2001), “Natal”, *O Natal na Cidade, a Festa no campo*, (organização de Nelson Veríssimo), Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 19-21.

LAPINHAS E PASTORES

O Natal é a época mais festiva do ano na Ilha da Madeira. Dezembro é verdadeiramente um mês de plena primavera. Os dias são luminosos. Há pó de oiro na fotófera que alaga a transparência do céu. A gente da aldeia vive com um pouco mais de largueza uma vida mais despreocupada e jubilosa, por isso que os dias de vagares são mais freqüentes e na salgadeira de vinhático há carne de porco em salmoira.

É este o período das Missas do Parto, ante-manhã, que são anunciadas pelo toque cadenciado do sino da igreja e pelo estoirar de alguns morteiros. A garotada, quando ainda não são quatro horas, já vagabundeia pelas azinhagas, retorcendo e modulando as mœdinhas mais em voga e outras regionais, em pifes de cana-vieira e harmónios. É esta a quadra por excelência dos divertimentos: as guitarradas, o fogo de artifício, as bombas e a visita às «lapinhas» pela boca da noite, com o pretexto muitas vezes de se jogar às cartas até a deshoras, sob o patrocínio da imagem de Jesus Menino, colocado no cinio de um altar armado sobre uma mesa que fica geralmente situada num angulo da melhor sala da casa, quer seja rica ou humilde.

Em tórno do altar e a cobrir quasi tódo o tecto, ramos de loiro, o trepador alegre-campo, as cabrinhas, (1) o esparto, o saião das paredes e pequenos galhos de cedro formam diademas. Pelos degraus do altar há tijelas com trigo espigante.

Eis a «lapinha», a grandiosa criação de S. Francisco de Assís, no século XIII.

Nestes dias de sonho, a aldeia é uma nesga do paraíso: o amor brota do peito da gente moça com mais entusiasmo, há derriços na visinhança dos portais dos caminhos solitários e pelas imediações das fontes e há gangorras baloiçantes pelos cirados.

Na noite do Natal, depois do sino da igreja badalar pela terceira vez, o ritual das matinas realiza-se e cêrca das 24 horas inicia-se, num alvoroço desbordante de fé religiosa que atinge o misticismo nalgumas almas, a cerimónia ingénua de *pensar* o Menino, no templo engrinaldado de jarros branquejantes, alegre-campo, esparto e fetos verdosos em profusão pelos altares e servindo de roupagem às paredes desnudas.

É uma reviviscência das velhas representações litúrgicas da Idade Média que ainda contém alguma coisa de emotivo e nos transporta, numa miragem doce, aos tempos memoráveis e longínquos do nascimento de Cristo.

Junto do altar-mór, o Menino Jesus repouza deitado na cafurna de um presépio que é a miniatura de um mundo que acabou o seu ciclo de evolução na época hegemónica e crápula do império romano.

(1) *Cabrinha* — planta do grupo das *Pteridófitas* (Feto).

Termina a cerimônia das Matinas e principia a missa do Galo. Um anjo anunciador, incarnado numa criança, surge no púlpito a predizer em verso o nascimento do Messias.

E, em seguida, uma estridência de coros, vozes argênteas de moças louvam o Menino, em poemas impregnados de um lirismo enternecedor, que arrebatam o espírito para longe da terra e aniquilam a vida dos sentidos.

Depois ouve-se um rumor que vem do lado do adro. Os olhares da multidão que enche a igreja encaminham-se para a porta. Há uma curiosidade expectante. Dentro de poucos minutos, rapazes e raparigas, novos e velhos, tornados pastores, procuram apresentar, nas vestimentas e nas botas, o aspecto de quem acaba de viajar por povoados distantes e ignorados. Este conduz uma ovelha que traz uma orelha esboicelada para indicar a sua proveniência das bandas da serra e canta uma trova, alusiva à oferenda, dirigida a Jesus; outro, envaidecido leva um cesto de anônas e maracujás por entre a turba-multa de fiéis que assiste ao ritual; aquele, de bordão de conto, vai ajoujado com um barreleiro de sementes, às costas, sobre uma molhelha. As trovas improvisadas ressoam nas naves. A romaria de pastores continua desfilando, um a um, aos ranchos, numa alegria ruidosa, até dia claro.

As "lapinhas" e a representação do nascimento de Jesus, constituem um dos aspectos mais interessantes do Natal na Ilha. A conservação deste costume da romagem dos pastores, parece que desapareceu já no continente onde, também, se não realizam as Missas do Parto, em louvor da Mãe do Menino Deus.

Ilha da Madeira.

NATAL DE AUSÊNCIA

Dezembro corria sombrio, álgido, com os dias pequenos e os crepúsculos do entardecer breves e macerados de melancolia, nos bairros exteriores de Lisboa.

Frequentava eu o segundo ano da Universidade.

Para mim, que vivia em um quarto alugado ali para os lados de Campo de Ourique, esse ano, o período da Festa era um exílio voluntário.

Deixara partir o *Lima*, do Cais do Sodré, em hora cinzenta. A névoa abafava o rio. Ia sentir o natal lisboeta. Mas quando o paquete se havia já engolfado na bruma, o arrependimento de ter ficado no cais envolto na cerração, tirara-me o ânimo de voltar para casa. E vagamundeei pela Rua de 24 de Julho. Depois tomei o caminho de Alcântara e saí aos Terramotos.

Agora, a névoa adensava-se.

Circulava nas ruas a vida de todos os dias. Acenderam-se as luzes. Passavam os eléctricos rabeando nas calhas, quando o condutor dava maior abertura à caixa de velocidades.

Jornal da Madeira, Funchal, 25 Dezembro 1952.

Para baixo e para cima, com o chapéu da semana, o casaco lustroso, sapatos com os saltos cambados iam no rasto de casa, do café ou da leitaria, o empregado público, o estudante, o respeitável pai de família e um que outro polícia de ar merencório. Com a graça de alvéolo perpassava a costureirita. Sobraçando o diário da noite, os ardinhas lançavam seu pregão de tom juvenil.

Empurrei a porta do prédio que se estendia em muralha, em todo o comprimento da rua. Subi a escada e não dei pelos degraus. Interroguei-me: mas eu estava na Festa?

Quase em frente à minha janela havia uma casa, de época remota, das que têm semblante próprio e não mais esquecem a quem ali nasceu, viveu uma época da vida, mas um dia se ausentou. Habitavam-na a mulher e os filhos de um oficial de marinha mercante. Às vezes eu surpreendia uma cara atrás dos vidros de uma das janelas que deitavam para rústico jardim romanesco onde uma palmeira curvava seus ramos enleados por trepadeira florida.

Estava frio. Olhei, amargurado de misantropia para a casa dos vizinhos. Pressenti que nela, com certeza, a Festa seria aconchego, afecto, exultação. Mas os meus sentidos não comungavam com a realidade cruelíssima da ambiência frígida, estranha, que me cercava como se estivesse enclausurado em uma cela de cadeia.

Eu estava na Festa, apesar de todo o desconsolo que me enviuvava o espírito.

O tempo, dentro de mim, era calendário que assinalava os meses e os dias, era relógio que não só apontava as horas em

mostrador luminoso mas as anunciava com timbre doce. A lembrança dos natais da freguesia aguilhoou meu espírito. Bruxedo passional tirou-me para a cisma. E deixei-me transportar... As Missas do Parto. Os morteiros e os foguetões. A estrela da manhã a boiar no céu escuro. As bombas a estalarem pelas azinhagas. O som de gaitas, pifes e harmónios a reboar pelas montanhas fora, como se elas sonhassem alto seu noivado com os titãs. O bramir do mar raivoso. O repique do sino que enchia a noite. As lapinhas que se armavam pelos casais à espera dos toques de machetes e descantes. Os renques de fachos, à boquinha da noite, na beira das encostas em véspera de novena. Sim, isto é que era a Festa, a tradição que fazia parte do meu sangue e da minha alma de cristão, magoada de nostalgia. A Festa evocadora do nascimento de Jesus, desentranhava-se em sucessão de quadros, na memória escandecida por saudade dolorosa. As cores, as formas, os sons, tudo que traduzia vida já vivida, manifestava a sua presença numa inquietadora obsessão, *gosto amargo* que tanto me concitava a esta atitude contemplativa, de visão interior, sonho e desespero.

A dona da casa, com rosto bondoso e sorriso aberto não sabia o que era verdadeiramente a Festa. O meu quarto era edifício à parte. Só eu compreendia o meu desterro, o sentimento desconfortante que me vinha das paredes, da mesa de cabeceira, da lâmpada pendente do tecto, de uma desbotada aguarela, de caixilhos que haviam sido doirados e que ficava sobranceira à escrivaninha onde os meus livros se arrumavam.

Véspera de Natal. Regorgitam de transeuntes a Rua do Ouro e o Chiado. As montras das lojas são cortiços de bugigangas para enfeitiçar os olhos visionários das crianças.

Sei lá! A atracção dos brinquedos é desvairamento. E elas vão andando mas os olhos não estão nas órbitas e sim nos balões de cores, nos carros, nos bonecos.

Acabrunhado, dissocializado, meto-me na Calçada do Sacramento e sem vontade de jantar entro na porta da pensão. Na sala o Sr. Grilo e o Sr. Martins, da Beira, liam o *Diário de Lisboa*. A Rita, uma criada de cara bexigosa, punha os talheres e os guardanapos.

— O sr. Martins vai à Missa do Galo? perguntou a rapariga sem mais aquela.

— Não, por causa dos olhos!

— Que é que a Missa faz aos olhos, sr. Martins? atalhou a Rita.

O sr. Martins, embaçado, olhou para os circunstantes e não deparou resposta.

O curto diálogo desensimesmou-me. Porém, de novo, ao entrar na rua, o mesmo ambiente estranho algemava-me.

Agora ia descer a Calçada do Combro. Pensava na casa do oficial da marinha mercante. Lá dentro conversava-se e ria-se, tudo seria festa, posto que diferente da minha.

A festa, a verdadeira Festa, superior a todas que Lisboa celebrava em suas casas, passava-se na ilha e eu vivia na ausência dela, a reconstituição consciente de sensações que iam criando o fundo da minha vida emotiva.

O NATAL NA CIDADE A FESTA NO CAMPO

É oportuno este velho tema. O leitor contentar-se-á com ele mesmo. Para quê concentrar a atenção no que se vai seguir ao título, se o espírito afeito à periodicidade da quadra do nascimento do Menino já contém, como sala expositora de fotografias, as representações de tudo que foi vivendo a partir da infância! Lá persistem na memória os dias de folgares em que, à noite, os olhos buliçosos e receptivos a mais não por sua natureza hipersensível traduzirem um estado geral de exaltamento interior procedente da experiência perpetuante de tradições, que penetraram na vida, porque nela mergulham e a ela alimentam — os olhos não se cansam de ver.

E os olhos são as janelas da vida.

A infância e a adolescência vivem do que por elas entra em cor e em forma. Do sobrecéu das ruas entornam-se brilhos de luzes em feitiçaria de cambiantes, e nos mostruários das lojas há uma profusão de coisas a concitar o espasmo dos olhos.

Diário de Notícias, Funchal, 23 Dezembro 1962.

Dentro do período que se vive, na corrida vertiginosa dos dias que vão passando com a envoltura do tempo a algemar-nos para não fugirmos a ele, afogueia-se a imaginação; em uns, pela novidade das sensações; em outros, pela novidade que já foi.

E a cidade, porque vaidosa de sua categoria social, entraja-se para comemorar o advento do Menino. Amanhece tarde e anoitece cedo. Mas logo que o arraiar do dia se pressente no dealbamento do horizonte, ao mercado convergem a criada e a dona de casa. Abastecem-se mais copiosamente os que podem. Em torno do mercado uma chusma de barreiros com seus vigias, aguarda o comprador.

Mas se a abundância regala a vista, o garoto da rua, descalço e de camisa rota percorre, gulosamente, com a água a crescer na boca, de olhos ávidos, os cestos das laranjas e das maçãs e das anonas. Leva ele cinco tostões no fundo da algibeira! Cinco tostões, para quê?

E a gente queixa-se da carestia com tamanha abundância.

É o Natal na cidade: luzes, músicas, mostruários de lojas cheios de brinquedos, cestos abarrotando de fruta...

Tudo aparência, visões especiosas para os olhos ingênuos da gente nova, mas não de toda.

No campo, nas freguesias rurais, donde não se vê a cidade, porque a montanha a encobre com seus refolhos, pelas azinhagas, no adro da igreja, à porta de casais não se ouve falar do Natal e sim da Festa, a Festa do Menino Jesus. A palavra Natal posto que inda não entrasse em uso, não seja termo comum, não se generalizasse, já pretende substituir a Festa, mormente na convivência da gente grada e mais letrada com a privança dos

jornais e senhores de torna-viagem, naturais da cidade e seus arredores. Fala-se da Festa, do porco da Festa. E a vizinha Gertrudes armou uma bonita lapinha na Festa. Não há iluminações, mostruários a desafiar os olhos do rapazio e de gente grande, mas há frisos de luminárias, archotes de cana-vieira na assomada das lombas, quando amortiça a luz do céu. E essas archotadas anunciam a festa de igreja no dia imediato.

Na cidade compram-se pinheiros, verduras para embrincar os presépios. Na aldeia vai-se às abas da serra buscar o alegre-campo e galhos de loiro, e das paredes rústicas trazem-se os fetos-cabrinhas para alindar a *escadinha* dos pastores e do Menino. Todos se provêem de frutas. Rico e pobre. A laranja e o pêro não custam dinheiro. De resto, pede-se e dá-se. E na Festa, há festa de igreja com três padres e cantores de fora. A festa profana é feita de *pifes*, gaitas e machetes. Acabou-se, este ano, infelizmente, por virtude da conturbação dos tempos, com a nota ruidosa, álaçre, comunicativa, do estoirar das bombas que se perde na noite das arraigadas, vivificadoras tradições madeirenses. Ao abrir de Novembro, nas freguesias do Norte da ilha, estrugiam, retinindo no coração das montanhas, o grito seco das bombas.

Mas o que é tradicional da Festa só temporariamente poderá faltar. Para o ilhéu da Madeira, a Festa é a quadra por excelência do bem-estar do corpo e do espírito.

No campo e na cidade, passado o dia de Reis, já se pensa na Festa que há-de vir, já se fazem projectos:

— Para a Festa, quem lá chegar...

— Para a Festa terás o que prometil!

— Mãe, quando se compra o porquinho para a Festa?

— E a lapinha, mãe? Vai-se guardar o Menino Jesus...

— Sim, agora para a Festa...

E o ano tem a Festa como fundamento de marcação do tempo:

— Faz 5 anos para a Festa; foi 1 mês depois da Festa; faz dois anos, 3 meses antes da Festa. E a Festa é a principal coluna da memória para assinalar o tempo.

Meditemos na legenda a inscrever nela e que nos sirva de padrão até à outra Festa.

GOUVEIA, Horácio Bento de Gouveia, (2001), “O Natal na Cidade, a Festa no Campo”, *O Natal na Cidade, a Festa no campo*, (organização de Nelson Veríssimo), Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 45-48.

FESTAS DA CIDADE

pelo Dr. Horácio Bento

Avizinha-se a época das Festas da Cidade. Sua fama, já celebrada há longos anos, em terras estrangeiras se, por virtude da última guerra, parece esquecida, agora torna a ecoar através da bem orientada propaganda da Delegação de Turismo.

Ainda não nos têm visitado no último do ano, véspera de S. Silvestre, paquetes de recreio com turistas do norte da Europa. É evidente a razão da sua ausência.

A crise económica, post-guerra, não se debelou e uma intranquilidade mórbida domina a vida social do europeu que nos visitava. É de ponderar este factor, o qual ninguém ignora. Porém, uma vez recuperada a ordem na vida económica e política, a Madeira voltará ao que era: centro de atracção do estrangeiro ao findar de cada ano. O espectáculo do fogo continuará a deslumbrar a pupila do forasteiro em um ambiente de emoção geográfica nunca experimentado e, uma vez experimentado, quando tornado a viver, novas serão as sensações.

Reflexionemos: não é somente o visitante da estranha senão também o português do continente que sempre hão-de louvar a nossa terra e o sortilégio do fogo da meia-noite.

Não há muito conversámos com pessoa de nossa consideração que nos disse, a propósito da entrada do ano: os continentais também vêem o fogo como o nosso e até mais variado e duradoiro.

Nas festas da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, não se assiste a quinze minutos de fogo, mas sim a mais de uma hora!

Concordámos que assim era, pois ainda este Agosto passado nos tínhamos deliciado com o espectáculo da orgia da luz em todos os seus cambiantes, o qual se concentrava na ponte que atravessa o rio Lima. Todavia não nos iludamos. Por mais bela que seja essa noite, na margem do Lima, o cenário dos quinze minutos de fogo no Funchal, é, sem dúvida patético, petrificante. Vive-se, nesse curto espaço de tempo, uma das maiores maravilhas do mundo. É a topografia do relevo que circuntorna a cidade a causa do encantamento da noite de S. Silvestre. Se não fora ela, por mais voltas que se desse à distribuição dos feixes de foguetes de cor, nunca teríamos o espectáculo grandiosíssimo e inédito do céu da nossa cidade se transfigurar em fantástica aurora boreal.

Aproximam-se as Festas da Cidade! Posto que a designação não seja adequada a uma realidade de legenda no plural, porque *Festas* no sentido de diversão é apenas a *Festa do Fogo*, para as olhos que a possam ver, este ano, por certo, repete-se o que houve nos anos pretéritos quanto ao engalanado das ruas e às iluminações, salvo este ou aquele pormenor. Pena é que não se fizessem verdadeiras Festas da Cidade, mas a sua realização seria dispendiosíssima e as receitas não cobriam uma quarta parte das despesas.

6 de Novembro de 1954, *Voz da Madeira*

DO MEU AFECTO PELA TERRA

II

O sól, chamejante, atira golfadas de oiro que turbilhonam e vão polvilhar as campinas redolentes das flores vistosas, que apresentam uma despedida saudosa ao verão calmoso... Agosto, morrente, caminha garrido a faulhar com suas festas e romarias de alvoroço estridulo, nas ermidas poisadas nos cabeços dos montes e alvejantes nas aldeolas enfeitadas e contentes... Por sua vez, o parque esmeraldino da terra onde nasci, recebe com a lanheza que lhe é pecuniar, o popular, tradicionalissimo e festejado arraial guisalhante, do Senhor Jesus, que, como resa a lenda, fora encontrado dentro de um caixote que boiava com a maré cheia, a roçar-se na praia de rochedos disformes e colossais. Vem chegando gente, montões de gente, de povoleu, endiabrado, mefistofelico, que retoíça em uma expansividade ingenua, pelos cotovelos da rua que vai ter á igreja.

Ha uma confusão sem-saborona de sons esgalgados, de mistura com vozes esgalgadas, que se atropelam e se confundem. A Maria mai-lo Manel, em bailarico desconcertado de atitudes grotescas, cirandam em doidice de "flirt" e desfiam cantarolas á porfia, envaidecidos, narcisando-se na sua exibição garrida, espaventosa, alardeante... E vão eles em ladainha de cantigas brejeiras, amorudas, a Maria de vestido de estamenha e lenço cõr de sól-poente, e o Manel com um fenomenal chifre a tiracolo, a estoirar de vinho, e ramalhetes de mangericão metidos no chapéu e na abotoeira. Uma chusma de romeiros, boquiabertos, espantam em pasmo de admiração, o ouvir o grupo que estaciona em frente de uma barraca, onde se bebe vinho, e onde se vende carne pronta a espetar. Dificilmente, a muito custo se pode romper transito por entre a formidável avalanche de gente apinhada, um mar ondulado de cabeças, que ouve em extase o Manel em desafio com a Maria, ambos de faces congestionadas, ruburisantes, pela exaltação das cantigas. Continuam a chegar, romarias divertidas, típicas, folgazãs, do mais distante logarejo recôndito da ilha. Para a praça, a "ellite" da terra enfarpela-se com peraltice, e vai em passo musical, assistir ao desembarque dos forasteiros que chegam no vapor.

Magotes de latagões, talhados a podôa, gracejantes sem gracejo, cantam modinhas triviais, "O vai ó linda", e beberricam café, água chilra de tremço, em latas servidas de azeitonas, que substituem a boa e elegantizada chicara de faiança.

Uma tormenta destrambelhada de vozes roucas, toques de ferrinhos, gaitas e machêtes, prolonga-se e enche a noite, em um barulhar macabro de dança macabra, num "brouhaha" de endoidecer os cerebros afadigados.

Na igreja, em frente do mar como uma sentinela á beira do oceano, cumprem-se promessas, e rogam-se outras até o ano seguinte.

E após dois dias estirados de arraial gritante e alvoraçado, começa a debandada das romarias, por carreiros escabrosos em torno dos oiteiros, e por barrancos êrmos lá da terra. Os caminhos da freguesia torporisam-se de silencio profundo, e de longe ainda nos vesita ao ouvido, o éco saudosista de uma cantiga fresca de mulher:

Eu fui ao senhor Jesus
Pela beirinha do mar
Fui solteira e vim casada
Para sempre eu lá tornar

ANEXO 14

Cantigas populares Horácio Bento de Gouveia

■ O cancioneiro popular da Madeira está por fazer.

Creio que já algumas vezes os jornais têm sido os pregoeiros da ideia da formação, em volume, do nosso folclore. Ele encontra-se por aí, a esmo, em tradições

portadoras de malícia amorosa e de conclusões de uma moral ao cérebro mais rude do aldeão mais boçal e recuado para os calcanhares da serra. Mas, não obstante o impulso dispendido pelos jornais, e a sua acção divulgante e convincente, até agora, apenas alguns trabalhos parcelares as gazetas têm publicado, graças a certas criaturas inteligentes que prestam culto à sua terra. Todavia, aquilo que já foi investigado sem chamariz alviçareiro, representa indubitavelmente uma feliz tentativa para a realização de uma obra interessante e grandiosa sob os aspectos etnográfico e linguístico. Assim, esses fragmentos trovadorescos que o nosso campónio canta pelas romarias, constituem material que se vai acumulando, embora disperso, mas que, a pouco e pouco, formará um vasto repositório de elementos preciosos, a todo o momento compulsáveis para o estudioso que pretenda unificar as exteriorizações intelectivas do nosso povo, que a tradição perpetua.

Teríamos, pelo resultado de um trabalho pormenorizado e consciencioso, todo um conjunto de lendas em prosa e verso de um valor incestimável.

No entanto, o Cancioneiro Popular que é um ramo do folclore, merece-nos uma importância muito especial, e tanto maior quanto é certo o estudo das cantigas de carácter espontâneo do povo está sendo feito cuidadosamente por todos os países da Europa. O objectivo deste movimento que é quase uma ressurreição de formas poéticas, umas esquecidas pela maioria das gentes, outras residindo na penumbra sub-consciente dos anciãos e ainda uma grande parte quase afogadas pela dobadoira rolante dos anos, o objectivo deste movimento tem dois aspectos: o do sentimento nacional e o da preocupação científica. Pelo primeiro vamos conhecer a consciência histórica da gree e pelo segundo o filósofo encontra materiais para as suas pesquisas de linguagem.

Em Portugal continental o estudo das tradições populares não tem sido descurado, e o muito que já se fez deve-se ao esforço incansável do sábio filólogo e etnólogo Dr. Leite de Vasconcelos, mas, propriamente, quanto às cantigas populares valiosos cultores têm aparecido. Assim, temos o Dr. Teófilo Braga que calculou em cerca de quarenta mil as que se encontram nas nossas colecções. Jaime Cortezão publicou editado pela Renascença Portuguesa, um Cancioneiro Popular, que é uma magnífica antologia precedida de um notável estudo crítico. Outras obras podemos consultar como um exemplo: O Cancioneiro Popular e Cantos populares do Arquipélago Açoreano, de Teófilo Braga, a Poesia Amorosa do Povo Português, de Leite de Vasconcelos, Os Cantos populares portugueses, de Tomaz Pires, Trovas do Povo, de João do Minho, as Canções populares da Beira e as Velhas canções e Romances populares portugueses, de Pedro Fernandes Tomaz, o Romanceiro e Cancioneiro do Algarve, de Francisco Xavier de Oliveira, etc. Através de todas estas obras poderíamos fazer um estudo comparativo das cantigas em relação às nossas, verificando a originalidade das trovas, a essência da quadra ou da redondilha, a maneira de dizer, a aliterância musical do verso, a sinopsia colorida, e desta maneira obteríamos o cancioneiro popular da Madeira, que uma vez compilado

e interpretado dar-nos-ia a própria alma do povo ilhéu, no que ela contém de energias em estado de latência, de desejos, revoltas, enfim, todas as manifestações do seu psiquismo afectivo, o amor, o ciúme, o ódio, etc.

Ao mesmo tempo esse cancioneiro seria um riquíssimo manancial para as investigações de carácter filológico, como já dissemos.

É uma tarefa difícil colher cantigas! Estamos na época dos arraiais e são eles ainda hoje os maiores reveladores do psiquismo do povo rude e franco, quer na religiosidade, quer nas tendências afectivas”.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - Dia 18 de Agosto 1931

SOARES, Maria de Fátima Gouveia, (2007), “Cantigas populares”, *Escritos 2 (1930-1939 Horácio Bento de Gouveia)*, Penafiel, Edições Cão Menor, pp. 42-44.

Regionalismo

Ranchos folclóricos

Quanto mais o cosmopolitismo recrudescer em todas as partes do mundo, impetuosamente o dominando, tanto mais o regionalismo se exterioriza, sob todas as formas. É uma reacção natural dos ambientes humanos opondo-se à sua desvirtualização, ao desenraizamento do que há de carácter próprio nos costumes, nas tradições, e até na linguagem.

O regionalismo, já o afirmámos mais de uma vez, constitui a manifestação desentranhada do sentimento colectivo, afecto da terra amoitado nas profundezas do inconsciente. Pelo que todo o processo posto em prática a fim de valorizar e distinguir esta ou aquela parcela de território nacional, em face do vagamundo estrangeiro, atraindo-o por aquilo que é diferente e ele anda cobiçoso de ver e sentir — este arvorar de bandeira do que há de nativo, revela arraigada virtude conservadora.

Como expressão mais viva de regionalismo, irrequieta, veia quente da terra porque de raiz telúrica, o rancho transportando as danças, os cantares e as músicas onde quer que asas migratórias o conduzam é a verdadeira alma da ilha. E a Ilha pode considerar-se alfobre de magníficos agrupamentos: o da Camacha, que tem já um passado glorioso de exhibições no Continente e na estranja, o do Livramento, o dos Ilhéus, da Boa Nova e o de Monte Verde.

Nó que respeita a este aspecto folclórico, a Madeira ocupa lugar proeminente de vanguarda. A mestria do bem ensaiado, a selecção do reportório, a vestimenta típica, a naturalidade de saber apresentar-se, tudo são factores que imprimem personalidade. E o madeirense, qualquer que seja sua organização artística, sempre timbrou por rivalizar com as congéneres doutras partes. Daí o renome, a notícia lisonjeira, a crítica independente e justa lá de fora.

Não ano em que estamos, mais um rancho folclórico se constituiu, em Abril pretérito, com a designação de Grupo Folclórico do Funchal. Em boa hora se fundou, e em boa hora assistimos a um ensaio geral. Se o horóscopo se tivesse consultado, por certo que havia de pressagiar longa vida coroada de triunfos. É que tem o grupo a dirigi-lo o sr. Nóbrega, competente funcionário do Liceu, devotado, fanático de coisas de música. E com a sua persistência no ideal que pensou tornar concreto (não sem grande sacrifício seu e do colaborador sr. Cró, também funcionário do Liceu) reuniu e escolheu os elementos masculinos e femininos para os ensaios, os quais têm vindo a realizar-se, semana a semana, de acordo com o horário pré estabelecido.

De novo, nos números bailados, traz o rancho músicas populares da nossa terra, de fundo castiço, dos musicólogos madeirenses, Cónego Vaz, Carlos Santos, Pe. Jaime Franco, Visconde do Porto da Cruz, que as fixaram. Já que pôr em relevo os bailes: Das "Camacheiras", com novos ritmos; o da "Calcinha", no qual há passos de atitudes primitivas; do "Diabo", em que a dança atinge o delírio; "Corrido", que ainda vive nos grandes arraiais da Madeira; da "Ponta do Sol", reminiscência dos bailaricos dos escravos que trabalhavam nos engenhos de açúcar; da "Repisa", que lembra os homens a esmagar os cachos de uvas no lagar, pela segunda vez; "Brinco de Oito", gémeo do baile das Camacheiras, mas dançado com outra arte. E seguem-se "Chama-Rita", "baile da Ponta do Sol", e muitos mais.

De entre as canções, o "Charamba", de essência retintamente popular porque nele a psicologia do homem chumbado à terra vive no verso e na toada sibilante de alacridade – o "Charamba" é das mais rústicas canções.

Os trajos das gerações avoengas completam o tipo ilhéu de antanho, encarnado no madeirense de hoje, que o "Grupo Folclórico do Funchal" vai em breve exhibir no Colégio de Santa Teresinha.

Já que louvar a ideia felicíssima de se ter escolhido o nome de "Grupo do Funchal". A cidade não possuía o seu rancho folclórico e, como cartaz de expansão regionalista, não existe outro epíteto que seja melhor mensageiro da Ilha.

Tem agora a Madeira mais um rancho, o qual está vinculado à povoação mais nobre e de mais fama do arquipélago. Que a Delegação de Turismo lhe dê a mão, se é de sua alçada.

Funchal, 29 de Outubro de 1967

GOUVEIA, Horácio Bento de Gouveia, (1994), “Regionalismo: ranchos folclóricos”, *Crónicas do Norte*, (organização de José António Gonçalves), São Vicente, Câmara Municipal de São Vicente, pp. 142-144.

Um livro de Carlos Santos
O TRAJE REGIONAL DA MADEIRA

pelo Dr. Horácio Bento

Editou a Junta Geral do Distrito um estudo de Carlos Santos "O traje regional da Madeira" e bem andou com dar à publicidade aquele trabalho de tomo.

Após a leitura do livro ficou-me esta impressão quanto ao estudioso: pode, sem dúvida, o autor não ter ido além da verosimilhança, mas, o que se mantém de pé, com firmeza, inabalável, por mais arremetidas que a picareta do estrábico jornalista crítico queira demolir, é o escrúpulo, a honestidade do processo de factura da obra. A investigação, a pesquisa *in-loco*, o método indutivo posto em prática revelam o desejo de Carlos Santos descobrir a verdade. Não se verifica no autor falta de competência, pois estudos similares como "Trovas e bailados da Ilha", certificam meu juízo. Através de "O traje regional da Madeira" se depara esta preocupação do espírito que se embrenha nos meandros da escuridade não se desviando do rumo preconcebido: afirmar que a Ilha possui um traje característico. Peregrinando pelas várias povoações da Ilha, observando o que há de vestígio nesta ou naquela camponesa, a Carlos Santos nada escapou do objecto de observação.

A cor encarnada culmina na vestimenta da mulher.

Razões desta preferência? São de natureza psicológica, quanto a mim. Há um predomínio de imagem visual sensível à cor vermelha, na nossa gente, tipo que é comum a muitos povos e até a alguns que ainda se encontram na sua infância, no limiar da civilização. Não há, evidentemente, um tipo universal de sensação, mas variedades delas. Quer admitamos com Berkeley que as coisas corporais apenas possuem realidade no conteúdo da consciência, e assim as cores não passam de fenómenos subjectivos, quer aceitemos a cor como propriedade dos objectos, o certo é que a realidade da saia listrada de vermelho ainda não é indício arcaizante da indumentária da mulher madeirense.

Porém não saímos do prisma das hipóteses quando se ventila a origem do uso do vermelho. É problema que há-de conservar-se arredo de explicação unilateral.

Diz Carlos Santos que a ruivinha talvez contribuisse para o emprego da tinta vistosa. Não é descabido o asserto.

Pois para além de dois mil anos antes de Cristo, extraíam da cochonilha, os habitantes da Ilha de Creta e do Sul da Grécia, uma substância avermelhada com que tingiam os tecidos. Na cidade de Cnosse, dois mil e quatrocentos anos antes de Cristo, vestiam as mulheres saia multicolor de folhos.

Nos frescos de Tirinto e Tebas vêem-se saias com ramagens encarnadas e amarelas.

As cretenses tinham o gosto das cores vivas, nas quais predominavam o vermelho, o amarelo e o azul. A saia ora apresentava barras horizontais, ora listas que partiam da cintura apertada e terminavam na roda.

Há uma semelhança entre a saia às riscas verticais da mulher madeirense com a mulher de Creta. Basta que confrontemos as gravuras da cretense com a da nossa Ilha. De sorte, que as modas são velhas como as civilizações primitivas.

Da mesma época citada, encontrou-se em escavações uma estatueta, a qual, pelos adornos e embelezamento da cabeça, se cognominou de Parisienne. Houve pois, um período da civilização cega cuja moda feminina se ajusta aos tempos de hoje⁽³⁾.

Sugeriu-me o livro de Carlos Santos um estudo que muito bem podia ser a ampliação deste: a "geografia do traje da Madeira", do mesmo modo que há uma geografia linguística relativa a determinada região. E assim teríamos os quadros, ou melhor compartimentos humanos, com sua fisionomia mais ou menos de cunho próprio, posto que integrados na unidade da família ilhoa.

A moda de trajar teve na cidade sua metrópole, diz o autor do "Traje regional da Madeira". Dali se partiu e se foi fixando por vales, cabeços e fajãs.

Não só o vestuário da mulher senão também o do homem. Logo, no sul e norte da Ilha delimitar-se-iam micro-regiões com seus pormenores nas peças de vestuário.

Viei o "Traje regional da Madeira" despertar a minha curiosidade para relançar a vista nos limbos do passado, onde o presente se continua. Mas o de que estou certo, porque não é miragem, é do valor que para a história da indumentária da nossa Ilha trouxe o estudo de Carlos Santos.

Não deixa de impor-se à evidência que os elementos que participam da vestimenta usada pela gente dos campos têm carácter, e pena é que sua extinção venha tornar a nossa terra uma terra qualquer, de qualquer parte do globo sem um passado vivo, presente, sensível aos olhos assim do nacional como do estrangeiro. Mas a lei do *devoir* é a própria vida.

Horácio Bento

7 de Junho de 1953, *Jornal da Madeira*

SOARES, Maria de Fátima Gouveia, (2011), "Um livro de Carlos Santos: o traje regional da Madeira", *Escritos 4 (1950-1959 Horácio Bento de Gouveia)*, Braga, Edição da Autora, pp. 219-220.

OS MADEIRENSES E O BRASIL

Pelo Dr. Horácio Bento

Está por escrever a história da expansão madeirense pelo mundo, nos séculos pretéritos.

Árdua tarefa, por certo, mas nobilíssima, não só por vir desvendar todo o microcosmo da vida da nossa gente em suas relações sincrónicas com as sociedades dos países com os quais mantinha

intercâmbio, qualquer que fosse sua natureza, mas também como contribuição para o estudo da leva emigratória dos portugueses por todos os cantos da terra.

Historiadores ilhéus, honestos e devotados ao culto de nossas tradições e de todo o nosso passado, já se têm referido circunstanciadamente a aspectos curiosos e inéditos da civilização madeirense. Porém, se alguma coisa se tem feito neste sentido, a verdade é que muito e muito de história local se conserva nas páginas dos livros velhos do Arquivo Distrital, páginas respeitantes a épocas de vivo interesse humano, que esperam a pesquisa e o labor dos estudiosos e amigos da ilha.

O ilhéu da Madeira, que sucedeu às gerações dos povoadores que organizaram seus núcleos familiares fixando-se pelas fajãs, lombadas, vales e espinhaços das montanhas, onde construíram aldeolas sob a égide do santo entronado na Igreja de paredes brancas – o nosso ilhéu, quer por motivos de ordem económica, quer por espírito de aventura, desde tempos remotos se deslocou para longes terras e nessas paragens não esqueceu sua religiosidade, seus costumes avoengos, seus hábitos rústicos. Hajam vista os madeirenses que se fixaram nos contrafortes da serra de Chela, e, em Moçambique, os que levantaram uma capelinha invocadora de Nossa Senhora do Monte.

De uma energia rara, com um poder de adaptação milagroso, em todos os climas, em todas as ambiências geográficas, trabalhando, lutando em prol dos seus, amigo da paz, de uma submissão que o edifica aos olhos de Deus, o madeirense não foi apenas bandeirante na sua terra, mas também na África, no Brasil, e em certas ilhotas perdidas do Pacífico.

O contingente emigratório que deu a Madeira àquele estado da América do Sul, quando ainda era colónia portuguesa, foi deveras extraordinário se atendermos a que a Ilha possuía uma mancha humana longe de atingir o espaço arável, então, agreste, vazio de palheiros de gado e de casas e, hoje, disputado para a cultura até ao contacto dos cerros e com seus palheiros e casas de habitação.

O livro *primeiro* de matrículas para o Brasil, do período em que reinava D. João V, é precioso documento descritivo do século dezóito, acerca da emigração para o Brasil. Para se fazer uma ideia clara de como agia o governo da época, atente-se nos seguintes passos extraídos da provisão de doze de Abril de 1747, documento outorgado pelo rei ao governador.

“Faço saber a vós, governador e capitão general da Ilha da Madeira, que eu fui servido, por mercê aos casais dessas ilhas, que se

quiserem ir estabelecer no Brasil, de lhes facilitar o transporte e estabelecimento à custa de minha real fazenda"... "hão-de mostrar documentos de serem casados os que quiserem passar como tais e que idade tem o marido e mulher e mais pessoas que levarem em sua companhia para se lhes fazerem os assentos com clareza e distinção, pondo-lhes na matrícula todos os sinais que os possam distinguir e também as circunstâncias de saúde e disposição de cada um..." "devem ir estes casais em companhias formadas de quarenta ou cinquenta homens cada uma... Este transporte não se deve fazer de todas as pessoas juntamente, mas em diferentes viagens para se poder executar com mais comodidade dessas pessoas, os quais mandareis recomendar para se lhes dar bom tratamento assim no mar como no Estado do Brasil, aonde se fará o primeiro estabelecimento na ilha de Santa Catarina e nas suas vizinhanças, em que a fertilidade da terra e abundância de gados e grande cópia de peixes conduzem muito para a comodidade e fartura destes novos habitantes."

Nos editais que foram enviados a todas as câmaras da Ilha para conhecimento do público rural, garante-se de forma concreta a situação do emigrante. Assim, diz o edital: "Logo que chegarem a desembarcar no Brasil a cada mulher que para ele for das ilhas, de mais de doze anos e de menos de vinte e cinco casada ou solteira, se lhe darão dois mil e quatrocentos reis de ajuda de custo, e aos casais que levarem filhos se lhes dará para ajuda de os vestir mil reis por cada filho; logo que chegarem aos sítios que hão de habitar se dará a cada casal uma espingarda, duas enxadas, um martelo, uma enxó, um facão e duas facas, duas tesoiras, uma serra com sua lima travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua".

Estas disposições oficiais eram, sem dúvida, tentadoras. Estávamos no fim do segundo quartel do século dezóito. Corriam mundo as notícias das explorações mineiras que se faziam no Brasil, donde nos vinha o oiro que deslumbrara e prestigiara o nosso rei magnânimo. O Brasil atraía, fascinava o espírito aventureiro do português. A ponte movediça do mar fincara pègões nas praias de Portugal e do Brasil. E o madeirense, que vivia o mesmo ambiente em que se falava das faustosas e fabulosas riquezas oriundas das partes de Vera Cruz, ao ter conhecimento do edital régio, não pensa mais em desventrar as úberes terras vulcânicas de sua ilha. E aí vai ele alistar-se para partir.

O livro de matrícula é de uma evidência flagrante.

O primeiro a dar o nome é João Figueira Ferraz, lavrador, de Câmara de Lobos "mediana estatura, temperamento sangulnio, cara redonda, olhos azues, sobancelhas quase loiras, da mesma cor do

cabelo, com boa saúde"... casado com "Antónia Luiza, de baixa estatura, temperamento sanguíneo, cara redonda, olhos azues, sobranceiras e cabelo quasi loiro." Depois vem Sebastião José de Freitas, lavrador, natural da cidade do Funchal "baixa estatura, temperamento melancólico, rosto comprido, olhos negros cabelo e sobranceiras negros" e sua mulher "Maria de Oliveira da freguesia de São Roque, estatura baixa, com menos um dente". E seguem-se: António João, oficial de barbeiro, da cidade, "cara comprida, olhos grandes e pardos, cor menos florida, sobranceiras pretas; Francisco Rodrigues, lavrador, do Estreito de Câmara de Lobos; José da Corte, do Estreito; João de Araújo, de Câmara de Lobos; José Urbano Moniz de Menezes, do Porto da Cruz; José Gomes, solteiro, da freguesia da Ponta Delgada; José Ferreira Ribeiro, lavrador, de São Vicente; Manuel Freitas, carpinteiro, do Faial; Pedro Fernandes, de S. Vicente "temperamento fleumático"; Manuel Gomes de Nobrega, de São Jorge; António da Silva Pacheco, da Ponta do Sol; André de Quental, do Caniço; Manuel Escórcio, de Santa Cruz; António de Andrade, do Campanário; André Coelho de Menezes, do Porto Santo; António da Corte, da Tabua; José Gouveia, de São Vicente".

E a lista continuaria com a indicação de famílias inteiras se não bastassem os nomes já enumerados para se ter uma visão do êxodo para o Brasil, de que foi teatro a nossa ilha, no fim do segundo quartel do século dezóito. Fazendo uso de seus ofícios, desenvolvendo a sua actividade conforme a aprendizagem do mister que a vida lhe proporcionou, o emigrante madeirense ao fixar-se ao solo brasileiro, deparou com fontes de riqueza que o prenderam indestrutivelmente a essa pátria maior, do outro lado do Atlântico.

O sociólogo Gilberto Freire, em seus estudos da civilização da *Cana de Açúcar* no Brasil, fala-nos da sociedade do tempo dos senhores de engenho, do património legado pelos colonizadores portugueses, das casas, dos costumes, das tradições lusitanas que ainda revivem em povoações do interior e do litoral.

Se bem que não seja possível identificar qual o contributo do madeirense no progresso do Brasil, o que é certo é ele ter por lá moirado e se multiplicado, e talvez mesmo que algum descendente de madeirenses houvesse sido rico *senhor de engenho*!

25 de Outubro de 1948, "*Diário de Notícias*"

749

SOARES, Maria de Fátima Gouveia, (2008), "Os Madeirenses e o Brasil", *Escritos 3 (1940-1949 Horácio Bento de Gouveia)*, Santo Tirso, Edição da Autora, pp. 145-148.

Respigos de Fonética no linguajar da gente — freguesia da Ponta Delgada

Ao escritor Dr. Ernesto Gonçalves

S em pretensões de fazer estudo filosófico mas apenas com o propósito de registar factos fonéticos que obedecem à lei do menor esforço, isto é, à tendência geral do homem em expressar-se da maneira mais simples e mais breve, e económica no dispêndio de energia fisiológica, respigámos exemplos correntios do falar da gente nortista de nossa Ilha, o aborígene da Ponta Delgada.

Não se segue qualquer ordem de gramática histórica porque não se trata, do ponto de vista de sistematização, de expor os fenómenos fonéticos com um fim didáctico. Seria de uma secura extremamente anatómica, tanto mais que, compridas ou curtas listas de vocábulos isolados da frase constituem ideias petrificadas, simples apreensão de um conhecimento imperfeito, do qual nada se afirma ou nega. A palavra falada, porque faz parte da expressão viva, só tem existência no grupo das outras que a acompanham e formam o juízo. Pelo que possui muito interesse linguístico o diálogo surpreendido entre personagens rurais, transplantado depois para o romance ou novela.

Aí se perpetua a verdadeira realidade, no externar do pensamento, no seu aspecto formal. De contrário falsear-se-ia uma faceta vivíssima do idioma se, em vez da fala natural do povo rústico, o escritor a acepilhasse e a escrevesse com a correcção da pronúncia peculiar ao habitante da cidade.

Depois que a estrada, vai para trinta anos, sucedendo ao vapor de cabotagem, se tornou o irradiante veículo da civilização da cidade nas freguesias do Norte, a gente da Ponta Delgada, com excepção do planalto das Lómbadas começou de limar a linguagem que foi perdendo o seu pitoresco nas formas expressionais. É por isso que o seu âmbito tem vindo a estreitar-se na parte baixa do povoado e a concentrar-se nos subúrbios e nos sítios serranos.

Exemplifiquemos, pois, aspectos fonéticos do falar que ainda hoje tem força de lei.

Nã cidade anda-se mai limpos... O advérbio mais perde geralmente o s final antes de palavra começada por consoante. É uma apócope também frequente no substantivo rapaz, com a queda do z, se precede consoante.

O rapai do rajão tá tomando cafia.

O arrai Francisco inda nã chigua.

O a tónico, quando seguido de s ou z finais ditongam-se com o acrescentamento do i.

O rapai do rajão = o rapaz do rajão.

Nã fai mal comê malassadas doi vezes = Não faz mal...

Tu tai louco! = Tu estás louco!

O fenómeno do alongamento é frequentíssimo como se verificou na passagem do latim para o português: areia de arenam, veia de venam. A semi-vogal i junta-se ao a tónico formando o ditongo: rapaz = rapaiz, faz = faiz, do verbo fazer; tais de estás. O mesmo fenómeno se regista nos vocábulos em e: café = cafia. Vai tomar ua xicra de cafia; água-pé = agua-pia; Josia, vai beber um cangirão de agua-pia. Tomé = Tomia; Tiveste in casa do Tomia? Qué tomar um canudo de vinho Jaquia? O i evita o hiato: Jaqué = Jaquia.

— Curna vai a família?

– *A famílinha vai baúa?*

Assim como na evolução do latim para o português, o l em contacto com o i se palataliza: filiu - filho; também no falar do povo se dá o mesmo fenómeno: família = família; famílinha = famílinha.

A vezinha Emilha do Lango tem ua mobilha nova. Emília = Emilha; mobília = mobilha.

Soa u o o da conjunção como, e o o final dissimila-se passando a a:

– *Cuma tem passado?*

O r dos infinitos, antes de palavra que começa por consoante, 'cai'. Hoje vai-se comê gaiado; Luízinha foi trabalhá no brodado; Antoino foi à serra buscá lenha; tou a fazê tempo ementes Rosinha nã chega.

O princípio do menor esforço suprimiu o r dos infinitos na língua romena: "a adorà - adorar; a coronà - coroar; a informà - informar; a contribui - contribuir; a auzi - ouvir; a servi - servir; a vedeà - ver; a beà - beber, etc.. (1)

O fenómeno de atracção das semi-vogais i e u pela vogal tónica está no cerne da língua popular.

De resto, na passagem do latim para o português essa metátese verificou-se: apiu - aipo; sapiam - saiba; primariu - primeiro, etc..

– *Maria, a caneca tem auga?; os homes tão repisando a auga-pia; o senhô vigairo foi na rede pa São Vicente; Antoino inda nã veio da escola; o demoino do home!; Vacês que ponho ui brindeiros no armairo; o vento assopra ao contrairo donte: auga = água; vigairo = vigário; Antoino - António; demoino - demónio; armairo - armário; contrairo - contrário.*

Nã literatura medieval as formas contrairo e agua são de boa linguagem... "sempre fazia contrairo do que lhe seu padre ensinava".(2)

"É ainda que jose cousa de seu proveito, pelo contrairo, se lho outrem primeiro dizia..." "...e outros ser o contrairo..."(3)

Contrairo e contrairas encontram-se em "Croniqua Del-rei Dom Joham II", de Rui de Pina.

"Leixou-o na riba da auga polo comerem bestas-feras". "Aquel castelo estava sobre ua auga grande e forte e funda". "Os cavaleiros foram aa auga e passaram-na".(4)

O demoino do home. Quando o e final, postónico, é nasal perde a nasalação. Também foi de boa linguagem medieval. ...“e mais crescia e esforçava o coração como home...”(5) “...que nunca home visse...”; Mas el-rei, como era home muy bravo e de grande coração...”(6).

Nó espanhol arcaico aparece, na linguagem jurídica, a forma home sem h como na expressão rico-ome (7).

A vogal pretónica a soa como i:

– Getrudes, fecha a janela do sótio.

É este um caso de assimilação imperfeita; sendo o j uma consoante sonora palatal, actuou sobre o a transformando-o na vogal palatal i.

E aqui ficam alguns respigos de fonética, da orientação que recebemos do nosso saudoso professor de Filologia, na Faculdade de Letras de Lisboa, Doutor João da Silva Correia.

Funchal, 7 de Fevereiro de 1960.

1) “*A Língua do Nordeste*” de Mário Marroquim. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1934.

2) Do “*Livro de Esopo*” – “Textos arcaicos” do Dr. Leite de Vasconcelos – Livraria Clássica Editora, 1922.

3) “*Obras*” de Frei João Álvares – Vol. I. Por ordem da Universidade – 1960. “*A expressão Lexico-gramatical do Leal Conselheiro*” – 2ª ed. Herbert Palhano – ed. Revista “Ocidente”

4) “*A Demanda do Santo Graal*” – Vol. II – Augusto Magne – Imprensa Nacional – Rio de Janeiro, 1944.

5) Do III “*Livro de Línhagens*”, páginas insertas em “*Crestomatia Arcaica*”, de José Joaquim Nunes – 3ª ed. – Livraria Clássica Editora – Lisboa 1943

6) “*Crestomatia Arcaica*”, livro citado.

7) Augusto Magne – obra citada